UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ

NADJA VALÉRIA DOS SANTOS FERREIRA

**EDUCAÇÃO SOCIOAMBIENTAL DE JOVENS E ADULTOS: UMA PROPOSTA
DE FORMAÇÃO CRÍTICO-EMANCIPATÓRIA DE PROFESSORES.**

RIO DE JANEIRO
NOVEMBRO / 2006

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

NADJA VALÉRIA DOS SANTOS FERREIRA

**EDUCAÇÃO SOCIOAMBIENTAL DE JOVENS E ADULTOS: UMA PROPOSTA
DE FORMAÇÃO CRÍTICO-EMANCIPATÓRIA DE PROFESSORES**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Educação da
Universidade Estácio de Sá como requisito parcial à obtenção do
título de Mestre.

ORIENTADOR: Prof. Dr. Victor Novicki

RIO DE JANEIRO
NOVEMBRO / 2006

NADJA VALÉRIA DOS SANTOS FERREIRA

**EDUCAÇÃO SOCIOAMBIENTAL DE JOVENS E ADULTOS: UMA PROPOSTA
DE FORMAÇÃO CRÍTICO-EMANCIPATÓRIA DE PROFESSORES**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Educação da Universidade Estácio de Sá como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

Aprovada em

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Victor Novicki
Universidade Estácio de Sá

Prof^a Dr^a Lucia Regina Goulart Vilarinho
Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Carlos Frederico Bernardo Loureiro
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Aos meus pais,
formadores essenciais.
A minhas filhas,
produção de que me orgulho.
A todos os meus amigos e amigas,
pelo apoio sem limites.

Sem vocês eu nada seria...

AGRADECIMENTOS

Ao meu Orientador Professor Doutor Victor Novicki com quem muito aprendi. Agradeço e parablenizo pelo rigor técnico-acadêmico e competência.

A Professora Doutora Lucia Regina Goulart Vilarinho pela competência e por partilhar seu saber com extremo carinho.

A Professora Doutora Neise Deluiz pelas lições inesquecíveis.

Ao Professor Doutor Carlos Frederico Bernardo Loureiro, a quem muito admiro, por me honrar ao aceitar compor a Banca Examinadora.

A Professora Mestra Vergilia dos Anjos Mendonça da Costa, do Centro Educacional Mendonça da Costa, pelo incentivo.

Ao grande amigo, Professor Anderson Willy Silva de Oliveira, pelo apoio irrestrito e pelas idéias que tanto contribuíram para esta dissertação.

Aos companheiros da Escola Municipal, objeto da pesquisa, que com sua atitude acolhedora permitiram que esta se efetivasse.

Aos Diretores do CAp-Uerj, Prof.Ms Lincoln Tavares e Profª Especialista Maria Célia Mendonça e ao Coordenador do Núcleo Pedagógico Prof.Ms Miguel Tavares Mathias pela compreensão enquanto esta etapa se cumpria.

A todos os professores do Mestrado em Educação da Universidade Estácio de Sá pela competência indiscutível e em especial a Professora Doutora Alda-Judith Alves-Mazzotti, por sua essencialidade na valorização deste Curso.

*A educação é uma resposta
da finitude da infinitude.
A educação é possível para o homem,
porque este é inacabado e sabe-se inacabado.
Isto leva-o à sua perfeição.
A educação , portanto, implica uma busca
realizada por um sujeito que é o homem.
O homem deve ser o sujeito
de sua própria educação.
Não pode ser o objeto dela.
Por isso, ninguém educa ninguém.*

Paulo Freire

RESUMO

Educação Socioambiental de Jovens e Adultos: uma proposta de formação crítico-emancipatória de professores

Esta investigação objetivou formular, implementar e avaliar o Programa de Educação Socioambiental (PESoA), voltado para docentes da Educação de Jovens e Adultos de uma escola municipal da Baixada Fluminense (Duque de Caxias). O estudo justifica-se tanto pelo papel que a Educação Ambiental pode desempenhar na superação da degradação socioambiental daquele município, quanto na reflexão sobre as práticas pedagógicas de seus professores na abordagem da referida temática. A escolha do recorte Educação de Jovens e Adultos se explica por ser orientado nos princípios da Educação Libertadora, os quais se relacionam com uma abordagem crítica da Educação Ambiental em sua preocupação homem-mundo. Amparado no paradigma da Teoria Crítica, o Programa procurou ser essencialmente relacional e, em seu processo de formulação, foi estabelecida escuta privilegiada à comunidade escolar em termos de seus anseios e de sua autopercepção, identificados por meio de questionários. Foram adotados, ainda, como norteadores do Programa e instrumental de análise, estudos de autores que se preocuparam com as seguintes questões: autonomia do sujeito ensinante-aprendente; visão do trabalho como atividade essencial ao homem no sentido transformador, assumindo-se que estudar também é trabalho; discussão sobre padrões de consumo sustentáveis, voltados à equidade e justiça social; caracterização da Educação Ambiental como prática interdisciplinar, capaz de resgatar a formação omnilateral do ser humano. Entre os procedimentos metodológicos do PESoA, foram propostas, nos encontros com os professores da Instituição, as seguintes atividades: elaboração de mapa conceitual, diagnóstico sociocultural e ambiental, palestras técnicas, aula-passeio, mesa-redonda multiprofissional. A pesquisa possibilitou perceber que os professores, se orientados, constroem coletivamente um trabalho interdisciplinar crítico-reflexivo sobre a temática ambiental e isto se evidenciou nas atividades planejadas por estes e replicadas em suas turmas. Urge, portanto, que os espaços de discussão sobre a prática pedagógica, nas escolas, assumam esta perspectiva formadora. Conclui-se pela necessidade de incorporação da Formação Continuada em Serviço (LEI 9.394/96) com enfoque na superação das lacunas apresentadas pelo professor, como proposto no Programa PESoA.

Palavras-chave: Educação Ambiental. Formação Continuada de Professores. Educação de Jovens e Adultos. Política Educacional.

ABSTRACT

Socio-Environmental Education of Youngs and Adults: a proposal of formation critical-emancipatory of teachers

This objective has inquired to formulate, to implement and to evaluate the Program of Socio-environmental Education (PESoA), turned to teachers of Education of Young and Adults of a municipal school of the state of Rio de Janeiro (Duque de Caxias). The study it is justified as the importance that the Environmental Education can play in the overcoming of the socio-environmental degradation of that city, as in the reflection on practical the pedagogical ones of its professors in the boarding of the thematic related. The choice of to study Young and Adult Education explains itself for being guided in the principles of the Liberating Education, which if relate with a critical boarding of the Environmental Education in its concern man-world. Supported in the paradigm of the Critical Theory, the Program looked for to be essentially relationary and, in its process of formularization, was established privileged listening to the pertaining to school community in terms of its yearnings and its self-perception, identified by means of questionnaires. They had been adopted, still, as guides of the Program and instrument of analysis, studies of authors who if had worried about the following questions: autonomy of the citizen teaching-learning; vision of the essential work as activity to the man in the transforming direction, assuming itself that to also study it is work; quarrel on sustainable standards of consumption, directed to the equity and social justice; characterization of the Environmental Education as practical to interdisciplinary, capable to rescue the omnilateral formation of the human being. It enters the methodological procedures of the PESoA, had been proposals, in the meeting with the professors of the Institution, the following activities: elaboration of conceptual, diagnostic map sociocultural and environmental, lectures techniques, stroll lesson, round table multiprofessional. The research made possible to perceive that the professors, if guided, construct a work collectively to interdisciplinary thematic critical-reflexive about the environmental thematic and this is evidenced in the activities planned for these and talked back in its groups. It urges, therefore, that the spaces of practical quarrel on the pedagogical one, in the schools, assume this formative perspective. It is concluded for the necessity of incorporation of the Formation Continued in Service (LAW 9,394/96) with approach in the overcoming of the problems presented for the professor, as considered in the PESoA Program.

Word-keys: Environmental education. Continued formation of Professors. Young and Adult education. Educational politics.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Formação do Professor da Modalidade Educação de Jovens e Adultos da Escola X.....	74
Gráfico 2 - Dificuldades no trabalho com a Educação de Jovens e adultos.....	75
Gráfico 3 - Importância da Modalidade de Ensino Educação de Jovens e Adultos.....	76
Gráfico 4 - O Professor da Escola X e a Educação de Jovens e Adultos.....	77

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 - Localização do Município de Duque de Caxias.....	66
Ilustrações 2 e 3 – Imagens da Virgem do Pilar.....	67

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Presença da temática socioambiental nas disciplinas Matemática e Ciências..	40
Quadro 2 -Presença da temática socioambiental nas disciplinas Língua Portuguesa e arte.	41
Quadro 3 - Presença da temática socioambiental nas disciplinas Geografia e História.....	41
Quadro 4 - Legislação Ambiental do Município de Duque de Caxias.....	68
Quadro 5 - Dados Econômicos do Município de Duque de Caxias.....	71
Quadro 6 -Quantitativo de escolas e professores/2006 do Município de Duque de Caxias.	72
Quadro 7 - Sinopse do vídeo Ilha das Flores.....	89
Quadro 8 - Tipologia de Conteúdos.....	94
Quadro 9 - Proposta de Matriz para Projeto Interdisciplinar.....	95
Quadro 10 - Atividades sugeridas pelos grupos no dia 14/02/2006.....	102
Quadro 11 - Poesia criada por uma aluna do Ciclo IV.....	106
Quadro 12 - Poesia criada por um aluno do Ciclo IV.....	106
Quadro 13: Resumo da palestra sobre Unidade de Conservação.....	108
Quadro 14: Relato referente à terceira atividade.....	108
Quadro 15: Relato referente à quarta atividade.....	112

Quadro 16: Atividade elaborada pelos professores a ser realizada com a turma III B.....114

Quadro 17: Atividade elaborada pelos professores a ser realizada com a turma IV A.....115

Quadro 18: Relatório elaborado pelo guia (visita ao Parque Municipal de Nova Iguaçu).118

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO.....	13
2. CONTEXTUALIZANDO A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL.....	27
3. MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: CONCEITOS FORMADORES DO PROGRAMA PESOA	43
4. FORMAÇÃO DE PROFESSORES E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: SUBSÍDIOS PARA A CONTEXTUALIZAÇÃO DE PRÁTICA PEDAGÓGICAS NA REALIDADE SOCIOCULTURAL E AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS.....	55
4.1 Formação de Professores: Educação de Jovens e Adultos.....	56
4.2 Educação de Jovens e Adultos.....	56
4.3 Formação e Atuação do Educador Ambiental na Educação de Jovens e Adultos	59
4.4 Diagnóstico Socioculturalambiental do Município de Duque de Caxias e Caracterização da Escola.....	62
5. PROGRAMA DE EDUCAÇÃO SOCIOAMBIENTAL - “PESOA”.....	79
5.1 O Programa.....	79
5.2 Descrição, implementação e análise das atividades do PESoA.....	97
6. CONSIDERAÇÕES	
FINAIS.....	128

REFERÊNCIAS.....140

ANEXOS.....147

1. INTRODUÇÃO

Ao longo de minha experiência pedagógica, que reputo como privilegiada dada a variedade de formas de atuação: administrativo-pedagógica, planejamento, coordenação, ensino em seus vários níveis — do Fundamental à Pós-Graduação — pude constatar que embora o tema formação de professores seja objeto freqüente de estudos, quando se analisa a ressignificação da prática do professor, no sentido de aproximar-se de uma nova realidade educacional, surgida, principalmente, a partir da universalização do ensino, percebe-se que houve pouca ou nenhuma incorporação de novas teorias, metodologias e mesmo do que está proposto na legislação educacional brasileira.

Sobre este último aspecto podem ser citados os Parâmetros Curriculares Nacionais (MEC/SEF, 1997/1998) que surgem da necessidade de ser construída uma referência curricular nacional a ser discutida e traduzida em propostas regionais nos estados e municípios do Brasil, garantindo a todo e qualquer aluno, acesso aos conhecimentos indispensáveis à construção de sua cidadania. Os Parâmetros Curriculares, além de estruturarem o trabalho escolar em diferentes áreas curriculares: Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Naturais, História, Geografia, Arte, Educação Física e Língua Estrangeira, apontam para a importância da discussão, na escola, dos chamados temas transversais a seguir nomeados: Ética, Pluralidade Cultural, Meio Ambiente, Saúde, Orientação Sexual, Trabalho e Consumo. Estes temas tratam de processos intensamente vividos pela sociedade em geral, em diferentes espaços sociais, abordam questões urgentes que interrogam sobre a realidade que está sendo construída e estaria a demandar transformações sociais e individuais, o que exigiria ensino e aprendizagem de conteúdos relativos a essas duas dimensões.

A orientação pedagógica a ser seguida é a de acolhimento, pelas áreas de estudo convencionais, das questões dos referidos temas de forma que seus conteúdos as explicitem e que seus objetivos sejam contemplados. Aponto esta necessidade a partir da análise de pesquisa do MEC/INEP, publicada em 2005, que destaca que embora 94% das escolas brasileiras tenham afirmado trabalhar a temática ambiental, o número das que a inserem nas disciplinas reduziu-se de 76,7% para 65,8% entre 2001-2004. A taxa de crescimento do tratamento em forma de projetos aumentou 45%, no mesmo período, e a taxa das escolas que oferecem a temática em forma de disciplina 7,7%. Considerando o fato de haver uma normatização metodológica — “atravessar” os diferentes campos do conhecimento — para trabalhar a questão, percebe-se a necessidade de maior aproximação teoria-prática por parte dos docentes. Utilizar a pedagogia de projetos poderia ser uma forma bastante interessante de garantir a transversalidade, mas o que se tem observado são projetos datados, temáticos, não-oriundos de demanda da comunidade escolar e, ainda mais preocupante, sem o necessário caráter interdisciplinar.

Tendo por base este dispositivo legal e aliando-o à minha preocupação com a formação de professores, destaquei entre os temas transversais, o Meio Ambiente, por apresentar de *per se* característica integradora, permitindo inclusive parafrasear GRÜN (1996) que questiona: como pode não ser toda educação ambiental, uma vez que já nascemos em um ambiente e nele vivemos? Pelizzoli (2003 in LOUREIRO, 2004, p.34) também questiona esta especificação “é possível uma educação fora do ambiente, do espaço, das relações materiais, culturais e simbólicas”? Argumento semelhante foi apresentado por Moreira ; Candau (2003, p.159) em relação à cultura, ao afirmar que “não se pode conceber uma experiência pedagógica ‘desculturizada’ em que a referência cultural não esteja presente”, uma vez que a escola é, sem dúvida, uma instituição cultural.

Portanto, causa estranhamento o fato de que “essa constatação parece se revestir de novidade, sendo mesmo vista por vários autores como especialmente desafiadora para as práticas educativas” (MOREIRA; CANDAU, op. cit., p. 159).

Partindo desta premissa, formulei e implementei uma proposta crítica de formação de professores de Educação de Jovens e Adultos em Educação Ambiental, denominada PESoA— Programa de Educação Socioambiental — que oferecesse maiores subsídios para o tratamento desta temática de forma mais próxima ao fazer-pedagógico dos professores que atuam na Escola Municipal X¹, localizada no Parque Eldorado, Santa Cruz da Serra, 2º Distrito do Município de Duque de Caxias, onde trabalho.

Desta maneira, acredito estar contribuindo para a valorização do saber do educando que é a apropriação do que o sujeito traz como bagagem sociocultural. Avalio, que a partir desta conquista, seu conhecimento será ampliado e me alinho a Paulo Freire (2003) quando afirma: “ensinar exige respeito aos saberes dos educandos e criticidade” (FREIRE, 2003, p.30-31). Esta postura pedagógica opõe-se ao discurso hegemônico na educação de adultos, propagado nas três últimas décadas do século XX, que teve caráter essencialmente técnico-racional. Discurso que se dirigia à preparação de uma força de trabalho “flexível e adaptável” — na qual o sujeito deveria ser capaz de aprender e reaprender as habilidades requeridas — a ser empregada em uma época em que, como parte da intensificação do processo de globalização, havia a constante “ameaça da fuga de capitais” através das diferentes fronteiras geográficas.

Percebe-se que a globalização, como meio pelo qual o capitalismo se reorganiza para evitar a tendência de queda na taxa de lucro — originada pela superprodução —,

---

¹ Foi feita a opção de não identificar a Instituição. Todas as vezes que for mencionada usaremos o formato Escola Municipal X.

trouxe consigo o empobrecimento da população, em várias partes do mundo, particularmente no chamado Terceiro Mundo. Loureiro (2002), conduz a discussão sobre globalização para seu aspecto contraditório: acentuar as desigualdades ao mesmo tempo em que é a “expressão de um fenômeno de tomada de consciência da limitação do planeta em termos naturais e de eliminação das fronteiras entre as nações, como resultado dos avanços científicos e tecnológicos” (HELD ; MCGREW; GOLDBLATT; PERRATON, 1999 in LOUREIRO, 2002, p.76).

Este empobrecimento em massa e a desigualdade de oportunidades que se configura cada vez maior entre ricos e pobres (LUCKESI, 2003), aliados à manutenção de diferentes formas de manifestação de poder opressivo por parte do Estado (ALTHUSSER,1985) apontam para a necessidade de engajamento em processos educacionais que levem à transformação e autonomia do sujeito. Aqui se revela a importância da visão emancipatória de uma educação de adultos que reflita o desejo de contribuir para a criação de um mundo menos desumano, pois já afirmava Paulo Freire não haver educação neutra², sendo, portanto, de fundamental importância que o profissional que trabalha na Educação de Jovens e Adultos, assuma esta linha crítico-emancipatória e pense em seu educando como um sujeito que para se tornar crítico e reflexivo precisa conhecer-se, perceber que sua história é relevante e contribui para a de sua comunidade em seu sentido lato - história da sociedade.

Por trabalhar nesta modalidade de ensino percebo que o tratamento de buscar o que o educando traz como referencial para a ampliação de conhecimentos não está sendo privilegiado. A Educação Ambiental, proposta por uma legislação educacional, que acredito pouco incorporada na prática do professor, o que é confirmado pela pesquisa

---

² Vide capítulo 3.

MEC/INEP (2005), deve ser trabalhada, segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais (MEC/ SEF, 1997/1998), em forma de tema transversal, ou seja, deve perpassar as várias disciplinas. Significa, em essência, a possibilidade de uma discussão ampla de cidadania, como propõe a Educação de Jovens e Adultos.

Eu questiono o porquê do discurso inovador e engajado, característico da orientação para quem trabalha nesta modalidade, não se refletir em seu fazer pedagógico. Neste momento, a temática socioambiental, orientadora de minha práxis, se apresenta como possibilidade efetiva para uma proposta que vise a transformação da prática pedagógica destes docentes.

A discussão, nos meios educacionais, sobre as raízes e efeitos da dissociação teoria-prática, expressa em pesquisas, congressos e outros fóruns, aponta para fatores tais como: oferta insuficiente de cursos voltados para formação continuada; orientação equivocada na implementação dos cursos oferecidos (apresentam recortes de teorias), insuficiência de fóruns de discussão sobre prática pedagógica, dissociação escola-mundo social

Segundo Lima (1999, apud LOUREIRO,2002, p..110) os sinais de uma crise socioambiental de amplas proporções se tornam mais evidentes a partir das décadas de 1960 e 1970. Trata-se de uma crise dotada de características novas, por incorporar e atingir, embora de modo desigual, “todos os continentes, sociedades e ecossistemas planetários, ressignificando fronteiras geográficas, políticas e sociais” (LIMA, p.110), que tende para o agravamento, caso seja mantida a tendência atual de degradação. Esta crise, por estar enraizada na cultura, interfere em nossa visão de mundo e uma das conseqüências mais nefastas da política neoliberal quando relaciona o aspecto produtivo diretamente ao consumo (relações de mercado) — exacerbada a partir da Revolução Industrial — tem sido a alienação do homem de si mesmo, levando-o a não se perceber como ser histórico e

importante no processo de autoconstrução de sua cidadania. Esta constatação deveria nortear o trabalho dos educadores da Educação de Jovens e Adultos, principalmente, levando-os a assumir postura crítico-reflexiva em sua prática pedagógica.

Loureiro (2002) afirma que a crise ambiental atual tem sua origem tanto no capitalismo comercial quanto no “mecanicismo”, que prepararam o terreno para a Revolução Industrial, ocorrida em fins do século XVIII.

Sob a ótica de Leonardo Boff (1995), vivenciamos uma crise ecológica³ que só seria superada quando se assumisse o que ele denomina “ecologia integral”, que parte de uma nova visão da Terra, na qual esta e os seres humanos seriam uma única entidade, ou seja, o ser humano é a própria Terra enquanto sente, chora, pensa, ama e venera.

Guimarães (2004) considera ser a crise mais que ecológica — civilizatória — de um modelo de sociedade e de seu modo de produção, que se caracteriza por ser complexa, multidimensional, e pode ter como consequência primeira, levar o homem a se defrontar com a real ameaça de extinção da raça humana

O modo de produção capitalista é uma das principais causas desta degradação socioambiental. Ao apoiar-se em uma ética antropocêntrica, faz com que o homem se veja como centro do universo e acredite que tudo o que existe, deva estar a seu serviço (GRÜN, 1996; SOFFIATI, 2002).

Acredito que a formação do sujeito crítico, do homem integral (omnilateral)⁴ seja uma tarefa da educação transformadora e que, entre as várias funções da Escola se destaca a discussão sobre a temática ambiental com o correspondente compromisso de assunção de

---

³ O uso do termo ecológico é o apontado por Loureiro (2004) e significa sua utilização como um conceito que pretende englobar todas as dimensões inerentes à discussão ambiental sem restringir-se aos conteúdos da Ecologia, enquanto campo científico próprio vinculado à Biologia ou às visões ecossistêmicas que desconsideram as especificidades sócio-históricas humanas.

⁴ Desenvolvimento total, completo, multilateral em todos os sentidos das faculdades e das forças produtivas, das necessidades e da capacidade da sua satisfação (MANACORDA, 1991, p.78-79).

um novo papel na formação da atual e das futuras gerações. Neste sentido, deve-se “viabilizar uma educação ambiental crítica, que venha de maneira eficaz e comprometida com uma ética de justiça socioambiental, participar na construção de uma nova sociedade ambientalmente sustentável” (GUIMARÃES, 2004, p.24).

Educar pessoas dentro desta perspectiva exige um projeto educativo emancipatório, que contribua para o desvendamento de mecanismos de dominação e leve à conquista da autonomia. Podemos citar Boaventura Santos (1996):

A educação para o inconformismo tem de ser ela própria inconformista. A aprendizagem da conflitualidade dos conhecimentos tem de ser ela própria conflitual. Por isso a sala de aula tem de transformar-se ela própria em campo de possibilidades de conhecimento dentro do qual há que se optar. Optam os alunos tanto quanto os professores e as opções de uns e de outros não têm de coincidir nem são irreversíveis. As opções não assentam exclusivamente em idéias, já que as idéias deixariam de ser desestabilizadoras no nosso tempo. Assentam igualmente em emoções, sentimentos e paixões que conferem aos conteúdos curriculares sentidos inesgotáveis. Só assim é possível produzir imagens desestabilizadoras que alimentem o inconformismo perante um presente que se repete, repetindo as opções indesculpáveis do passado (SANTOS, 1996, p.17-18).

Para que este processo seja bem-sucedido é vital que os educadores reassumam seu papel de “ensinantes” (FREIRE, 2003, p.27) com uma postura de conscientização⁵ dialógica (CHABALGOITY, 2004) percebendo a necessidade de possuírem conhecimento mais aprofundado e atualizado de questões que envolvam, além de suas disciplinas, aquelas voltadas para a formação do indivíduo, o que justifica a existência de programas de formação continuada.

---

⁵ Na acepção original, conscientização implicava em ação, isto é, uma relação particular entre o pensar e o atuar. Um grupo de pessoas que se conscientiza – sem esquecer que ninguém conscientiza a ninguém mas que os homens e as mulheres se conscientizam mutuamente através de seu trabalho cotidiano (Glossário sobre a obra de Paulo Freire in <http://www.paulofreire.org/glossario_pf.htm>).

Torna-se, portanto, necessário analisar como se efetiva a Educação Ambiental no espaço escolar, e o recorte Educação de Jovens e Adultos pode oferecer subsídios preciosos pelo fato desta modalidade de ensino necessitar “ser pensada como um modelo pedagógico próprio a fim de criar situações pedagógicas e satisfazer as necessidades de aprendizagem de jovens e adultos” (SOARES, 2002, p.18).

Em sua pedagogia crítica, Paulo Freire nos alerta para a importância fundamental do diálogo⁶ no processo educacional, certo de que o “conhecimento não se transfere, o conhecimento se constrói”, e se produz na estreita relação teoria-prática (FREIRE, 1978, p. 65). Trabalhar com o tema transversal Meio Ambiente é combinar esta orientação a uma prática interdisciplinar que tenha como metas: a autonomia do sujeito aprendente, a facilitação do trabalho do professor e a compreensão de que toda educação é ambiental (MEC/SEF, 1997; FAZENDA, 1979; GRÜN, 1996).

A abordagem que direcionou este trabalho foi a qualitativa, sob a perspectiva da Teoria Crítica, ao se apoiar na construção conjunta e análise simultânea dos erros e acertos. Segundo Mazzotti-Alves (2002):

[...] a abordagem crítica é essencialmente relacional: procura-se investigar o que ocorre nos grupos e instituições relacionando as ações humanas com a cultura e as estruturas sociais e políticas tentando compreender como as redes de poder são produzidas mediadas e transformadas. Parte-se do pressuposto de que nenhum processo social pode ser compreendido de forma isolada, como uma instância neutra acima dos conflitos ideológicos da sociedade. Ao contrário, esses processos estão sempre profundamente vinculados às desigualdades culturais, econômicas e políticas que dominam nossa sociedade (MAZZOTTI-ALVES, 2002, p.139).

---

⁶ Diálogo “é o encontro dos homens mediatizados pelo mundo para dar um nome ao mundo” (FREIRE, 1977, p.107)

Identifico-me com essa abordagem justamente por esse caráter relacional, coerente com meu foco de investigação que é analisar se o educador ambiental é formado adequadamente e se isto se reflete em sua prática pedagógica.

Alguns passos foram seguidos e exigiram a utilização de técnicas variadas..

Para formular o Programa “PESoA”, inicialmente foi feita, pela mestranda, uma análise dos documentos oficiais (MEC) que enfocavam a Educação Ambiental e a Educação de Jovens e Adultos para que houvesse o devido “diálogo” entre eles e a “costura” com o documento “Diretrizes para o Ensino Regular Noturno com Aceleração de Aprendizagem”, produzido pela Rede Municipal de Duque de Caxias com Assessoria da CARPE-Assessoramento Pedagógico. Logo após, realizou-se o diagnóstico socioambiental preliminar do Município em que a escola se encontra com o objetivo de ter um conhecimento mais aprofundado da realidade.

Seguiu-se, então, a aproximação aos sujeitos da pesquisa, realizada com a aplicação de questionários semi-estruturados que visavam apurar a formação dos docentes da Instituição, como esses se percebiam na Educação de Jovens e Adultos e as dificuldades encontradas para a realização de seu trabalho.

Essa fase pode ser caracterizada como período exploratório a que se refere Mazzotti-Alves (2002), importante em uma pesquisa qualitativa para que se defina o contexto em que a mesma está se delineando.

A observação foi outro procedimento utilizado para a coleta de dados, pelas vantagens apontadas por Mazzotti-Alves: (2002):

Por outro lado, as seguintes vantagens costumam ser atribuídas à observação: a) independe do nível de conhecimento ou da capacidade verbal dos sujeitos; b) permite “checar”, na prática, a sinceridade de certas respostas que, às vezes, são dadas “só para causar boa impressão”; c) permite identificar comportamentos não – intencionais ou inconscientes e

explorar tópicos que os informantes não se sentem à vontade para discutir; e d) permite o registro do comportamento em seu contexto temporal-espacial (MAZZOTTI-ALVES, 2002, p.164)

Após a coleta de informações preliminares foram elaboradas as atividades do Programa e, o contato profissional já mantido com o grupo de professores foi um facilitador a ser considerado na análise final.

O programa “*PESoA*”, Programa de Educação Socioambiental oferecido aos docentes da Escola Municipal X, no primeiro semestre de 2006 desenvolveu atividades que garantissem a perspectiva interdisciplinar, incluindo a discussão sobre Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente, a sugestão de utilização do Diagnóstico Socioambiental da localidade como recurso pedagógico e a elaboração de projeto pedagógico na perspectiva do planejamento participativo.

Para evitar a tendenciosidade, normal em uma proposta apresentada pelo pesquisador, os encontros com os professores também foram dinamizados, como previsto, por outros sujeitos, como pessoas da comunidade, professor-pesquisador da Instituição, profissional da Secretaria Municipal de Educação e de uma empresa. Também foram replicadas, nas turmas de Educação de Jovens e Adultos, atividades propostas pela mestrandia ou elaboradas pelos professores participantes.

Nesta fase, tanto a observação estruturada quanto a não-estruturada foram utilizadas, a primeira na avaliação dos encontros, definindo comportamentos a serem observados com forma de registro preestabelecida e a segunda no acompanhamento do processo, visando descrever e compreender o que estivesse acontecendo (MAZZOTTI-ALVES, 2002).

Como auxiliar da observação foi utilizado o diário de campo “para confrontar informações díspares, analisar diferentes posições diante de situações ocorridas ou

relembrar uma seqüência de fatos” (TURA, 2003, p.189 *in* ZAGO, 2003) e este registro foi um facilitador para a análise.

A avaliação foi processual apoiada na análise dos registros feitos pelos professores-alunos.

Como a pesquisa qualitativa gera muitos dados procurei, seguindo orientação de Mazzotti-Alves (2002), organizá-los e compreendê-los, adequadamente, através de um processo continuado em que procurei identificar dimensões, categorias, tendências, padrões e relações, desvendando-lhes o significado.

Para alcançar este objetivo foi utilizada a análise de conteúdo porque ela constitui:

Um conjunto de técnicas de análise de comunicação, visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição de conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/reprodução destas mensagens (BARDIN, 1979, p.42).

Esta técnica é essencialmente interpretativa (RIZZINI, *et al*, 1999) e se adequa muito à pesquisa qualitativa, sendo que minha pretensão foi ultrapassar a obviedade e identificar o que está oculto, latente ou subentendido na mensagem. Deste modo a tarefa maior desta pesquisa, que é inferir, seria alcançada sem deixar de cumprir as exigências de um trabalho científico.

O conteúdo dos capítulos desta dissertação é apresentado a seguir.

Nos três capítulos que se seguem à Introdução revela-se o enfoque teórico utilizado para nortear a discussão sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (ACSELRAD, 2001; DELUIZ; NOVICKI, 2004), Formação de professores em geral e, em particular, a dos que atuam na Educação de Jovens e Adultos (FREIRE, 1974, 2001, 2003; GADOTTI, 2000, 2003, 2005; GATTI, 2000; SOARES, 2002), a Educação Ambiental em

uma linha crítico-emancipatória e ainda a evolução do tratamento da temática ambiental (GRÜN, 1996; BRÜGGER, 1996; GUIMARÃES, 2000, 2006; LOUREIRO, 2000, 20002, 2004, 2006; RUSCHEINSKY, 2002)

Os movimentos locais e internacionais que culminaram no posicionamento da Educação Ambiental como uma necessidade planetária, são enfocados no segundo capítulo. Educação Ambiental assumida na ótica de Loureiro quando afirma ser esta “uma práxis educativa e social que tem por finalidade a construção de valores, conceitos, habilidades e atitudes que possibilitem o entendimento da realidade de vida e a atuação lúcida e responsável de atores sociais individuais e coletivos no ambiente” (LOUREIRO, 2002, p. 69).

Para que a escola se torne agente de transformação social abandonando o caráter de educação bancária (FREIRE, 1983), em que o educando apenas recebe o que o professor define ser conhecimento relevante e deve reproduzir sem exercer qualquer poder criativo, é necessário que a formação do professor se modifique e que assuma a prática referente à educação problematizadora (FREIRE, 1983) ou progressista (GADOTTI, 2000) que estimula uma ação e reflexão autênticas sobre a realidade, levantando questões que outrora eram descartadas como não-científicas.

Portanto, no **quarto capítulo**, é discutida a formação do educador ambiental que passa pela definição do tipo de Escola e de educando que se deseja ter e, para facilitar esta caracterização, foram aplicados questionários aos docentes da Instituição, objeto da pesquisa (CANDAU, 2003, 2004; FREIRE, 1977, 1978, 1983, 2001, 2003; GADOTTI, 2000, 2003, 2005; GATTI, 2000; GUIMARÃES, 2001, 2002, 2004, 2006; LOUREIRO, 2000, 2002, 2004; RUSCHEINSKY, 2002).

O quinto capítulo apresenta o programa elaborado e implementado pela mestrandia denominado Programa de Educação Socioambiental “PESoA”, desde sua fase inicial até os desdobramentos e modificações que lhe foram incorporados, visto ser um programa aberto. Esta preocupação norteou todo o encaminhamento da Proposta que se voltou para a formação de docentes que atuam na Educação de Jovens e Adultos em uma escola da Baixada Fluminense. Foram três os objetivos principais: demonstrar ser o tema transversal Meio Ambiente (MEC/SEF, 1997) integrador a ponto de direcionar uma prática pedagógica referenciada em um currículo interdisciplinar crítico-reflexivo; identificar a fragilidade⁷ do docente no tratamento da temática ambiental e as razões para que seu discurso se distancie da prática.

Foi implementado em forma de encontros, dinamizados tanto pela autora quanto por professores da instituição e convidados externos, sempre com a perspectiva de análise crítica da realidade do profissional educador. A Proposta possibilitou que se apontasse o tipo de formação que melhor atenderia ao profissional que atua na Educação de Jovens e Adultos, na medida em que permitiu responder aos questionamentos “por que o professor que tem uma formação que poderíamos definir como privilegiada apresenta como contraponto uma prática que não lhe corresponde e como a temática ambiental poderia mobilizar um trabalho interdisciplinar e reflexivo destes professores?”

Neste capítulo são apresentadas, também, as dificuldades encontradas para sua implementação o que resultou na diminuição do número de encontros e na retirada e inclusão de atividades, de modo a que não o descaracterizasse. A reação dos chamados professores-alunos é relatada, como previsto inicialmente, e os desdobramentos, em forma

---

⁷ No sentido que lhe confere Guimarães (2004) que é o de não desconsiderar o saber do professor, mas admiti-lo pouco consistente, em termos de práxis.

de atividades propostas aos educandos, sempre que relevantes, são destacados nesta dissertação.

Nas Considerações Finais, a autora procura desvelando a relação teoria-prática, encontrar nos diversos autores que serviram de referencial teórico, argumentos que respondessem às dificuldades surgidas, aos possíveis acertos, às dúvidas não dirimidas e termina por apresentar propostas que atendam à necessidade de formação do professor em serviço, conforme estabelecido na legislação educacional vigente (BRASIL, 1996).

Minha intenção ao formular uma proposta de intervenção foi contribuir com idéias que levassem o educador que atua na Educação de Jovens e Adultos a aprofundar a análise de sua prática e a incorporar a temática ambiental como facilitadora da mesma atendendo aos pressupostos destacados nas Diretrizes Curriculares para o Ensino Regular Noturno do Município de Duque de Caxias (DUQUE DE CAXIAS, 1999) para o ensino de Ciências (1999, p.14) quando afirma que o sistema educacional no Brasil deve estar atento às diferenças regionais e que “nos currículos deverá ser enfatizada a necessidade de construção da cidadania, através da implantação de programas, projetos e trabalhos adaptados às escolas e aos seus contextos ambientais e sociais” e, ainda, em relação ao ensino de História ao apontar como princípio norteador do trabalho:

Utilização da realidade na construção e análise do conhecimento. Porém, a realidade não deve ser vista apenas como uma referência, deve-se ter o objetivo de problematizá-la e, com isso, romper com as respostas baseadas no senso comum (DUQUE DE CAXIAS, 1999, p. 31).

Nesta pesquisa, a participação dos atores no processo foi essencial para a posterior análise.

2. CONTEXTUALIZANDO A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL

A preocupação socioambiental amplia-se a partir do momento em que entidades diversas organizam debates, envolvendo países de várias partes do globo, que abordam a questão sob a perspectiva de valorização da vida. Percebeu-se, naquele momento (meados do século XX), haver necessidade de encontrar “soluções” negociadas, que atendessem a múltiplos interesses, mas tivessem como foco conter o colapso do sistema global (MAGNOLI, 2001).

Os encontros mundiais, como a Conferência Mundial de Meio Ambiente Humano (ESTOCOLMO, 1972) e a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (ECO-92) também nortearam a discussão sobre a questão no Brasil, implicando na criação de leis diversas sob dois enfoques: o protecionista, expresso pelas leis de proteção ambiental e o que defende a idéia de uma educação ambiental em espaços formais e não-formais, conforme proposto na Recomendação nº 2 da Conferência Intergovernamental de Tbilisi, realizada em 1977, na Geórgia (Ex-URSS): “a Educação Ambiental deve constituir um processo contínuo e permanente, começando pelo pré-escolar e continuando através de todas as fases do ensino formal e não-formal”.(UNESCO, 1997, p.56-57).

Para contextualizar o processo educativo no Brasil e os caminhos percorridos para que a temática socioambiental fosse introduzida no espaço escolar serão apresentados, em ordem cronológica, os eventos mundiais mais significativos que demonstram como a discussão se amplia ultrapassando a preocupação bio-ecológica, centrada em ciências específicas, até tornar-se um estudo mais abrangente — biopsicológico, sociocultural e político-econômico. Esta perspectiva inclui toda a sociedade, na medida que seus efeitos

atingem a visão que o ser humano tem de si e de sua relação com a natureza , trabalho a que se propõe a Educação Ambiental (MAGNOLI, 2001).

É importante que se resgate o conceito que Freire (2001) atribui à consciência crítica:

[...] A criticidade para nós implica na apropriação crescente pelo homem de sua posição no contexto. Implica na sua inserção, na sua integração, na representação objetiva da realidade. Daí a conscientização ser o desenvolvimento da tomada de consciência. Não será, por isso mesmo, algo apenas resultante das modificações econômicas, por grandes e importantes que sejam. A criticidade, como a entendemos, há de resultar do trabalho pedagógico crítico, apoiado em condições históricas propícias (FREIRE, 2001, p.69).

Apóio-me ainda neste autor, para abordar a ação cultural que a escola deve assumir no sentido de que quando as pessoas aprendem a “ler e escrever” sua realidade, atuando sobre ela para transformá-la, sua ação torna-se cultural. Para Freire (1969), todos os seres humanos, ao entrarem em contato com a natureza e refletirem sobre o sentido que tem sua ação, são criadores de cultura. Portanto, sua ação é uma ação cultural voltada para a liberdade:

Ação cultural para a liberdade e a revolução cultural, representam ambas um esforço para rechaçar a cultura dominante no plano do cultural ainda mesmo que a nova cultura proveniente deste rechaço se tenha convertido em uma realidade (FREIRE, 1974, p.97).

Com a finalidade de interpretar o que foi denominado, sob uma perspectiva ecológica, de sistema global, nasce em 1968 o Clube de Roma, congregando cientistas, economistas, estudiosos, empresários, professores e especialistas de várias áreas do conhecimento. É considerado, até hoje, um marco na história do movimento ambiental, porque, pela primeira vez, o problema ambiental foi discutido e colocado em nível

planetário. O arcabouço teórico do pensamento do Clube de Roma reside na idéia de que o planeta é um sistema finito de recursos, submetido às pressões do crescimento exponencial da população e da produção econômica restrita. Suas conclusões apontavam o horizonte do colapso do sistema e suas propostas organizavam-se em torno da noção de um gerenciamento global da demografia e da economia, a fim de alcançar um estado de equilíbrio dinâmico. As recomendações essenciais desta nova escola de pensamento ecológico foram o controle da natalidade e mudanças radicais nos modelos produtivos, com ênfase numa “economia de serviços” (MAGNOLI, 2001).

Pode-se afirmar que o encontro de Roma impulsionou a realização da 1ª Conferência Mundial de Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, Suécia (1972), promovida pelas Nações Unidas. Como resultado desta Conferência, foram estabelecidos o “Plano de Ação Mundial” e a “Declaração sobre o Ambiente Humano” (orientação aos governos) e se reconheceu a importância da ação educativa nas questões ambientais como se pode depreender do proposto por Lima (1984):

Uma abordagem multidisciplinar para nova área de conhecimento, abrangendo todos os níveis de ensino, incluindo não-formal, com a finalidade de sensibilizar a população para os cuidados ambientais (1984 apud GUIMARÃES, 2005, p. 17).

Considera-se como um de seus resultados mais efetivos a criação da “ecodiplomacia”, vista como um novo campo da política internacional, uma vez que toda a orientação desta Conferência foi sob este enfoque, que, ainda hoje, é defendido por muitos ambientalistas (MAGNOLI, 2001).

No Brasil, a preocupação em relacionar a educação com a vida do aluno, seu meio e sua comunidade surge a partir da década de 1950 com os chamados “estudos do meio” (MEC/SEF, 1998, p. 23), mas a expressão Educação Ambiental só passa a ser adotada a

partir da década de 1970, com o crescimento dos movimentos ambientalistas. Naquele momento socioeconômico e político, porém, dois fatores provocam o atraso na incorporação da discussão sobre a questão: o fato de ser um país periférico, em que as inovações chegam tardiamente em relação aos países centrais e, estarmos vivenciando, à época, mais um período político de regime autoritário, o qual não se caracterizava, evidentemente, pela afinidade com os princípios crítico-emancipatórios da Educação Ambiental. Isto fez com que o maior investimento em relação à temática socioambiental tenha se dado em espaços não-formais, em experiências isoladas que alcançam pouca repercussão (GUIMARÃES, 2005).

Em 1975, como desdobramento da Conferência de Estocolmo, realiza-se em Belgrado, o Seminário Internacional sobre Educação Ambiental, no qual é redigida uma Carta onde são explicitados os objetivos e metas da Educação Ambiental. A chamada Carta de Belgrado defende, como princípio básico, atenção com o meio natural e artificial, considerando os fatores ecológicos, políticos, sociais, culturais e estéticos, além de determinar que a educação seja contínua, multidisciplinar e multicultural⁸, tendo como meta formar no indivíduo uma consciência coletiva, que o capacite a discernir a importância ambiental na preservação da espécie humana (GUIMARÃES, 2005).

Em 1976, em Bogotá, realiza-se uma reunião envolvendo países da América Latina em que a Educação Ambiental é definida:

[...] como o instrumento de tomada de consciência do fenômeno do subdesenvolvimento de suas implicações ambientais, que tem a responsabilidade de promover estudos e de criar condições para enfrentar esta problemática eficazmente (GUIMARÃES, 2005, p. 19).

---

⁸ No sentido crítico que lhe atribui Candau (2005, p. 24): “o multiculturalismo tem de ser contextualizado a partir de uma agenda política de transformação, sem a qual corre o risco de se reduzir à outra forma de acomodação à ordem social vigente”. CANDAU, V. M. **Cultura(s) e Educação: entre o crítico e o pós-crítico**. Rio de Janeiro: DP& A, 2005.

Pode-se relacionar este caráter da Educação Ambiental ao da consciência humana, segundo Paulo Freire (1983): “A consciência se reflete e vai para o mundo que conhece: é o processo de adaptação. A consciência é temporalizada. O homem é consciente e, na medida em que conhece tende a se comprometer com a própria realidade” (FREIRE, 1983, p. 39).

O grande marco no estabelecimento de uma política voltada para a Educação Ambiental que indicou com clareza o tratamento teórico-metodológico a lhe ser dado foi a Conferência Intergovernamental de Educação Ambiental de Tbilisi (1977), que em seu Informe Final propõe:

A:educação ambiental não deve ser uma matéria a mais que se acrescente aos programas escolares, mas deve, sim, incorporar-se aos programas dedicados a todos os estudantes, seja qual for sua idade (...). Esta tarefa exige a aplicação de novos conceitos, métodos e técnicas no programa, de um esforço global que se encaixe no papel social desempenhado pelas instituições educativas, bem como a criação de novas relações entre todos os participantes do processo educativo (UNESCO, 1997, p. 51).

Esta concepção contrapõe-se à visão mecanicista que dominava a educação moderna na qual as ciências naturais assumem um posto privilegiado e o código curricular volta-se para a sistematização enciclopédica do saber e para um currículo realista no qual a natureza assumia caráter de uso (GRÜN, 1996). No entanto, fugir a este paradigma⁹ não é tão fácil, pois não raro propostas de educação ambiental e livros-textos caem no que Guimarães (2004) denomina “armadilha paradigmática”¹⁰ e trazem, implícita ou explicitamente, padrões culturais que reforçam o mito do antropocentrismo, como alerta Bowers (1993):

Palavras como ‘ecologia’ e ‘meio ambiente’ começam a ganhar maior visibilidade. Elas já aparecem nos livros-textos e dão ao leitor uma sensação de atualidade. No entanto, em um nível mais profundo, livros-textos reproduzem padrões de pensamento que remontam aos primórdios

---

⁹ Segundo Kuhn a palavra paradigma pretende sugerir que “certos exemplos da prática científica atual – tanto na teoria quanto na aplicação – estão ligados a modelos conceptuais de mundo dos quais surgem certas tradições de pesquisa” (KUHN, T. S. **A Estrutura das Revoluções Científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1985, p.19).

¹⁰ Ver capítulo 4 desta dissertação.

da revolução industrial e, além disso, às fundações do pensamento greco-judaico-cristão (1993 apud GRÜN, 1996, p.45).

Podemos considerar a Conferência de Tbilisi um grande avanço nas discussões sobre a prática socioambiental e ressaltaremos algumas de suas recomendações em relação à Educação Ambiental: deveria basear-se na ciência e tecnologia para a consciência e adequada compreensão dos problemas ambientais; deveria se dirigir tanto à educação formal como informal a pessoas de todas as idades e despertar o indivíduo a participar ativamente na solução de problemas ambientais do seu cotidiano; teria que ser permanente, global e sustentada numa base interdisciplinar, demonstrando a dependência entre as comunidades nacionais, estimulando a solidariedade entre os povos da terra. Conclui convidando as diferentes instâncias políticas, dos países da Terra, a incluir em suas políticas de educação conteúdos, diretrizes e atividades ambientais contextualizadas nos próprios países, intensificar a pesquisa e inovação em Educação Ambiental e investir na formação de pessoal docente qualificado, entre outras sugestões (UNESCO, 1997).

No Brasil, o marco histórico na institucionalização da defesa da qualidade ambiental foi a promulgação da lei federal nº 6.938, sancionada a 31 de agosto de 1981, que define a política nacional para o meio ambiente, e que embora trate a temática, segundo Pedrini (1998, p. 37), de forma “exageradamente antropocêntrica”, ainda assim, representa avanço no tratamento da questão.

Dez anos depois, da Conferência de Tbilisi, em 1987, ocorre a terceira Conferência Internacional sobre Educação e Formação Ambiental, convocada pela UNESCO e realizada em Moscou, que reuniu cerca de trezentos educadores ambientais de cem países. Visou avaliar o desenvolvimento da Educação Ambiental e concluiu pelo reforço aos conceitos consagrados na Conferência de Tbilisi, no sentido de que além da promoção da

conscientização e da transmissão de informações, deveria preocupar-se com o desenvolvimento de hábitos e habilidades, ou seja, objetivar modificações comportamentais nos campos cognitivo e afetivo (PEDRINI, 1998).

No Brasil, outro passo significativo foi dado — visto que pela primeira vez cita-se a Educação Ambiental em uma Constituição — quando da promulgação da Constituição de 1988, que tornou a Educação Ambiental exigência a ser garantida pelos governos federal, estaduais e municipais, conforme o artigo 225.

Art. 225 – Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Parágrafo 1º - Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

.....
VI-promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente.

Embora se mantenha o atraso, em relação a outros países, no tocante à implementação de uma política ambiental que se referencie nos diversos segmentos sociais e econômicos, a Educação Ambiental passou a ser discutida em diversos fóruns educacionais no Brasil, permitindo definir, paulatinamente, o caráter que deveria assumir, tendo em vista a realidade brasileira

Como segunda etapa da “ecodiplomacia”, ocorre a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, denominada ECO-92 e realizada na cidade do Rio de Janeiro, que privilegiou a relação meio ambiente e desenvolvimento, politizando definitivamente o debate. Dela emergiu o conceito de desenvolvimento sustentável¹¹, expressão de estratégias econômicas destinadas a promover o crescimento da riqueza e a

---

¹¹ Desenvolvimento Sustentável, segundo o Relatório Brundtland (1987) é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades.

melhoria das condições de vida através de modelos capazes de evitar a degradação ambiental e a exaustão dos recursos naturais (MAGNOLI, 2001).

Nesta Conferência, foi rejeitada a noção de que a defesa do meio ambiente pudesse conduzir à imposição de limites para o crescimento econômico dos países em desenvolvimento, o que não impediu que os tratados que emergiram da Conferência, identificassem os padrões de produção e consumo dos países desenvolvidos como as principais fontes de poluição ambiental.

O tratamento do tema do aquecimento global é um exemplo claro da sintetização de um método reorientado por esta mudança de visão político-econômica, já que embora a Convenção do Clima tenha definido metas de emissões para os países desenvolvidos, não as definiu para os países em desenvolvimento. As negociações para esta Convenção foram marcadas pela resistência dos Estados Unidos à fixação de limites compulsórios para emissões de gases de estufa, mas, no fim, os países desenvolvidos comprometeram-se a congelar, até o ano 2000, as emissões de CO₂ nos níveis registrados em 1990.

Aprovou-se ainda, entre outros documentos, a “Agenda 21”, que reúne propostas de ação para os países e os povos em geral, bem como estratégias para que essas ações possam ser cumpridas. Esse documento, juntamente com a Declaração do Rio, endossa o conceito fundamental de desenvolvimento sustentável, que combina as aspirações compartilhadas por todos os países ao progresso econômico e material com a necessidade de uma consciência ecológica. Em complementação a essa agenda, os países da América Latina e do Caribe apresentaram a “Nossa Agenda”, com as prioridades para seus países e os governos locais apresentaram a “Agenda Local”.

Os compromissos específicos adotados pela Conferência Rio-92 incluem as convenções do Clima e da Biodiversidade, bem como uma Declaração sobre Florestas.

Desde a Conferência, as relações entre países ricos e pobres passaram a ser conduzidas por um novo conjunto de princípios, como os de responsabilidades comuns, mas diferenciados entre os países, em que são identificados os que poluem e os padrões sustentáveis de produção e consumo.

Na Conferência do Rio, a cooperação prevaleceu sobre o conflito, no sentido de abrir novos caminhos para o diálogo multilateral, colocando os interesses globais como preocupação principal e considera-se como um diferencial positivo o fato de ter sido permitida uma grande participação de organizações não-governamentais (ONGs), que passaram a desempenhar um papel fiscalizador e a pressionar os governos para o cumprimento da Agenda 21.

O Fórum Global, do qual participaram os representantes não-governamentais (das ONG's, de movimentos sociais, sindicatos etc.), apresenta como resultado alguns tratados, discutidos e firmados por representantes de várias regiões do mundo, que mencionavam, dentre seus objetivos ou estratégias mais importantes, a conscientização e a Educação Ambiental, dirigidas a toda sociedade, especialmente aos jovens. Um dos tratados foi exclusivamente sobre Educação Ambiental: o “Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global” (1992).

Neste tratado reafirma-se a tendência interdisciplinar da Educação Ambiental que deve, ainda, voltar-se para a resolução dos problemas locais como se pode inferir de sua Introdução:

Consideramos que a Educação Ambiental para uma sustentabilidade equitativa é um processo de aprendizagem permanente, baseado no respeito a todas as formas de vida. Tal educação afirma valores e ações que contribuem para a transformação humana e social e para a preservação ecológica. Ela estimula a formação de sociedades socialmente justas e ecologicamente equilibradas, que conservam entre si a relação de interdependência e diversidade. Isto requer responsabilidade individual e

coletiva em níveis local, nacional e planetário (GUIMARÃES, 2005, p.28)

Ainda como um desdobramento da ECO-92, temos o Protocolo de Kyoto, que veio a ser firmado em dezembro de 1997 e anexado à Convenção do Clima, que inaugurou a terceira etapa da “ecodiplomacia” (MAGNOLI, 2001). Na ocasião, fixou-se o compromisso compulsório de redução de 5% nos níveis de emissões de 1990, a ser atingida entre 2008 e 2012. Também criou-se um sistema de comércio de créditos de emissões entre os países, de modo a conferir flexibilidade ao tratado e reduzir os custos do ajuste das economias nacionais.

Na década de 1990, o debate inicial sobre a disciplinarização ou não da Educação Ambiental alcança seu desfecho, ao consolidar-se posição do Conselho Federal de Educação de 1987, de além de não a constituir como disciplina específica dar-lhe como formulação final o caráter de tema transversal, apresentado pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (MEC/SEF, 1997/1998), que estabelecem relação com as áreas de ensino tradicionais, como se observa no tratamento proposto para o tema transversal Meio Ambiente, objeto deste estudo:

Os conteúdos de Meio Ambiente serão integrados ao currículo através da transversalidade, pois serão tratados nas diversas áreas do conhecimento, de modo a impregnar toda a prática educativa e, ao mesmo tempo, criar uma visão global e abrangente da questão ambiental. As áreas de Ciências Naturais, História e Geografia serão as principais parceiras para o desenvolvimento dos conteúdos aqui relacionados, pela própria natureza dos seus objetos de estudo. As áreas de Língua Portuguesa, Matemática, Educação Física e Arte ganham importância fundamental por constituírem instrumentos básicos para que o aluno possa conduzir o seu processo de construção do conhecimento sobre meio ambiente (MEC/SEF, 1997, p. 36)

Em 1997, a Secretaria de Educação Fundamental do Ministério da Educação e Cultura, apresenta à sociedade e aos meios educacionais, os Parâmetros Curriculares Nacionais, com a proposta de temas transversais para o primeiro e segundo ciclos (1ª à 4ª séries) e em 1998, a orientação dos referidos temas para o terceiro e quarto ciclos (5ª à 8ª séries). Os temas transversais são Ética, Pluralidade Cultural, Meio Ambiente, Saúde, Orientação Sexual, Trabalho e Consumo e, nesta pesquisa, são enfocados diretamente os temas Meio Ambiente, como orientador do Programa de Educação Socioambiental — PESoA — e Trabalho e Consumo, visto estarmos tratando da modalidade de ensino Educação de Jovens e Adultos. É evidente, porém, que os outros temas perpassam as discussões implementadas na Proposta.

Percebe-se a inter-relação entre os diferentes temas nas orientações para a abordagem do Tema Transversal Trabalho e Consumo (MEC/SEF, 1997). Conforme proposto deve ser trabalhado na perspectiva de que todos têm direito a um meio ambiente e moradia saudáveis — o que está longe de ser realidade para grande parte da população brasileira — havendo necessidade de políticas que priorizem a alimentação, a saúde, a habitação e lança a questão: “O que a escola pode fazer?”. Apresenta a seguir a resposta:

Pode participar deste movimento, propiciando o debate em torno de alguns temas que possibilitem aos alunos uma maior compreensão do contexto social em que vivem e lhes permitam atuar em sua vida cotidiana e na comunidade, de forma crítica e solidária (MEC/SEF, 1997, p. 386).

Essa postura possibilitaria o “reconhecimento da presença do trabalho e do consumo nos elementos naturais e construídos do meio ambiente”, pois, nos elementos, ‘naturais’ pode-se reconhecer a presença de séculos de trabalho, o que levaria o educando à “valorização do critério de sustentabilidade no consumo, pessoal e coletivo”.(MEC/SEF, 1997, p. 386 e 391)

Em 27 de abril de 1999, instituiu-se no Brasil, a Política Nacional de Educação Ambiental, através da Lei nº 9.795, ao determinar que a temática ambiental deve ser abordada em todos os níveis e modalidades de ensino. É interessante ressaltar sua previsão inclusive para a modalidade Educação de Jovens e Adultos e para a Formação Continuada, objeto desta pesquisa:

Art.9º-Entende-se por Educação Ambiental na educação escolar a desenvolvida no âmbito dos currículos das instituições de ensino públicas e privadas, englobando:

I- educação básica:

a-educação infantil;

b-ensino fundamental e

c-ensino médio;

II- educação superior;

III – educação especial;

IV – educação profissional;

V – educação de jovens e adultos.

Art.10 – A Educação Ambiental será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades de ensino formal

§ 1º A Educação Ambiental não deve ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino.

§ 2º Nos cursos de pós-graduação, extensão e nas áreas voltadas ao aspecto metodológico da Educação Ambiental, quando se fizer necessário, é facultada a criação de disciplina específica.

§ 3º Nos cursos de formação e especialização técnico-profissional, em todos os níveis, deve ser incorporado conteúdo que trate da ética ambiental das atividades profissionais a serem desenvolvidas.

Art.11 – A dimensão ambiental deve constar dos currículos de formação de professores, em todos os níveis e em todas as disciplinas.

Parágrafo único: Os professores em atividade devem receber formação complementar em suas áreas de atuação com o propósito de atender adequadamente ao cumprimento dos princípios e objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental que trate da ética ambiental das atividades profissionais a serem desenvolvidas.

Percebe-se pelos dispositivos legais a importância do engajamento da Escola e de seus profissionais em uma educação ambiental de caráter crítico uma vez que:

a atividade pedagógica e intelectual da educação ambiental reconhece como fundamental o relacionamento entre saber e poder, pois o conhecimento potencializa ou confere poder, permitindo inventar formas

de conferir direitos e cidadania ao discurso dos atores sociais (RUSCHEINSKY, 2002, p.80).

Atualmente, o Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) coordena diversas ações de apoio e fomento à Educação Ambiental. Ilustrativamente cito algumas ações, projetos e programas:

- FNMA (Fundo Nacional de Meio Ambiente): apóia projetos dentro de Núcleo Temáticos: Sociedades Sustentáveis incluindo ações tais como: Educação Ambiental para a Sustentabilidade, Produção de Material Pedagógico.

- FNDE (Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação): No que tange a educação ambiental, o FNDE apóia projetos em duas das ações: Formação Continuada de Professores e Ações Educativas Complementares (Educação de Chico Mendes, Concessão de Chancela a Projetos de Educação Ambiental).

- Programa Juventude e Meio Ambiente: este programa se propõe a aprofundar o debate socioambiental com foco em políticas públicas, deflagrando um processo de formação de jovens e fortalecimento dos Coletivos Jovens de Meio Ambiente, cuja proposta vem sendo construída desde 2003, a partir da realização da I Conferência Infante - Juvenil pelo Meio Ambiente.

- Com-Vida MEC: Programa Institucional de Gestão Ambiental do MEC que visa a melhor gestão dos recursos naturais e a diminuição dos impactos ambientais gerados pelas suas atividades.

Percebe-se, analisando o alcance destas ações, que há preocupação política em implementar a Educação Ambiental de caráter crítico-formativo, envolvendo atores e recursos diferenciados, de modo a que a questão seja discutida efetivamente pela sociedade,

não se restringindo ao âmbito escolar mas tornando a Instituição-Escola parceira importante neste processo.

Neste sentido, a Educação Ambiental corresponde segundo Layrargues “à reação do sistema educativo frente aos desafios impostos pela crise ambiental”, contrapondo-se a uma educação convencional não ambiental (LAYRARGUES, 2003, p.1)

Localizando a preocupação com a Educação Ambiental no município de Duque de Caxias, local de realização da pesquisa, destacamos que a temática socioambiental é contemplada, como uma proposta interdisciplinar que aparece, direta ou indiretamente, nas Diretrizes para o Ensino Regular Noturno Acelerado (DUQUE DE CAXIAS, 1999), elaborado entre 1998 e 1999, pelos professores daquela rede de ensino. Os quadros, postos a seguir, que apresentam objetivos, por disciplina, extraídos do referido documento, permitem entender esta assertiva.

Quadro 1: Presença da temática socioambiental nas disciplinas Matemática e Ciências

MATEMÁTICA	CIÊNCIAS
•Valorizar a Matemática como instrumento pra interpretar informações sobre o mundo, reconhecendo sua importância em nossa cultura •Intervir em situações diversas relacionadas à vida cotidiana, aplicando noções matemáticas e procedimentos de resolução de problemas individual e coletivamente.	•Compreender o ambiente como um todo dinâmico, sendo o ser humano parte integrante e agente de transformações do espaço em que vive. •Compreender e utilizar a tecnologia como meio para suprir necessidades humanas, distinguindo usos corretos e necessários, daqueles prejudiciais ao equilíbrio da natureza e do homem

Quadro 2 : Presença da temática socioambiental nas disciplinas Língua Portuguesa e Arte

LÍNGUA PORTUGUESA	ARTE
•Compreender o significado das vozes que se manifestam no debate social e pronunciar-se com sua própria voz •Manter um ponto de vista coerente ao longo de um debate ou uma apresentação.	•Contribuir para a desconstrução de preconceitos que geram uma grande dificuldade em conviver com a alteridade. •Compreender a arte como elemento humanizador, presente na vida do homem percebendo sua contribuição na compreensão da pluralidade cultural

Quadro 3 : Presença da temática socioambiental nas disciplinas Geografia e História

GEOGRAFIA	HISTÓRIA
•Avaliar a ação dos homens sobre o espaço em diversos momentos ▪Analisar os problemas ambientais e os conflitos sociais urbanos ▪Discutir e analisar as questões relativas aos problemas socioambientais •Desenvolver uma atitude responsável em relação ao espaço em que vive	• Identificar e compreender os problemas econômicos, sociais e ambientais de sua localidade de forma a intervir de maneira crítica, enquanto indivíduo e cidadão. •Refletir sobre a importância do meio ambiente para a sobrevivência da humanidade. • Refletir sobre os diferentes significados da relação homem-natureza através dos tempos, historicizando esta relação através de exemplos singulares.

Segundo Saito (2002):

A educação ambiental, por sua natureza complexa e interdisciplinar; que envolve aspectos da vida cotidiana, questiona a qualidade de vida e explicita as interdependências entre ambiente e sociedade, carrega um forte potencial emancipatório (2002 apud RUSCHEINSKY, 2002, p.58)

Posso avaliar, pelos objetivos traçados, a intenção de uma educação transformadora, construída com os educandos, em que a prática interdisciplinar é condição *sine qua non* para que se efetive. O viés Meio Ambiente é utilizado para analisar a realidade, ultrapassando o caráter conceitual, visto que a Educação verdadeiramente ambiental é a que pressupõe procedimentos e atitudes por parte do sujeito.

3. MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E EDUCAÇÃO AMBIENTAL : CONCEITOS FORMADORES DO PROGRAMA PESOA

*“Se a educação sozinha não transforma a sociedade,
sem ela tampouco a sociedade muda.”
Freire*

Para que se justifique a importância da Educação Ambiental é necessário historicizar seu surgimento, de modo a tornar possível compreender o porquê de um programa de educação socioambiental como o PESoA (Programa de Educação Socioambiental), que se volta à formação de professores, e se assume como crítico-emancipatório.

Desde a Antiguidade, muitas sociedades humanas que se tornaram hegemônicas em diferentes épocas históricas, sempre buscaram o desenvolvimento através da acumulação de riquezas a qualquer custo, mesmo reduzindo os recursos ambientais (PEDRINI,1998)¹².

A idéia de desenvolvimento, segundo Acselrad; Leroy (2001) além de poder ser entendida de várias maneiras, implica em que nenhuma de suas formulações, como já afirmava Freire em relação à educação, seja neutra. Segundo Freire, a educação é uma forma de intervenção no mundo, portanto, “a educação jamais foi, é, ou pode ser”, neutra à reprodução ou contestação da ideologia dominante (FREIRE, 2003, p.99).

Reforçando o já apontado por Pedrini, afirmaria que “o que sempre existiu foi a vontade do ser humano de se reproduzir, de crescer e de melhorar de vida” (ACSELRAD; LEROY, 2001, p.1). O desenvolvimento capitalista seria uma vertente desta vontade, sob a tutela de uma minoria que a administra em proveito próprio.

---

¹² A concordância com a posição de Pedrini (1998) coloca-se no sentido de contextualizar a ação humana sem, no entanto, “naturalizar” a degradação ambiental como algo inerente a esta, de forma fatalista (nota da Autora).

Início esta discussão voltando à Primeira Revolução Industrial (1760), situando-a como o marco que provocou mudanças estruturais tanto nas relações sociais, exercidas entre os homens no desempenho das atividades econômicas e na vida social, quanto nas bases técnicas das atividades humanas em termos de avanços científicos e sua aplicação industrial sob a forma de tecnologia. O processo deflagrado de crescente transformação da interação entre a humanidade e o planeta, isto é, entre as atividades humanas e a biosfera (FRANCO; DRUCK, 1998), acelera a degradação ambiental visto ser a natureza percebida e tratada, neste momento histórico, como objeto de uso e considerada como fonte inesgotável e necessária para mover a máquina. Torna-se importante alertar que esta visão não se inicia com o processo de industrialização, mas, com certeza, se agrava neste período.

A exploração dos recursos naturais intensificou-se com as revoluções industriais e o desenvolvimento de novas tecnologias, associados a um processo de formação de um mercado mundial que transformou as demandas locais em demandas mundiais. A fome, a miséria, a injustiça social, a violência e a baixa qualidade de vida de grande parte da população mundial são fatores derivados do modelo econômico com graves repercussões nas questões ambientais e na saúde das populações (MEC/SEF, 1997).

A partir da Revolução Industrial, que se expandiu progressivamente da Inglaterra para o resto do mundo ocidental e, no século XX, se desdobra no mundo oriental, podem ser destacados elementos de transformação profunda na vida dos homens entre si e com o meio ambiente e, conseqüentemente, nas condições de sustentabilidade ambiental.

Em primeiro lugar, destaca-se a modificação nas relações entre os homens e o mundo do trabalho, em termos de distanciamento entre o que efetivamente produzem e o retorno, não só salarial mas de satisfação pessoal, ligado à mercadoria produzida. Afastamento que leva o trabalhador assalariado a um processo que pode ser denominado de

“alienação”, já que não se percebe como tendo utilidade real, pois, muitas vezes, devido à especialização da cadeia de produção, sequer reconheceria o produto final de seu trabalho. Configuram-se novos regimes de trabalho, executados sob ritmos mais velozes e predeterminados.

Para Karl Marx, a força de trabalho do operário, na sociedade capitalista, é tratada como uma mercadoria, mas deve-se levar em conta que trabalho é uma atividade tipicamente humana (DUARTE, 2004), que ultrapassa o plano da mera satisfação de necessidades básicas e se constitui num complexo conjunto de ações significativas. Quando há ruptura entre o sentido e o significado das ações humanas, para o sujeito que as exerce, o trabalho torna-se algo externo e estranho à sua personalidade e a este processo denominamos alienação.

Já que o trabalho alienado aliena a natureza do homem, aliena o homem de si mesmo, o seu papel ativo, a sua atividade fundamental, aliena do mesmo modo o homem a respeito da espécie; transforma a vida genérica em meio de vida individual. Primeiramente, aliena a vida genérica e a vida individual; depois muda esta última na sua abstração em objetivo da primeira; portanto na sua forma abstrata e alienada (MARX, 2002 apud LOUREIRO, 2004, p.96).

Marx e Engels afirmam que a relação entre o trabalho e a qualificação humana diz respeito a condições omnilaterais (físico-mentais e afetivo-lúdicas) “capazes de ampliar a capacidade de trabalho na produção dos valores de uso em geral como condição de satisfação das múltiplas necessidades do ser humano em seu devenir histórico” (FRIGOTTO, 2003, p. 31). Assim:

Por ser o trabalho o pressuposto fundante do devenir humano, ele é o princípio educativo e, portanto, é fundamental que todo o ser humano, desde a mais tenra idade, socialize este pressuposto. É desta compreensão do trabalho como criador da realidade humana (...) que Marx e Engels postulam a união do trabalho manual, industrial, produtivo, com o trabalho intelectual (FRIGOTTO, 2003, p. 32).

Em se tratando da valorização do trabalho como princípio educativo pode ser citada a Pedagogia Freinet e a “Educação do Trabalho”, que não significa educação para ou pelo trabalho, mas o reconhecimento de que educação é trabalho. Este educador francês, na perspectiva marxista que o influenciou, indubitavelmente, afirma que:

só o trabalho permite que os homens, ao transformarem a natureza, se transformem a si próprios, se eduquem. O trabalho será o grande princípio, o motor e a filosofia da educação popular; a atividade da qual decorrerão todas as aquisições de conhecimento (FREINET, 1980 apud OLIVEIRA, 1995, p.139).

A busca da “humanização” do ser humano, por redundante que possa parecer, relaciona-se a uma sociedade que, por hipervalorizar o capital e o consumo, acaba não percebendo que os chamados recursos naturais são finitos e que não é possível que todas as nações atinjam o mesmo padrão socioeconômico, sem causar graves danos ambientais.

Em relação ao tema transversal Trabalho e Consumo, na Introdução dos Parâmetros Curriculares Nacionais (MEC/SEF, 1997), consta a afirmação:

As relações existentes entre os homens em sociedade podem ser analisadas a partir das relações de trabalho e consumo, mas ficam muitas vezes obscurecidas pela freqüente afirmação de que todos são igualmente livres tanto para trabalhar e escolher um tipo de trabalho como para consumir. Essa afirmação não considera as desigualdades de acesso ao trabalho, aos bens de consumo e aos serviços, ou a distribuição diferenciada entre as classes sociais. Consumir, portanto, não é um ato “neutro”: significa participar de um cenário de disputas por aquilo que a sociedade produz e pelos modos de usá-lo, tornando-se um momento em que os conflitos, originados pela desigual participação na estrutura produtiva, ganham continuidade por meio da distribuição e apropriação de bens e serviço (MEC/SEF, 1997, p. 343).

Pedrini (1998) afirma que quando o ser humano começa a tomar consciência de que uma crise civilizatória¹³ se aproxima, abandona sua postura arrogante e busca alternativas

---

¹³ Vide capítulo 2.

para superar as conseqüências de seus atos impensados e percebe ser necessário modificar o modelo de crescimento econômico e desenvolvimento social.

Emergem, então, teses diferenciadas sobre a questão do desenvolvimento que estão intimamente vinculadas ao modelo de sociedade que se deseja construir e que, de modo geral, pretende produzir pessoas conscientes de seus direitos e deveres coletivos (PEDRINI, 1998). A esta postura se associa um modelo de educação e uma visão diferenciada de Educação Ambiental.

Layrargues (2003) afirma que o inesperado obstáculo que interrompeu o rumo civilizatório moderno — a crise ambiental manifesta em larga escala no mundo — desafiou os variados sistemas sociais (ciência, tecnologia, economia, política, direito, educação) a reagir e apresentar propostas de conversão de rumo, de modo a encontrar meios capazes de enfrentar o cenário de insustentabilidade dos estilos de desenvolvimento. Surge, deste modo, uma economia ecológica, uma política verde, o direito ambiental, a tecnologia “limpa” de uma ciência complexa afinada com a visão de mundo e de dimensão ambiental, presentes em cada lógica de desenvolvimento sustentável (LAYRARGUES, 2003).

Resgato novamente Acselrad (2001) que apresenta cinco matrizes discursivas sobre o desenvolvimento sustentável. A primeira questiona a noção corrente de desenvolvimento; a segunda o modo como o desenvolvimento se expressa, em subordinação a determinados interesses; a terceira afirma a primazia dos atores sociais na construção do seu projeto próprio; a quarta destaca os mesmos atores, agora, na reorganização dos seus territórios e a quinta matriz ressalta a importância de mobilização do conhecimento tanto para o questionamento do desenvolvimento quanto para a construção democrática da sustentabilidade.

DeLuiz; Novicki (2004) apontam que:

frente a este quadro de crise social e ambiental de dimensão planetária, verifica-se a formulação de diferentes propostas de modelos de desenvolvimento ambientalmente sustentáveis (desenvolvimento sustentável). Entretanto, devemos estar atentos às concepções existentes sobre desenvolvimento sustentável, pois estas estão ancoradas em diferentes matrizes teóricas que informam a intenção de efetivar distintos projetos políticos, segundo os interesses em confronto que se refletem nas abordagens e práticas educacionais (DELUIZ; NOVICKI, 2004, p. 3).

Com esta afirmativa, os autores nos alertam para os variados interesses socioeconômicos que interferem nas propostas de desenvolvimento sustentável.

Segundo Acelrad (2001) a discussão sobre a noção de sustentabilidade tem incorrido apenas em “discursos em disputa pela expressão que se pretende a mais legítima. Pois a sustentabilidade é uma noção a que se pode recorrer para tornar objetivas diferentes representações e idéias” (ACSELRAD, 2001, p.28). Afirma, que nos debates sobre desenvolvimento, a noção de sustentabilidade vem ocupando espaço crescente e que desde o lançamento público internacional do Relatório Brundtland¹⁴ (1987) diversas matrizes discursivas lhe têm sido associadas. Dentre elas, pode-se destacar a matriz da eficiência, que pretende combater o desperdício da base material do desenvolvimento, estendendo a racionalidade econômica ao “espaço não-mercantil planetário”; da escala, que propõe um limite quantitativo ao crescimento econômico e à pressão que ele exerce sobre os “recursos ambientais”; da equidade, que articula de forma analítica princípios de justiça e ecologia; da auto-suficiência, que prega a desvinculação de economias nacionais e sociedades tradicionais dos fluxos do mercado mundial como estratégia própria para assegurar a capacidade de auto-regulação comunitária das condições de reprodução da base material do desenvolvimento e da ética, que inscreve a apropriação social do mundo material em um debate sobre os valores positivos e negativos, evidenciando as interações da base material

---

¹⁴ Vide capítulo 2.

do desenvolvimento com as condições de continuidade da vida no planeta (ACSELRAD, 1999).

Para fins deste estudo serão enfocadas três dessas matrizes de desenvolvimento sustentável, as linhas de pensamento em relação à educação que lhes correspondem, bem como o enfoque da Educação Ambiental apresentado por alguns autores..

A matriz da eficiência, se baseia na idéia de que as inovações tecnológicas devem garantir melhor aproveitamento dos recursos naturais, propondo a relativa redução de consumo de matéria, tendo, portanto, como eixos, o crescimento econômico e a eficiência, na lógica do mercado. Seus pressupostos ancoram-se na economia política clássica, no liberalismo econômico de Adam Smith (1985) e, atualmente no neoliberalismo de Hayek (DELUIZ; NOVICKI, 2004). A idéia central é que a riqueza das nações se estabelece pelo aumento da produtividade do trabalho, que pode ser alcançada pela divisão e especialização do processo de trabalho, que criaria um excedente, que permitiria o aumento do capital que levaria à ampliação do tamanho dos mercados.

Esta matriz tem muitos defensores não só entre aqueles que lidam diretamente com o capital, mas também entre os que atuam na educação da forma que Singer (1996) chama de produtivista. Essa concepção trata a educação, principalmente a escolar, como preparação dos indivíduos para o ingresso na divisão social do trabalho, o mais qualificadamente possível. Como exemplo desta visão, podemos citar a legislação educacional brasileira, na década de 1970, que instituiu uma lei de Diretrizes e Bases que, claramente, assume a posição da Educação como instrução, qualificação, formadora de competências tecnológicas e científicas para satisfazer as exigências de recursos humanos necessários à Economia. Trata-se da Lei 5692/71, que propõe:

Art. 1º O ensino de 1º e 2º graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania.

.....
 Art. 5º As disciplinas, áreas de estudo e atividades que resultem das matérias fixadas na forma do artigo anterior, com as disposições necessárias ao seu relacionamento, ordenação e seqüência, constituirão para cada grupo, currículo pleno do estabelecimento.

§ 1º Observadas as normas de cada sistema de ensino, o currículo pleno terá uma parte de educação geral e outra de formação especial, sendo organizado de modo que:

- a) no ensino de primeiro grau, a parte de educação geral seja exclusiva nas séries iniciais e predominantes nas finais;
- b) no ensino de segundo grau, predomine a parte de formação especial.

§2º A parte de formação especial do currículo:

- a) terá o objetivo de sondagem de aptidões e iniciação para o trabalho, ensino de 1º grau e de habilitação profissional, no ensino de 2º grau;
- b) será fixada, quando se destine a iniciação e habilitação profissional, em consonância com as necessidades do mercado de trabalho local ou regional, à vista de levantamentos periodicamente renovados.

Art. 6º As habilitações profissionais poderão ser realizadas em regime de cooperação com as empresas.

Parágrafo único. O estágio não acarreta para as empresas nenhum vínculo de emprego, mesmo que se remunere o aluno estagiário, e suas obrigações serão apenas as especificadas no convênio feito com o estabelecimento (BRASIL, 1971)

Em termos pedagógicos, os critérios de avaliação da qualidade da educação voltavam-se para a questão da eficácia e da eficiência, já que prevaleciam concepções de aprendizagem que decorriam das teorias da pedagogia associacionista e comportamentalista, bem como concepções de currículo e de escola subordinadas às idéias de Taylor (1980), consubstanciadas no currículo da eficiência social (BLOOM,1971; SKINNER,1974; TAYLOR, 1980).

O indivíduo é levado a crer que seu esforço pessoal será determinante para sua ascensão social, ignorando as pressões socioeconômicas que a própria sociedade exerce para que tal não aconteça, ou seja, para que o *status quo* seja mantido.

Trata-se, em relação à temática ambiental, de uma abordagem reducionista, preservacionista, centrada na natureza, que propugna o avanço tecnológico para a resolução dos problemas ambientais originados pelo uso indiscriminado dos recursos naturais. Para Grün (1996), esta é uma das principais causas da degradação ambiental, vivermos sob uma ótica antropocêntrica, onde o homem se assume como estando fora da natureza, acreditando que as coisas existem em função dele, o que impede a compreensão do meio ambiente em sua estrutura complexa. Este modelo não leva em consideração os fatores éticos e políticos da devastação ambiental. A Educação Ambiental, nesta matriz, pode ser definida como “adestramento ambiental” (BRÜGGER, 1999), por trabalhar com ações pontuais do tipo: dedicar um dia ao meio ambiente e fazer atividades como recolhimento de lixo ou palestras, onde não há visão crítico-prospectiva, mas imediatista

A matriz da auto-suficiência pressupõe ser possível alcançar a sustentabilidade com a preservação e construção de comunidades sustentáveis que desenvolveriam relações tradicionais com o meio físico natural.

Corresponde à idéia fisiocrata que defendia a tese de que na agricultura está a origem do excedente econômico, proporcionando, portanto, riqueza. Esta teoria se fundamenta na reprodução perpétua dos bens necessários à subsistência, conservação e conforto humano e, seu maior mérito foi ter chamado a atenção para a “origem e definição do conceito de riqueza”, como estando relacionada aos “recursos naturais renováveis” (CORDEIRO, 1995 apud DELUIZ; NOVICKI, 2004). François Quesnay (1758), o maior expoente do pensamento fisiocrata, apresentou suas idéias no livro Quadro Econômico, publicado em 1758.

O reflexo desta teoria no atual pensamento político-econômico é percebido quando se procede à análise das sociedades voltadas para o bem-estar social, resultantes de um

momento político-histórico da Europa, que questiona as proposições capitalistas voltadas para o consumismo. Este movimento tem como tese a revalorização da “sociedade do ser” em contraposição à “sociedade do ter”, e se volta para a necessidade de haver preocupação mundial com a preservação dos recursos renováveis que seriam a verdadeira riqueza.

Em momentos de crise ambiental, esta teoria retorna, não com sua rigidez inicial, mas numa visão romântica e ingênua, de que é possível voltar ao passado, criando comunidades idílicas, um pouco semelhantes à mostrada no filme “A Vila” de M. Night Shyamalan, embora a mensagem da película fosse outra (fuga à violência urbana).

Esta abordagem pode ser definida como “arcaico-naturalista” (GRÜN, 1996), na medida que propõe o retorno ao passado (idealizado), em uma visão biocêntrica que ao subordinar o homem à natureza é conservadora. Segundo Grün (1996), esta corrente acaba incorrendo no erro grave de tentar eliminar o horizonte histórico de tematização, ao idealizar as origens como condição perfeita, pondo de lado a história e o processo que liga o ser humano a ela. Nós somos o resultado dos erros e acertos do passado e não adianta tentar ignorar isto pois os resultados estão presentes no mundo.

A Educação Ambiental, relacionada à matriz da auto-suficiência é a que faz apologia das culturas primitivas e venera o passado, assumindo uma postura a-histórica e alienada. Enquanto a matriz da eficiência apresenta uma visão antropocêntrica, em que o homem seria o centro de todas as ações, esta matriz, assume uma visão biocêntrica, de superioridade do Meio Ambiente em relação ao homem.

A matriz da equidade enfatiza as relações entre desigualdade social e degradação ambiental, como sendo intrínsecas, preocupando-se com a erradicação da miséria e com a proteção ambiental.

Relacionada ao paradigma marxista que analisa o trabalho como sendo uma mercadoria que enriquece apenas um grupo social e aliena o homem de si mesmo, a matriz da equidade pode ser considerada a síntese das matrizes anteriores por pregar a volta ao passado, no sentido de retorno aos valores, simultaneamente ao reconhecimento da importância da tecnologia em sua preocupação com a degradação ambiental, miséria e justiça social, objetivando a transformação da realidade. Tem como princípio a justiça social, a partir da superação das desigualdades, cuja construção deve ser democrática, ancorada na atuação dinâmica dos vários atores sociais.

Nesta linha, segundo Singer (1996), a visão de educação é a civil-democrática, que não deve ser confundida com a ideologia liberal, pois nela liberdade e igualdade localizam-se no mesmo patamar. Nega a legitimidade dos resultados do jogo do mercado, pelo fato de a sociedade capitalista dividir-se em sujeitos que acumulam capital e os que são obrigados a ganhar a vida com o trabalho, o que implica em ganhadores e perdedores pré-qualificados.

O acesso universal à educação escolar, nesta ótica, é condição essencial, já que sua intenção principal estaria focada na capacitação das crianças, principalmente as das classes mais desprivilegiadas, para o exercício pleno de sua cidadania, sendo condição para tal o acesso a oportunidades culturais e profissionais que exigem escolarização. A formação defendida para o homem, ampara-se na visão crítica de Karl Marx, que defende a omnilateralidade, e implica em uma relação dialética Homem-Natureza.

Acredito que a Educação Ambiental assume, nesta matriz, um caráter crítico, socioambiental, emancipatório, voltado para uma prática transformadora da sociedade em busca de uma sustentabilidade baseada em novos moldes, condições materiais e posturas sociopolíticas, uma das metas possíveis para o Programa de Educação Socioambiental, PESoA..

Avançando um pouco mais na discussão sobre sustentabilidade, Capra (1982) esclarece que, pelo fato de tudo na natureza estar interligado, inter-relacionado, há necessidade de um novo paradigma, que implique em uma nova visão da realidade, mudando fundamentalmente pensamentos, percepções e valores, numa transferência da concepção mecanicista da realidade para a holística¹⁵. Esta nova visão de mundo e de pensar abriria, segundo ele, caminho para a formação de novos pensamentos e valores ambientais e uma nova pedagogia calcada na inter-relação dos fatos, pensamentos e ações.

Retorno a Acselrad (1993) que, não fica no plano apenas filosófico, mas acredita numa ação efetiva e coloca a importância de um espaço público de discussão, pois é nele que os homens se reconhecem como iguais e podem discutir o que lhes é comum. Afirma que:

As lutas contra as agressões ambientais são lutas pela construção da esfera pública na natureza e pela introdução da política na gestão do meio ambiente. Pois é através da política que se obterá a desprivatização do meio ambiente e se garantirá o respeito aos direitos ambientais das populações.(ACSELRAD, 1993, p.19).

---

¹⁵ Holismo: provém de *holos* em grego que significa totalidade. É a compreensão da realidade que articula o todo nas partes e as partes no todo, pois vê tudo como um processo dinâmico, diverso e uno (BOFF, L. **Saber cuidar**: ética do homem – compaixão pela terra..Petrópolis (RJ): Vozes, 2004, p. 196).

4. FORMAÇÃO DE PROFESSORES E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: SUBSÍDIOS PARA A CONTEXTUALIZAÇÃO DE PRÁTICA PEDAGÓGICAS NA REALIDADE SOCIOCULTURAL E AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS

Na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. é pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a própria prática.

Paulo Freire

4.1- Formação de Professores: Educação de Jovens e Adultos

Arroyo (2002) afirma que o fato de dizer, “somos professores”, significa muito mais que apenas exercer a função docente, já que são poucas as atividades profissionais que têm tal identidade com a essência da pessoa. Continua dizendo que ser mestre, educador é um modo de ser e um dever-ser, sendo uma conversa permanente do sujeito consigo mesmo sobre sua própria formação e, como a maioria dos professores da Educação Básica foi formada para ser ensinador, ou seja, transmitir conteúdos, tem necessidade de ser aprendiz o que muitas vezes lhes é doloroso. Ao assumir esta postura, pensa — afirma o autor— em Paulo Freire que tanto se perguntava “onde e como se educar como educador” (ARROYO, 2002, p.47).

Essa introdução se faz necessária quando se pensa no profissional que fará Educação Ambiental no âmbito escolar, uma vez que a legislação é clara ao mencionar que o tema ambiental deve ser tratado de forma transversal a partir dos conteúdos trabalhados, de forma contextualizada, por professores de todas as disciplinas (MEC/SEF,1997).

Inicialmente, torna-se necessário definir sob qual enfoque a discussão da temática ambiental, em sala de aula, em particular na Educação de Jovens e Adultos, deve ser promovida, a meramente reprodutivista, bancária (FREIRE, 1983; SINGER, 1996) ou a emancipatória (FREIRE, 1977,2001,2003; GADOTTI,2000,2005).

A Educação de Jovens e Adultos tem em Paulo Freire o grande idealizador de sua prática. Será que a prática metodológica, defendida por este autor, está clara para todos os educadores que atuam nesta modalidade de ensino, visto que em sua grande maioria tiveram uma educação mnemônica, ou seja, voltada para o acúmulo de conhecimentos e não para a contextualização e crítica dos conteúdos?

Esta foi uma preocupação presente na Conferência Intergovernamental de Tbilisi, realizada em 1977, que está bastante clara em duas de suas recomendações:

17• Adoção de medidas necessárias que permitam uma formação ambiental a todo o pessoal docente em exercício visto que a grande maioria foi diplomada em um período de descuido em relação à temática ambiental.

18• Haverá maior eficácia se a discussão da temática ambiental estiver conjugada com material didático adequado e se docentes e educandos participarem de sua preparação e adaptação (UNESCO, 1997).

Gatti (2000) diz ser a formação de professores um grande desafio para as políticas educacionais já que, embora tenha havido expansão do ensino (universalização), a formação docente “não logrou, pelos estudos e avaliações disponíveis, prover o ensino com profissionais com qualificação adequada”. Ela continua sua tese afirmando:

ser baixa a consciência política em relação à importância social dos professores no quadro do desenvolvimento do país e de seu enquadramento na conjuntura mundial. Disto decorre descaso com suas possibilidades de carreira profissional e de salário e descuido quanto à sua formação prévia ou em serviço (GATTI, 2000, p. 1).

Estes são complicadores para que esta formação se efetive plenamente e têm sido constantemente citados por estudiosos como justificativa para que a prática dos professores não possua a qualidade desejável.

Segundo D'Ambrosio (1998, apud Serbino,1998,p.241) a educação é um ato político e “se algum professor julga que sua ação é politicamente neutra, não entendeu

nada de sua profissão”, já que sua responsabilidade maior vai além de sua disciplina — formar o cidadão.

Perrenoud (2002), ao propor que o professor seja um profissional reflexivo em relação à sua ação e preocupado com sua formação, alerta:

Um profissional reflexivo não se limita ao que aprendeu no período da formação inicial, nem ao que descobriu em seus primeiros anos de prática. Ele reexamina constantemente seus objetivos, seus procedimentos, suas evidências e seus saberes. Ele ingressa em um ciclo permanente de aperfeiçoamento, já que teoriza sua própria prática, seja consigo mesmo, seja com uma equipe pedagógica (PERRENOUD, 2002, p. 44).

Deve-se entender, portanto, que a prática pedagógica tenha como pontos de partida e chegada a prática social e que para tal é necessário que se ofereça ao sujeito conhecimentos que o capacitem a participar da vida social, permitindo-lhe acesso à cultura, trabalho, progresso e cidadania, como afirma Brzezinski (1998, apud SERBINO, 1998, p.161-162). Esta é a maior finalidade da Educação e para que o educador consiga não só transmitir conteúdos, mas produzi-los e socializá-los, deverá ter formação apropriada que o faça ver o aluno como sujeito que constrói sua própria história.

Impõe-se, a partir desta compreensão, definir que concepção de currículo norteará o trabalho de formação do profissional-educador, uma vez que deverá aliar teoria à prática, superando a visão característica do ideário liberal tecnicista de que currículo compreenderia apenas um rol de disciplinas, que trabalharia conceitos universais determinados.

No momento atual, em que o currículo assume conotação política, com especificidade sociopolítico-pedagógica voltada a uma concepção progressista de educação, que torna a escola responsável pela humanização do homem, urge discutir o perfil do profissional que se deseja / deve ser formado para cumprir este papel. Sua formação deve expressar-se no domínio de conhecimentos de forma sólida, independente da área do saber,

incluindo não só o saber acumulado mas a produção e construção do conhecimento em um processo coletivo, no domínio de habilidades didáticas (técnicas e procedimentos metodológicos) e na competência política que implica na relação do indivíduo consigo mesmo, com o grupo e quaisquer segmentos sociais.

Em relação à questão teoria-prática, a visão assumida deve ser, segundo Candau (2003) a de unidade, que considera a teoria e a prática educativa núcleo articulador da formação do educador, fazendo com que sua ação se revele como resposta às diferentes necessidades colocadas pela realidade educacional e social.

Nessa linha, o eixo teoria-prática, ou práxis, no sentido que lhe atribui Freire (1977), seria a união que se deve estabelecer entre o que se faz e o que se pensa acerca do que se faz. A reflexão sobre o que fazemos em nosso trabalho diário, com o fim de melhorar tal trabalho, também se pode denominar práxis. Conceito comum no marxismo — chamado filosofia da práxis — designa a reação do homem às suas condições reais de existência, sua capacidade de inserir-se na produção (práxis produtiva) e na transformação da sociedade (práxis revolucionária). Freire, sintetiza afirmando que práxis é "a ação e reflexão dos homens sobre o mundo para transformá-lo"¹⁶ (FREIRE, 1977, p.58).

Sua formação deve perpassar todas as disciplinas curriculares que formam o professor, postura que levará o futuro professor a compreender as relações entre o que, como e para que ensinar, durante toda a sua formação, reforça Brzezinski (1998, apud SERBINO, 1998, p.169), além de ter como finalidade a consciência crítica da educação e do seu papel na sociedade.

---

¹⁶ http://www.paulofreire.org.glossário_pf.htm Acessado em 19 de setembro 2006.

Seu fazer pedagógico deverá se articular ao "para quem" e "para que", expressando a unidade entre os conteúdos teóricos e os instrumentais (CANDAU, 2003). Assumimos aqui a posição de Fávero (1981):

A formação do educador não se concretiza de uma só vez. É um processo. Não se produz apenas no interior de um grupo, nem se faz através de um curso. É o resultado de condições históricas. Faz parte necessária e intrínseca de uma realidade concreta determinada. Realidade esta que não pode ser tomada como alguma coisa pronta, acabada ou que se repita indefinidamente. É uma realidade que se faz no cotidiano. É um processo e, como tal, precisa ser pensado (1981 apud CANDAU, 2003, p.70).

4.2- Educação de Jovens e Adultos:

A Educação de Jovens e Adultos cresceu em importância, no Brasil, devido ao grande contingente de pessoas que passou a frequentar as classes do chamado ensino supletivo e a procurar outros caminhos para obter ou dar continuidade à sua formação, principalmente em termos de formação profissional.

Segundo dados oficiais, aproximadamente setenta por cento da população economicamente ativa do país possui uma escolaridade que não ultrapassa a quarta série do ensino fundamental. Esses dados correspondem, basicamente, a jovens e adultos trabalhadores que ao transporem os estreitos limites legais da escolarização obrigatória (6 a 14 anos, atualmente), possuem características próprias que justificam a existência de uma área de estudo que aborde com competência tanto as questões práticas, quanto teóricas nela envolvidas (FÁVERO; RUMMERT; VARGAS, 1998).

Apesar desse quadro, a Educação de Jovens e Adultos é, reconhecidamente, uma das áreas de maior carência de atendimento no sistema educacional brasileiro. Área em que ainda se torna mais flagrante a necessidade da formação de profissionais capacitados para trabalhar com uma clientela simultaneamente específica e diversa.

A carência se explica porque embora a pressão de várias instituições durante o processo constituinte de 1987-88 tenha conseguido inscrever na atual Constituição brasileira a obrigatoriedade do Ensino Fundamental gratuito, “inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria” (Art. 208, I), a Emenda Constitucional nº 14, promulgada em 12 de dezembro de 1996, suprimiu essa obrigatoriedade, mantendo apenas sua oferta gratuita (Art. 2º, I). Com essa alteração o Estado fica dispensado de aplicar, na Educação de Jovens e Adultos, verbas reservadas ao Ensino Fundamental e impede que a sociedade possa fazer valer, neste caso, o direito público subjetivo (personalizado), mesmo quando aquela educação for desenvolvida sob a forma de Ensino Supletivo.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9394/96, contém em seu Título V, Capítulo II, Seção V, dois artigos, 37 e 38, que focam exclusivamente a Educação de Jovens e Adultos. É de interesse deste estudo apenas o primeiro por mostrar claramente a posição assumida por esta legislação em relação aos que não conseguiram concluir o Ensino Básico no tempo previsto. Enquanto, anteriormente, pensava-se apenas na posição de suplência, complementar, atualmente existe preocupação em valorizar o espaço escolar, ainda que mantidos os exames do tipo supletivo.

Art.37 – A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderem efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

De acordo com essas definições, a Educação de Jovens e Adultos compreende as ações que visem a substituir ou completar a Educação Básica, desde que não cursada na

idade própria. A rigor, essas ações educativas pertencem à esfera do Ensino Supletivo, designação que se conseguiu evitar na Constituição de 1988, mas mantida na Lei de Diretrizes e Bases (LEI 9394/96).

Para que não seja apenas mais uma falácia das tantas ligadas à Educação, como os modismos impostos aos educadores em forma de novas metodologias e teorias, que grande parte das vezes não passam de interpretações equivocadas ou de nova roupagem para práticas antigas, a “oferta de um ensino adequado às condições do educando”, prevista na Constituição de 1988 como dever do Estado (Art. 208,VI) e ratificada na LDB (Art.37, parágrafo 1º), deve ser tomada como princípio de organização e como condição básica para o atendimento às situações reais vivenciadas por trabalhadores que são alunos. Pensar em uma Formação Profissional de qualidade sem uma sólida educação geral, que efetivamente crie as bases para o raciocínio e a abstração também é impossível.

Percebe-se, ainda que incipiente, a perspectiva de valorização do papel da Escola como formadora destes jovens e adultos, que adquire um significado ainda mais expressivo quando se tem como uma das funções desta modalidade de ensino a “qualificadora”: relacionada à educação permanente, atualizando e potencializando o estudante para as mudanças de seu tempo.

As outras funções, constantes nas Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens (Resolução CNE/CEB nº 1, 2000) são a “reparadora”, relacionada à possibilidade de o educando ter seu direito à escolaridade restaurado, de modo a que tenha pleno acesso aos bens culturais, e a “equalizadora” relacionada à igualdade de oportunidades, para que o estudante consiga mais facilmente sua inserção no mundo social, profissional, estético e nos diversos canais de participação.

Quando se focaliza o profissional-educador da Educação de Jovens e Adultos tem-se, como auto-referência de seu fazer profissional, uma postura crítica, engajada, emancipatória, muito próxima da proposta freireana e da de outros teóricos que se alinham a uma linha pedagógica de construção do conhecimento.

Segundo Mayo (2004), Freire confere a esses educadores o caráter democrático e a eles caberia a tarefa de promover a aprendizagem por meio de diálogo, transformando os educandos em aprendizes, participantes ativos no processo de sua aprendizagem para torná-los sujeitos¹⁷. Diálogo este que parte de uma conversa inicial conosco mesmo; pela compreensão de quem somos e onde estamos, indicando assim o quanto as pessoas do mundo precisam se transformar em pessoas no mundo, na articulação entre subjetividade e objetividade, num processo incessante de construção da cidadania. É função do educador de jovens e adultos procurar conhecer e valorizar esses processos, apropriar-se deles, recriá-los, tendo em vista a construção de novos saberes, que se integrem, criticamente, à cultura acumulada e sistematizada universalmente.

4.3-Formação e atuação do Educador Ambiental na Educação de Jovens e Adultos:

Toda a discussão anterior aponta para a importância da formação de um educador que se perceba como tal e tenha noção de seu papel político-social.

Observando a prática consciente e conscientizadora, de grande parte dos profissionais que atuam na Educação é possível afirmar haver, por parte do educador, a intenção de transformar a realidade, que é o que se pressupõe ser o maior objetivo de quem trabalha com a temática ambiental. Ruscheinsky (2002) amplia este olhar quando propõe:

---

¹⁷ Sujeito: Termo que designa o indivíduo consciente e capaz de agir autonomamente. Opõe à palavra objeto, que remete àquilo que não tem consciência, não age e é manipulável.(Glossário sobre a obra de Paulo Freire.http://www.paulofreire.org/glossário_pf.htm Acesso em setembro 2006)

[...] a educação ambiental deverá ser praticada coletivamente e deverá se dar na intersubjetividade e na intercomunicação dos sujeitos que estão desvelando a realidade e construindo a compreensão dos elementos que compõem o seu mundo (RUSCHEINSKY, 2002, p. 85).

Gadotti (2000), presidente do Instituto Paulo Freire e um de seus principais interlocutores, afirma que a preocupação com a Educação Ambiental está presente nas escolas, em termos ecológicos e de preservação do ambiente, mas, de modo geral se concentra na prática/atitude conservacionista, restrita. Segundo o autor, na educação verdadeiramente ambiental deve ocorrer:

[...] uma mudança radical de mentalidade em relação à qualidade de vida, que está diretamente ligada ao tipo de convivência que se mantém com a natureza e que implica atitudes, valores e ações. Trata-se de uma opção de vida por uma relação saudável e equilibrada com o contexto, com os outros, com o ambiente mais próximo, a começar pelo ambiente de trabalho e pelo ambiente doméstico (GADOTTI, 2000, p.240).

Abordando o fato de que a relação do ser humano com o meio tem se processado de forma bastante desequilibrada, questiona Guimarães (2004):

Qual a separação que existe entre o ser humano e o meio ambiente se a todo o momento o ser humano aspira para o seu interior o ar que o circunda, ingere a água que bebe, o alimento que come, exterioriza e interioriza sentimentos para com outra pessoa, uma flor, um animal, uma paisagem? Uma relação animal e vital com o ambiente (GUIMARÃES, 2004, p.31-32).

Para o autor há necessidade de se praticar um trabalho de aproximação do ser humano com o meio, em termos de conscientização, que deixe claro para o educando que não se trata do que ele denomina “transmissão de valores verdes”, característicos da educação tradicional, mas “possibilitar ao educando questionar criticamente os valores estabelecidos pela sociedade, assim como os valores do próprio educador que está trabalhando em sua conscientização" (GUIMARÃES, 2004, p.32). Este preconiza que a formação de um educador ambiental, além de técnico-metodológica, deve ser político-

filosófica para que seja uma liderança apta a romper com o que denomina “armadilha paradigmática”, que é a postura que faz com que permaneça uma persistente contradição entre o discurso e a prática do educador, o leva a manifestar-se a favor de uma educação ambiental emancipatória e crítica, articulada com o pleno exercício da cidadania e, reproduzir em sua prática pedagógica a ideologia hegemônica, do poder instituído, de distanciamento da realidade, com uma abordagem reducionista, idealizada e pontual.

Freire (2003), defendendo a perspectiva de um trabalho formador conscientizador que avance para a cidadania plena, mostra um certo estranhamento em relação à posição do educador que não consegue vislumbrar que um grande facilitador para sua prática pedagógica seria partir da experiência acumulada pelo educando bem como da realidade vivenciada, especialmente quando se atua na educação de jovens e adultos.

Por isso mesmo pensar certo coloca ao professor ou, mais amplamente, à escola, o dever de não só respeitar os saberes com que os educandos, sobretudo os das classes populares, chegam a ela, saberes socialmente construídos na prática comunitária — mas também, como há mais de trinta anos venho sugerindo, discutir com os alunos a razão de ser de alguns desses saberes em relação com o ensino dos conteúdos. Por que não aproveitar a experiência que têm os alunos de viver em áreas da cidade descuidadas pelo poder público para discutir, por exemplo, a poluição dos riachos e dos córregos e os baixos níveis de bem-estar das populações, os lixões e os riscos que oferecem à saúde das gentes. Porque não há lixões no coração dos bairros ricos e mesmo puramente remediados dos centros urbanos? Esta pergunta é considerada em si demagógica e reveladora da má vontade de quem a faz. É pergunta de subversivo, dizem certos defensores da democracia. Por que não discutir com os alunos a realidade concreta a que se deva associar a disciplina cujo conteúdo se ensina, a realidade agressiva em que a violência é a constante e a convivência das pessoas é muito maior com a morte do que com a vida? Por que não estabelecer uma “intimidade” entre os saberes curriculares fundamentais aos alunos e a experiência social que eles têm como indivíduos? (FREIRE, 2003, p.31).

A reflexão de Freire (2003) colabora para a compreensão de que a Educação Ambiental somente será verdadeiramente transformadora se for fruto da própria

comunidade e do reconhecimento dos saberes de seus sujeitos. Portanto, todo educador e, em particular o ambiental, deve fazer com que sua ação seja uma resposta às diferentes necessidades colocadas pela realidade educacional e social.

A Educação ambiental deve, a partir de seus educadores, ser voltada para a transformação da escola, do mundo, da sociedade e de seus indivíduos, para contribuir para a construção de uma nova sociedade ambientalmente sustentável (GUIMARÃES, 2004).

4.4- Diagnóstico SocioCulturalAmbiental do Município de Duque de Caxias e Caracterização da Escola

Considerando a essencialidade de que a educação seja contextualizada nos saberes e na realidade da escola, de seus professores e alunos e da comunidade do entorno, o passo inicial desta pesquisa foi proceder ao diagnóstico sociocultural e ambiental ampliado, já que envolveu não só a Escola Municipal X mas o município em que está inserida (BRASIL, 2001).

Segundo Novicki (2006) um Diagnóstico SocioCultural Ambiental constitui-se em “situação de aprendizagem interdisciplinar significativa” (PERRENOUD, 2000) da escola e de seu entorno por viabilizar a adoção de uma concepção pedagógica que simultaneamente articula pesquisa, ensino e práxis. Deve-se, também, atentar para o fato de que a realidade precisa ser analisada sob suas múltiplas faces, exigindo para sua compreensão, a contribuição de diferentes áreas do conhecimento (interdisciplinaridade).

Sob esta perspectiva foi elaborado o diagnóstico, que envolveu aspectos geográficos, culturais, físicos e a aplicação de um questionário (anexo 1) direcionado ao corpo docente, que possibilitasse aprofundar o conhecimento sobre o profissional que atua naquela instituição regendo turmas da modalidade Educação de Jovens e Adultos

Gadotti (2000) denomina “nova mediação pedagógica”, à postura do educador que acredita que utilizar o saber prévio do educando é um recurso pedagógico significativo para uma prática emancipatória que vise a transformação da realidade. Acreditando ser o Diagnóstico uma metodologia de intervenção crítico-transformadora da realidade (NOVICKI, 2006) e que o trabalho com a Educação de Jovens e Adultos assume este caráter, defendemos que o diagnóstico é um instrumento imprescindível e detonador da prática pedagógica reflexiva defendida para esta modalidade de ensino.

4.4.1- Conhecendo o Município de Duque de Caxias

Ilustração 1: Localização do Município de Duque de Caxias

O Município de Duque de Caxias está inserido em uma área de significativa degradação ambiental, gerada por eflúvios lançados por algumas empresas instaladas na região, pela disposição de lixo não-degradável em aterros sanitários que provocam a poluição da rede hidrográfica da Baía de Guanabara e, ainda, pela ocupação inadequada

relacionada aos ciclos econômicos que se sucederam na região, como o cultivo da cana-de-açúcar e a infra-estrutura comercial que favoreceu a produção aurífera de Minas Gerais através de seus portos fluviais cujos efeitos se percebe até hoje.

A ocupação da Baixada Fluminense se dá em torno das capelas que eram construídas sem muitos cuidados técnicos. Embora se veja a influência do estilo barroco no período colonial este era pouco elaborado na região, que foi povoada por muitos judeus, que se converteram ao cristianismo devido à perseguição religiosa, os chamados “cristãos novos”. Estes adquiriam terras e engenhos aproveitando a estrutura escravagista, mas secretamente mantinham sua religião, símbolo de sua unidade cultural.

A Igreja de Nossa Senhora do Pilar, situada no Bairro Pilar, 3º Distrito, é um exemplo de influência recebida do estilo barroco. Possui fachada simples e altares bastante ornamentados, sobretudo o da Virgem do Pilar (século XVIII).

Ilustrações 2 e 3: Imagens da Virgem do Pilar

Fez parte deste levantamento uma Área de Proteção Ambiental, a APA São Bento, que se destina a promover a preservação do meio ambiente e a melhoria da qualidade de vida da população de Duque de Caxias. Ela abrange a casa e a capela da antiga Fazenda São Bento, construída em 1640 e tombada pelo Patrimônio Histórico. Nela estão dois sítios

arqueológicos que conservam vestígios de algumas comunidades indígenas, vegetação composta pela Mata Atlântica e animais em extinção. Está localizada no 2º Distrito.

A legislação ambiental como o quadro abaixo demonstra está plenamente adequada às normas internacionais, mas como acontece em todo o Brasil existem poucos recursos para que seja efetivamente cumprida.

Quadro 4: Legislação Ambiental do Município de Duque de Caxias

▪ <u>Decreto nº 1.864, de 11 de Novembro de 1987.</u> Cria os bairros dos 2º, 3º e 4º Distritos do Município e dá outras providências.
▪ <u>Lei nº 351, de 21 de Maio de 1980.</u> Ratifica o convênio celebrado em 18 de Dezembro de 1979 entre a Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (FEEMA) e a Prefeitura Municipal de Duque de Caxias.   ▪ <u>Decreto nº 1.500, de 30 de Abril de 1984.</u> Dispõe sobre a criação de Área de Proteção Ambiental e dá outras providências.   ▪ <u>Decreto nº 1.501, de 30 de Abril de 1984.</u> Institui o Código Florestal do Município e dá outras providências.   ▪ <u>Resolução nº 857, de 22 de Novembro de 1984.</u> Cria na Câmara Municipal de Duque de Caxias, a “Comissão de Proteção do Meio Ambiente e Defesa dos Direitos Humanos”.   ▪ Inserida na Lei Orgânica – Seção IV, Artigo 119 (1990).   ▪ <u>Lei nº 996, de 31 de Agosto de 1990.</u> Institui no Município a “Semana Municipal do Meio Ambiente” e dá outras providências.   ▪ <u>Lei nº 1.001, de 5 de Novembro de 1990.</u> Institui a educação ambiental na rede de ensino do 1º Grau do Município como ação interdisciplinar.   ▪ <u>Decreto nº 2.238, de 5 de Junho de 1991.</u> Considera como Área de Preservação Permanente a área que menciona e dá outras providências.   ▪ <u>Lei nº 1.119, de 25 de Maio de 1992.</u> Regulamenta a Área de Proteção Ambiental nos termos do §5º e seus Incisos do Artigo 119 da Lei Orgânica e dá outras providências.   ▪ <u>Lei nº 3.020, de 5 de Junho de 1997.</u> Cria a “Área de Proteção Ambiental de São Bento”.   ▪ <u>Decreto nº 3.044, de 12 de Agosto de 1997.</u> Consolida toda a matéria referente à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Projetos Especiais e dá outras providências.   ▪ <u>Decreto nº 3.332, de 5 de Fevereiro de 1999.</u> Dispõe sobre a criação do “Cadastro Municipal de Atividades Poluidoras” e dá outras providências.   ▪ <u>Decreto nº 3.350, 24 de Março de 1999.</u> Disciplina a poda, o corte ou a derrubada de árvores plantadas no Município e dá outras providências.   ▪ <u>Resolução Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Projetos Especiais - SEMAPE nº 01/2003.</u> Institui as regras para cálculo das sanções aplicáveis às pessoas físicas e jurídicas que tenham cometido infrações ambientais de pequena magnitude.

Fonte: website/labgeo/textos/estrutura_legal/duque. Acesso em maio 2005.

Além da alegada falta de recursos, o desconhecimento da legislação pela maioria da população é outro fator que leva à não implementação efetiva. Há necessidade de maior vontade política e de um trabalho sobre a temática ambiental que procure associar a legislação não apenas aos avanços científicos, mas principalmente, à luta de grupos organizados que se empenharam em sensibilizar os legisladores para sua urgência.

Segundo o Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizado em 2000, a taxa de alfabetização das pessoas residentes na faixa etária de 10 anos ou superior, no Município de Duque de Caxias, num total de 623.133 habitantes é de 92,4%, correspondente, portanto a 576.069 pessoas. Considero contraditório que, com uma taxa tão elevada de alfabetização, do total atual de 152 escolas municipais mais de dois terços tenham a modalidade Educação de Jovens e Adultos e que, segundo dados oficiais oriundos da própria Secretaria de Educação do Município neste ano de 2006, 35% dos alunos matriculados no ciclo de alfabetização fiquem retidos¹⁸.

No início do século XX, as terras da Baixada serviam para aliviar as pressões demográficas da Cidade do Rio de Janeiro, já prenunciadas no “Bota Baixo”¹⁹ do Prefeito Pereira Passos. Os dados estatísticos revelam que em 1910, a população era de 800 pessoas, passando em 1920, para 2920. O rápido crescimento populacional provocou o fracionamento e loteamento das antigas propriedades rurais, naquele momento, improdutivas.

O grande desenvolvimento pelo qual passava Meriti levou o Deputado Federal Dr. Manoel Reis a propor a criação do Distrito de Caxias. Dessa forma, através do Decreto

---

¹⁸ Fonte: [http://www.duquedecaxias.rj.gov.br/web/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm](http://www.duquedecaxias.rj.gov.br/web/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>Data:23/08/2006). Data:23/08/2006. Acesso em setembro de 2006.

¹⁹ Designação popular dada à reforma realizada pelo Prefeito Pereira Passos no Rio de Janeiro, em que muitos prédios residenciais do centro foram derrubados, obrigando seus moradores a procurar outro local para se fixarem. Muitos foram para a Baixada, por não ficar tão distante.

Estadual 2.559 de 14 de março de 1931, o Interventor Federal Plínio Casado elevou o local a 8º Distrito de Iguçu.

Os anos 1940 encontraram o distrito com uma população que já atingia a casa dos 100.000 habitantes. Nessa altura, já apresentava a característica de cidade-dormitório, pois, a população concentrava sua atividade profissional no Distrito Federal.

Em 31/12/1943, através do Decreto nº 1055, foi criado o Município de Duque de Caxias. Porém, somente em 1947, foi eleito o primeiro prefeito por voto popular, tendo a Câmara Municipal sido instalada no mesmo ano.

Em relação ao sistema de saúde o município conta com 14 unidades de saúde e três hospitais gerais, com um quadro de mais de 3.000 profissionais de saúde (dados de 2003)

Segundo dados divulgados pela prefeitura o Produto Interno Bruto (PIB) do município cresceu 41,6% em 4 anos, contra 6,8% do brasileiro e a previsão é que cresça mais 25% com a vinda da Fábrica Nestlé, International Business Park, Parque Tecnológico de Xerém e outros investimentos.

O crescimento econômico está diretamente ligado à implantação da Refinaria de Duque de Caxias (REDUC) que em 1961, instalou-se às margens da Rodovia Washington Luiz e com ela trouxe empresas derivadas de petróleo.

O município concentra diversificado parque industrial, com destaque para as indústrias química e metalúrgica.

Do ponto de vista regional é o 2º município do Estado do Rio de Janeiro em arrecadação de ICMS, mas isto não tem se revertido como era de esperar em investimentos maciços em infra-estrutura, no sentido de que apenas quando há interesse econômico as áreas são urbanizadas e passam por obras significativas. A política partidária tem sido um grande

entreve ao maior desenvolvimento socioeconômico, pois ainda é muito forte no município o voto condicionado a ações imediatas.

Quadro 5: Dados Econômicos do Município de Duque de Caxias

INDICADORES	QUANTITATIVO
Produto Interno Bruto (PIB)	8,4 bilhões
Imposto sobre Produção Industrial (IPI)	1,117 milhões
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	148 milhões
Indústrias (2006)	700
Comércios (2006)	9.865

Fonte: site da Prefeitura do Município de Duque de Caxias (dados de maio/2006)

A coleta de lixo no Município de Duque de Caxias é feita três vezes por semana em todos os bairros, sendo que no Centro da cidade é feita diariamente, no horário noturno. Esse serviço é coordenado pela Divisão de Limpeza Urbana, órgão da Secretaria Municipal de Obras que também está encarregado de fiscalizar o despejo ilegal de lixo em terrenos baldios, que é passível de multa.

Em relação às obras de pavimentação, esgoto, drenagem e iluminação pública embora se perceba uma melhoria significativa ainda há muito a fazer, pois existem regiões imensas em que o esgoto é a céu aberto e as ruas, quando chove, ficam cobertas de lama. No centro do município percebe-se um investimento maior nestas questões.

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente, segundo o Secretário Municipal de Meio Ambiente e Presidente do Conselho Municipal de Meio Ambiente tem concentrado seus esforços em:

[...] ampliar as discussões sobre as políticas públicas na área ambiental; incentivar o turismo ecológico; tomar medidas para evitar a degradação do

meio ambiente como proibir a retirada de mudas de plantas silvestres para manutenção do equilíbrio ecológico e restringir o uso de cachoeiras; fortalecer o comércio turístico; fiscalizar a retirada de palmeiros, que fere a lei ambiental; criar bibliotecas ambientais e junto com a Secretaria Municipal de Educação incluir educação ambiental no currículo escolar. (Entrevista dada pelo secretário de Meio Ambiente Renato Ribeiro da Silva, em fevereiro de 2006. Fonte: site da Prefeitura Municipal de Duque de Caxias)

Finalizando, enfocarei a situação da Educação no município, onde um dos mais graves problemas tem sido representado pela evasão escolar. Para diminuí-la, a Secretaria Municipal de Educação criou o programa Família Presente-Evasão Ausente, pois um dos maiores fatores para o abandono é a desestruturação familiar, seguida da necessidade de contribuir com a manutenção financeira. Estes são dados relevantes que apontam para o aumento de turmas de Educação de Jovens e Adultos nas escolas da rede pública do município e que merecem, com certeza, um estudo mais aprofundado. Embora não seja este o espaço é importante que o fato seja mencionado.

Abaixo, alguns dados estatísticos divulgados pela Secretaria de Educação.

Quadro 6: Quantitativo de alunos e professores/2006 do Município de Duque de Caxias

Número de escolas	Número de alunos em sala de aula	Número de Professores
152	106.000	7.000 aproximadamente

Fonte>Secretaria Municipal de Educação do Município de Duque de Caxias : Dados de 2006

4.4..2-Characterização da Escola, Corpo Docente e do Corpo Técnico-Administrativo-Pedagógico:

A Escola Municipal X pertence à rede pública de Duque de Caxias e está localizada no 2º Distrito no bairro Santa Cruz da Serra, no lado esquerdo da Rodovia Washington

Luiz, sentido Petrópolis, que se diferencia do lado direito por ser menos urbanizado, ter as características mais próximas de uma área rural, enquanto o outro lado possui *shopping*, agências bancárias, maior quantidade de linhas de ônibus e um comércio maior e mais estruturado.

Funciona em quatro turnos, tem 9 salas de aula e 1 Sala de Leitura, 33 turmas e aproximadamente 800 alunos. O Ensino Regular Noturno Acelerado atende aos alunos da Educação de Jovens e Adultos, na faixa etária de 15 aos 68 anos de idade, no horário de 19 horas às 22 horas e 20 minutos e está organizado em ciclos. Em 2006, sua estruturação é a que se segue: uma turma de Ciclo I (correspondente à 1ª e 2ª séries do Ensino Fundamental), uma turma de Ciclo II (3ª e 4ª séries), quatro de Ciclo III (5ª e 6ª séries) e três de Ciclo IV (7ª e 8ª séries). Ou seja, 9 turmas e um total aproximado de 350 alunos.

Grande parte do corpo discente que possui trabalho regular com carteira assinada o tem fora do distrito enquanto os que estão na economia informal trabalham de forma artesanal, fazendo móveis de vime, entregando gás engarrafado, na construção civil (geralmente fora da comunidade) e em pequenos serviços, como faxina e capina, conforme apontado pelo questionário aplicado aos alunos da Educação de Jovens e Adultos da Escola Municipal X em 2004, com o objetivo de caracterizar sociopoliticocultural e economicamente este estudante (anexo 2).

O corpo docente lotado na Educação de Jovens e Adultos está em sua maioria, há mais de 10 anos na Escola e possui, com exceção de uma professora que atua no Ciclo II, graduação completa e especialização. São duas professoras regendo turmas dos Ciclos I e II, uma com graduação completa em Ciências, outra com Curso de Formação de Professores. Nos Ciclos III e IV (2º segmento do Ensino Fundamental) estão alocados três professores de Matemática com especialização *lato sensu*; dois de Língua Portuguesa, uma

com Mestrado, outro com Especialização; um professor de Inglês, com duas matrículas, com Especialização; três professores de Ciências, um com Mestrado e duas com Especialização; três professores de História, uma com Mestrado iniciado, um com Especialização e outro graduado; dois de Geografia, um cursando Mestrado e outra com especialização e uma professora de Artes com Especialização. Temos, portanto, atuando no Noturno 17 professores.

Estes dados são relevantes por demonstrarem que, diferentemente, do apontado pelo Censo Escolar/2004 (MEC/INEP), especificamente em relação a profissionais que atuam na EJA, os professores desta Instituição têm não só a formação necessária para atuar no Ensino Fundamental como a superam em muito. Enquanto no Brasil, 31% dos que lecionam nesta modalidade de ensino, não têm nível superior e 27% não tem sequer o ensino médio completo, mais de 50% dos que nela atuam concluíram pelo menos Especialização (gráfico 1).

Gráfico 1: Formação do Professor da Educação de Jovens e Adultos da Escola Municipal X

O gráfico anterior se refere exclusivamente aos professores que estão lecionando, mas é interessante destacar a formação da equipe técnico-pedagógico-administrativa: a Diretora atual da Instituição possui graduação em Biologia, e dentre os especialistas que compõem a Equipe Técnico-Pedagógica do Ensino Noturno, estão duas Orientadoras Pedagógicas, uma com duas especializações Psicopedagogia e Psicomotricidade e outra com Especialização *lato sensu* em Supervisão Escolar e que atualmente cursa o Mestrado em Educação e ainda, uma Orientadora Educacional com especialização em Psicopedagogia. O Dirigente do 4º Turno tem duas especializações, Psicopedagogia e Gestão, e cursa o Mestrado em Educação na UFRJ e a Secretária cursa Medicina Veterinária, mas já é graduada em Ciências Biológicas.

O pessoal de apoio do noturno é contratado por firma terceirizada e há no momento um porteiro, com Ensino Fundamental completo, um inspetor de alunos com Ensino Médio completo, uma servente e duas merendeiras com Fundamental incompleto. Percebe-se que a escolaridade, nesta Instituição pelo menos, é privilegiada.

Gráfico 2: Dificuldades no trabalho com a Educação de Jovens e Adultos

Ao serem questionados a respeito da maior dificuldade encontrada para trabalhar com jovens e adultos percebe-se que os profissionais não a creditam à inadequação de sua formação e sim à não existência de material adequado.

É interessante ressaltar que uma das características do trabalho com esta modalidade de ensino é não partir de nenhum modelo fechado, em termos de metodologia ou livros didáticos a serem seguidos. A proposta é buscar com os alunos uma prática reflexiva que leve à construção de material coletivamente, partindo do ensinamento de Freire (2003, p.47) quando afirma que é “necessário à formação docente, numa perspectiva progressista, saber que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar a possibilidade para a sua própria produção ou a sua construção”.

Talvez aí esteja uma das fragilidades da formação do educador que não se sente capaz, muitas vezes, de desligar-se do livro didático.

O mesmo questionário serviu para levantar o que pensa o profissional educador sobre esta modalidade de ensino, pois considero ser esta percepção determinante no modo de atuação do professor..

Gráfico 3: Importância da modalidade de ensino Educação de Jovens e Adultos

Percebe-se, claramente, a importância dada à inserção cultural do estudante. Mas, podemos indagar, de que cultura o professor fala, da socialmente valorizada que significaria quase um transplantar ou da que considera cultura na perspectiva de Candau (2003, p.160) quando afirma que “não se pode conceber uma experiência pedagógica desculturizada” em que a referência cultural não esteja presente uma vez que a escola é, sem dúvida, uma instituição cultural e deste modo o que o sujeito traz é cultura e como tal deve ser vista pelos educadores.

O questionamento seguinte foi voltado para a questão pessoal e as respostas estão expressas no próximo gráfico.

Gráfico 4: O Professor da Escola Municipal X e a Educação de Jovens e Adultos

As respostas refletem um real envolvimento dos professores com seus alunos e que, embora diferenciada, consideram sua prática significativa. É importante, no entanto, que

não assumam seu papel de ensinantes como uma missão, como muitas vezes é apresentada, para a sociedade, a ação nesta modalidade de ensino, porque tais representações, além de desprofissionalizarem o educador e a própria ação educativa desenvolvida com estes educandos, distancia a Educação de Jovens e Adultos de um estatuto próprio, que subsidie a formulação de propostas teórico-metodológicas compatíveis com as vivências e os saberes daqueles aos quais se destina.

Perde-se, assim, a possibilidade de nortear a Educação de Jovens e Adultos conforme os fundamentos da educação reflexiva e emancipatória que visa superar a distinção qualitativa entre a formação daqueles que concebem e dirigem, da formação daqueles que executam e são subordinados.

Como adendo, para facilitar a compreensão de como esta Instituição tem se organizado a cada início de ano, há uma tentativa no sentido de se fazer um trabalho pedagógico integrado, baseado em projetos, mas, normalmente, essa iniciativa nem sequer chega a ser registrada no planejamento de série, curso ou disciplina. É interessante registrar que, nos três últimos, o tema gerador escolhido relacionava-se ao Meio Ambiente e avançava para uma proposta interdisciplinar. No segundo ano, 2004, ainda se fez um projeto temático com alguns eventos envolvendo alunos e familiares, na Semana do Meio Ambiente em junho e no mês de novembro, em um evento cultural.

Em contato informal com alguns professores de Ciências, História, Geografia e do Ciclo II, eles manifestaram, espontaneamente, ao final de 2005, que seria interessante em 2006 que se “fizesse um projeto de Meio Ambiente”, creio que mobilizados pela campanha televisiva sobre a Conferência Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente. Percebe-se que a questão ambiental é objeto de preocupação dos docentes da Instituição.

5. PROGRAMA DE EDUCAÇÃO SOCIOAMBIENTAL — PESOA

5.1- O PROGRAMA

O PESOA, Programa de Educação Socioambiental, voltado à formação de professores da Educação de Jovens e Adultos, conforma-se a partir da seleção de um tema articulador de caráter interdisciplinar — Meio Ambiente — que se apresenta como facilitador por constar nos Parâmetros Curriculares Nacionais (MEC/SEF, 1997), e nas Diretrizes Curriculares para o Ensino Regular Noturno com Aceleração de Aprendizagem do Município de Duque de Caxias (DUQUE DE CAXIAS, 1999) podendo, portanto, ser mobilizador de uma discussão profícua sobre a temática ambiental, que me parecia ser pouco ou mal explorada na escola e, especificamente, nesta modalidade de ensino.

A proposta era fazer com que os docentes instigassem seus educandos da Educação de Jovens e Adultos à reflexão sobre sua posição no mundo a partir de sua realidade local, como proposto na Recomendação nº 2 da Conferência de Tbilisi (UNESCO, 1997) através de uma prática interdisciplinar e globalizadora (UNESCO, 1997), face à compreensão de que embora complexa, a realidade é uma (LÜCK, 2004).

A formação continuada de professores tem sido uma das grandes preocupações da área educacional (GATTI, 2000). Esta preocupação tem como uma de suas causas o tipo de formação oferecido a professores que, possuindo uma graduação e estando no espaço escolar, evidenciam claramente possuírem “fragilidades em sua prática pedagógica” (GUIMARÃES, 2004) em relação à temática ambiental.

Em uma rápida análise, embora não superficial, detecta-se que grande parte dos programas propostos aos docentes não têm alcançado os objetivos almejados, visto que a prática pedagógica, meta de qualquer programa deste tipo, não aparenta ter se modificado.

O PESoA é uma proposta de formação continuada de professores que se origina dos pressupostos anteriormente citados e teve a intenção de se aproximar das reais necessidades dos docentes, visando, também, a auto-apropriação de seu processo formativo.

O fato de não ser um programa fechado permite uma maior interação e isto possibilita que o professor, consciente da parcialidade de nossos conhecimentos, a partir da compreensão de que a aprendizagem deve ser colaborativa e autônoma, assuma a posição de autoria necessária em uma sociedade que, embora voltada para o conhecimento, não pode desumanizar as relações.

O Programa adota uma proposta crítica de formação de professores em Educação Ambiental, orientado por princípios da Educação Libertadora de Paulo Freire (2003) para a Educação de Jovens e Adultos, compreendendo que “ensinar exige respeito aos saberes dos educandos” (FREIRE, 2003, p.30).

Implementado em uma escola da Baixada Fluminense, situada no Município de Duque de Caxias, tinha a previsão inicial de 10 encontros com os professores-alunos²⁰. Iniciado em março de 2006, o PESoA teve seu término em julho do mesmo ano e a estratégia encontrada para contar com cada profissional em pelo menos metade do total de encontros foi a de utilizar dias variados da semana, uma vez que o professor do segundo segmento do Ensino Fundamental trabalha no máximo 3 dias por semana na escola.

Os grandes objetivos deste Programa foram contribuir para que os professores-alunos:

- reconheçam a importância de tratar transversalmente o tema Meio Ambiente na Educação de Jovens e Adultos como facilitador da autonomia crítica do seu estudante.

---

²⁰ Docentes da Instituição envolvidos na implementação do Programa PESoA.

- percebam a possibilidade de fazer seu aluno da Educação de Jovens e Adultos reconhecer-se como sujeito histórico na comunidade em que mora através da elaboração do Diagnóstico Socioambiental²¹ (processo de reconhecimento/pertencimento).
- percebam a importância de construir material específico interdisciplinar sobre a temática ambiental local (UNESCO, TBILISI, Recomendação nº 19, 1977).
- planejem coletivamente as ações pedagógicas no decorrer do Programa, para facilitar esta prática nos momentos em que esta atividade é realizada na escola.
- compreendam a importância da avaliação processual (SILVA, 2002), reconhecendo seu papel na construção do sucesso, fracasso escolar e suas interfaces com a prática social global.

Como metodologia optou-se por:

- a) palestras dinamizadas por especialistas, professores da Instituição e pessoas da comunidade.
- b) dinâmicas de grupo, debates e discussões sobre textos indicados.
- c) trabalhos em grupo com produção de textos críticos.
- d) projeção de vídeo e criação conjunta de material específico
- e) visita orientada a uma Unidade de Conservação da Baixada Fluminense

A avaliação seria processual comportando observação da reação do professor-aluno à Proposta, avaliação escrita e oral e, a cada atividade realizada, era feito relato da mesma por um componente do grupo

A seguir serão apresentadas as dez atividades planejadas inicialmente, com seus objetivos, desenvolvimento e proposta de análise.

---

²¹ Diagnóstico Socioambiental (vide capítulo 4).

Atividade 01: APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA E MAPA CONCEITUAL

Objetivos:

- Apresentar a proposta aos professores-alunos.
- Estabelecer com os professores – alunos um compromisso de participação e análise das atividades propostas..
- Investigar que conceitos têm os professores-alunos sobre Meio Ambiente, Progresso e Desenvolvimento Sustentável.

.Referencial Teórico:

O programa tem como objetivo formar educadores ambientais dentro da perspectiva estabelecida pelo que Guimarães (2004, p.173), denomina eixo formativo que é “vivenciar o movimento coletivo conjunto, gerador de sinergia”(2º eixo formativo). Tal perspectiva deverá orientar o compromisso a ser estabelecido com os professores a partir deste encontro

Segundo Carvalho (2002):

O mapa conceptual representa relações significativas entre conceitos na forma de proposições. A proposição consiste em dois ou mais termos conceptuais ligados por palavras de modo a formar uma unidade semântica. Esta combinação de duas ou mais palavras dão forma a uma afirmação sobre um acontecimento, objecto ou idéia. São portanto as unidades principais que constroem o significado (CARVALHO, 2002, p.105)

Desenvolvimento:

- Apresentação da proposta em linhas gerais.
- Elaboração de Mapa Conceitual sobre Desenvolvimento Sustentável, Meio Ambiente e Progresso
- Música “Um Grito Ecoa no Ar Homem/Natureza – O Perfeito Equilíbrio” Samba-enredo da Escola de Samba Império Serrano/2005 (Anexo 3), Análise da letra e elaboração de

atividades que atendam a cada ciclo²² do Ensino Regular Noturno, Análise e seleção das atividades propostas

Estudo Analítico²³:

- Observação dos grupos na elaboração das tarefas com o objetivo de verificar receptividade à proposta e dificuldades na compreensão da mesma;
- Análise de discurso²⁴(CAPELLE et al, 2003) para verificar que concepção os professores têm sobre Meio Ambiente, Progresso e Desenvolvimento Sustentável criando um quadro.

Atividade 02: HISTÓRIA DE VIDA

Objetivos:

- Discutir a importância de se partir da realidade do aluno para a realização de trabalho pedagógico significativo, entendendo como afirma Paulo Freire (2003, p,41) que “ensinar exige o reconhecimento da identidade cultural do educando”.
- Construir proposta interdisciplinar a partir da elaboração de atividades por áreas.

Referencial Teórico:

Esta atividade busca atender a uma das recomendações da Conferência Intergovernamental de Tbilisi (UNESCO, 1997) ao apontar que a educação ambiental deve suscitar “uma vinculação mais estreita entre os processos educativos e a realidade, estruturando suas atividades em torno dos problemas concretos que se impõem à comunidade e enfoque a análise dos mesmos em uma perspectiva interdisciplinar e

---

²² Vide capítulo 4.

²³ Este estudo compreende a intenção da mestrandia de a partir desta análise pontual, feita a cada encontro, apresentar nas considerações finais a inter-relação entre as atividades.

²⁴ A análise de discurso, surgida depois da análise de conteúdo, é também classificada por alguns autores como uma entre as técnicas utilizadas pela análise de conteúdo, sofrendo críticas acerca de seus princípios. Apesar disso, a análise de discurso tem sido muito utilizada e tem se mostrado adequada para o trabalho com dados qualitativos, principalmente quando se trata de identificação de relações de poder permeadas por mecanismos de dominação escondidos sob a linguagem (CAPELLE *et al.*,2003, p.2).

globalizadora que permita compreensão adequada dos problemas ambientais” (UNESCO, 1997).

Pretende despertar os professores-alunos para a importância de se trabalhar a realidade de seus alunos para, como propunha Paulo Freire (2003), “estabelecer uma” intimidade “entre os saberes curriculares fundamentais aos alunos e a experiência social que eles têm como indivíduos” (FREIRE, 2003, p. 30).

Desenvolvimento:

1-Relato de uma pessoa da comunidade, D. Sebastiana, sobre a história da comunidade.

2-Apresentação de um pequeno resumo do Diagnóstico Socioambiental feito pela mestrandia. Discussão dirigida.

3-Definir, em grupos, que aspectos relevantes da história da comunidade deveriam ser pesquisados, por área de conhecimento²⁵, criando atividades que poderiam ser feitas em classe.

4-Selecionar uma atividade, por área de conhecimento, a ser proposta a uma turma de cada ciclo, para análise no encontro seguinte, devendo haver registro escrito, ou por fotos.

---

²⁵ Nos Parâmetros Curriculares Nacionais, a opção do termo “área” deu-se em função de que, no ensino fundamental, um tratamento disciplinar, entendido como preponderantemente lógico e formal, distancia-se das possibilidades de aprendizagem da grande maioria dos alunos. Além disso, parte-se de abordagens mais amplas em direção às mais específicas e particulares. O tratamento dos conteúdos deve integrar conhecimentos de diferentes disciplinas, que contribuem para a construção de instrumentos de compreensão e intervenção na realidade em que vivem os alunos. As áreas de conhecimento abordadas nos Parâmetros Curriculares Nacionais Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia, Ciências Naturais, Educação Física, Arte e Língua Estrangeira, e encontram-se sintetizadas a seguir. Em todas, buscou-se evidenciar a dimensão social que a aprendizagem cumpre no percurso de construção da cidadania, elegendo, dessa forma, conteúdos que tenham relevância social e que sejam potencialmente significativos para o desenvolvimento de capacidades(MEC/SEF, PCN, terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental, p.58, 1998)

Estudo Analítico:

- Observação dos grupos na elaboração das tarefas com o objetivo de verificar receptividade à proposta e dificuldades na definição das áreas de conhecimento, entendendo-a como interdisciplinar.
- Analisar as propostas apresentadas verificando se atendem à proposta da atividade proposta pela mestrandia.

Atividade 03: CARTA DA TERRA**Objetivos:**

- Discutir, crítica e comparativamente, o momento mundial que tornou a questão ambiental preocupação da ONU e o momento atual.
- Contextualizar a discussão sobre a questão ambiental para que o educador assuma uma postura crítica não repetidora de conceitos que não domina.

Referencial Teórico:

O Programa Carta da Terra e a Carta da Terra visam propiciar o debate sobre a emergência de trabalharmos, de forma crítica, o tema Meio Ambiente.

Para se entender o papel e o significado da Carta da Terra na perspectiva da Educação (Anexo 4) é necessário tomar por base o contexto da atuação das Nações Unidas. Inicialmente preocupada em identificar as questões fundamentais relativas à segurança mundial, quando foi criada a Organização das Nações Unidas (ONU), em 1945, destacavam-se entre os temas de discussão a paz, os direitos humanos e o desenvolvimento equitativo.

Durante seus primeiros anos de existência, a questão ambiental não se colocava como uma preocupação, do mesmo modo que pouca atenção se dava ao bem-estar ecológico. A partir da Conferência de Estocolmo, sobre Desenvolvimento Humano em 1972, a segurança

ecológica passa a ser a quarta preocupação principal das Nações Unidas e em 1995, no Seminário Internacional sobre a Carta da Terra são definidos os elementos principais e a forma de elaboração da Carta da Terra (HAIA, 1995).

Desenvolvimento:

- Apresentação do registro das atividades realizadas com as turmas, baseadas no encontro anterior, que deverão compor um Diagnóstico Socioambiental do entorno relacionando os aspectos observados pelos educandos aos do Diagnóstico Socioambiental feito pela mestrandia.
- Leitura analítica da Carta da Terra e do Programa Carta da Terra
- Propor que os professores-alunos criem uma Carta de Intenções socioambiental, tendo como referência o entorno da escola.

Estudo Analítico:

- Observação dos grupos na elaboração das tarefas, procurando interferir o mínimo possível, para que a atividade tenha como característica partir de conceitos já construídos pelos professores-alunos.
- Avaliar a necessidade de apresentar material teórico que aprofunde a discussão a partir da análise feita no item anterior.
- Analisar as propostas apresentadas, a partir do referencial teórico.

Atividade 04: MESA-REDONDA COM PROFISSIONAIS DAS SECRETARIAS DE SAÚDE, DE MEIO AMBIENTE E DE EDUCAÇÃO

MEDIAÇÃO: Professor de Ciências ou Geografia (previamente escolhido)

Tema: As Questões Ambientais do entorno da Escola e sua influência nas Políticas Públicas das Secretarias envolvidas.

Objetivos:

- Subsidiar o professor-aluno para que perceba a necessidade de políticas públicas referenciadas nas necessidades da comunidade e avalie, tendo em vista o Diagnóstico Socioambiental do entorno e a História de Vida (atividades anteriores), a existência ou não da distância discurso – realidade por parte das autoridades municipais.
- Analisar a participação popular na definição e implementação de políticas públicas.

Referencial Teórico:

Perceber se as políticas públicas municipais se relacionam aos anseios das comunidades é essencial para que o professor assuma uma postura crítica e se perceba, também, como um formador de opinião que não deve ter postura descontextualizada em seu fazer pedagógico.

Freire (2003) levanta este questionamento ao se perguntar o porquê de não se discutir com os alunos a realidade concreta do aluno, considerando os problemas socioambientais locais na afirmação “um educador reacionariamente pragmático” considera que “a escola não tem nada que ver com isso”.

Desenvolvimento:

- Apresentação do tema pelos componentes da mesa com enfoque direcionado à atuação/ filosofia, de cada Secretaria.
- Debate livre.

Estudo Analítico:

- Analisar a participação dos professores-alunos no debate, procurando identificar seu envolvimento com a questão discutida.
- Identificar na fala dos palestrantes a preocupação das Secretarias em relação à participação da sociedade como direcionadora de sua filosofia de trabalho e práticas.

Atividade 05: EDUCANDO O OLHAR DO PROFESSOR**Objetivos:**

- Discutir o conceito de visão de mundo a partir das necessidades econômico-sociais, percebendo ser este conceito uma construção social e ideológica

Referencial Teórico:

O documento “Diretrizes para o Ensino Regular Noturno” (DUQUE DE CAXIAS, 1999), elaborado coletivamente pelos profissionais de ensino desta Rede Municipal, na abordagem do Ensino de Ciências Naturais na Educação de Jovens e Adultos, destaca que o ensino da disciplina, se desenvolvido adequadamente, torna-se um instrumento para que se leia o mundo em que se convive, através de informações que além de científicas contemplem as dimensões sociopolítico e culturais em uma leitura crítica que supere a visão fragmentada dos acontecimentos cotidianos e “possibilite ao aluno perceber o mundo como um espaço em constante transformação, em eterna reestruturação” (DUQUE DE CAXIAS, p.13, 1999).

Nesta atividade pretende-se discutir a influência, no ensino em geral, da visão de mundo e de cidadania do educador, e sua influência sobre sua prática pedagógica.

Desenvolvimento:

- Apresentação de imagens gestaltianas : O que vemos? (Anexo 5)
- Vídeo: ILHA DAS FLORES

Quadro 7: Sinopse do vídeo Ilha das Flores

ILHA DAS FLORES

(35 mm, 12 min, cor, 1989)

(janela 1.33, som óptico mono)

<http://www.casacinepoa.com.br/port/filmes/ilhadasf.htm>

Um tomate é plantado, colhido, transportado e vendido num supermercado, mas apodrece e acaba no lixo. Acaba? Não. ILHA DAS FLORES segue-o até seu verdadeiro final, entre animais, lixo, mulheres e crianças. E então fica clara a diferença que existe entre tomates, porcos e seres humanos.

Foto por Carlos Gerbase

Direção: Jorge Furtado

-Relacionamento filme / imagens apresentadas e proposta de discussão:

► Qual é o olhar do professor em relação ao educando?

► Essa visão interfere na prática pedagógica? (quando, como e por quê?)

- Apresentar o documento “Diretrizes para o Ensino Regular Noturno com Aceleração de Aprendizagem” da Rede Municipal de Duque de Caxias. e os objetivos traçados para o ensino da Disciplina Ciências, para que os professores - alunos identifiquem como se propõe a temática ambiental e que visão de prática pedagógica sugere, uma vez que foi construído por seus profissionais de Educação.

Estudo Analítico:

Observação dos grupos na elaboração das tarefas com o objetivo de identificar a existência de olhar crítico do professor em relação à sua prática pedagógica.

Atividade 06: VISITA AO PARQUE MUNICIPAL DE NOVA IGUAÇU**Objetivos:**

- Conhecer uma Unidade de Conservação e compreender sua finalidade.
- Desenvolver diferentes tipos de sensibilidade: física, intelectual e afetiva.
- Descobrir o conceito de comunidade: a humana e a da natureza .
- Conhecer os diferentes habitantes de um meio.
- Descobrir as diversas formas do mundo vivo, a sua inter dependência e energia

Referencial Teórico:

*“Vamos sondar o fascinante mistério
do mundo à nossa volta”.*

Célestin Freinet

Com a visita ao Parque Municipal de Nova Iguaçu, pretende-se, além de sensibilizar, avançar para uma discussão sobre sustentabilidade em um movimento de transformação para uma nova sociedade (GUIMARÃES, 2004).

A visita, mais corretamente denominada por Freinet (1975) como aula-passeio, está amparada nos seguintes pressupostos:

- ▶ A experiência vivida é a base de toda a aprendizagem, ela prevalece sobre o discurso.
- ▶ Cada um desenvolve diferentes tipos de sensibilidade: física, intelectual, afetiva; portanto as atividades e formas de aprendizagem devem ser de tipos variados, cognitivos, afetivos e sensoriais.

Além desta intenção, pretende-se que a partir deste conhecimento do espaço os professores-alunos façam nova incursão ao parque junto com seus educandos da Educação de Jovens e Adultos.

Desenvolvimento:

- Orientação geral, dada por um guia experiente sobre as características desta Unidade de Conservação e os cuidados necessários para a realização de uma caminhada segura.

Estudo Analítico:

- Observação da reação dos profissionais durante a visita.
- Visita guiada enfatizando a observação da área para comparação posterior com a área do entorno da escola e as possibilidades de preservação da mesma.

Atividade 07: PALESTRA

TEMA: Educação Ambiental nos Livros Didáticos de História

Palestrante: Professora Ms Andréa Soares ²⁶

Objetivo:

- Despertar o olhar pesquisador do professor-aluno de modo a que selecione adequadamente os livros que lhe servem de apoio..

Referencial Teórico:

Esta proposta tem como intenção precípua estabelecer maior aproximação com as necessidades pedagógicas do professor-aluno. Com esta orientação será convidado a vir a Escola um profissional educador-pesquisador ambiental que, com a dissertação intitulada “Temáticas Ambiental e do Trabalho nos Livros de História do Ensino Fundamental: rede

---

²⁶ Graduada em História (IFCS/UFRJ); Mestre em Educação (Universidade Estácio de Sá). Tutora a Distância - Fundação Centro de Ciências e Educação Superior a Distância do Estado do RJ (CEDERJ/UERJ). Título da Dissertação: *Temáticas Ambiental e do Trabalho nos Livros de História do Ensino Fundamental: rede municipal de ensino do Rio de Janeiro*. 2005.

municipal de ensino do Rio de Janeiro” tem o objetivo de analisar como a temática ambiental era tratada em duas coleções de livros de História utilizadas no município do Rio de Janeiro selecionadas pelos critérios de recomendação pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) e as mais vendidas.

A autora concluiu que:

[...] as coleções apresentam erros conceituais e argumentos contraditórios, informando ora uma proposta de educação ambiental crítica, pautada na matriz da equidade de desenvolvimento sustentável, ora defendendo um modelo de desenvolvimento através exclusivamente de soluções técnicas/econômicas que não questionam o nosso modo de produzir e consumir (SOARES, 2005)

Esta análise será útil na seleção de material produzido para a Educação de Jovens e Adultos.

Desenvolvimento:

- Palestra
- Abertura para perguntas.

Estudo Analítico:

- Observação da receptividade do grupo com registro de suas falas.

Obs: Esta atividade deverá ser oferecida ao coletivo de professores da escola.

Atividade 08: VALORES E TEMAS TRANSVERSAIS NO CURRÍCULO

Objetivos:

- Discutir o conceito de transversalidade constante dos Parâmetros Curriculares Nacionais (MEC/SEF,1997/1998).
- Elencar, de forma prática, como atingir as dimensões conceitual, atitudinal e procedimental, constantes das Diretrizes para o Ensino Regular Noturno com Aceleração de Aprendizagem (DUQUE DE CAXIAS, 1999), no desenvolvimento da temática ambiental.

Referencial Teórico:

Discutir os Temas Transversais na Escola e perceber que eles estão intimamente ligados aos valores é a intenção desta atividade. Gávia (In:ÁLVARES, 2002, p. 21) afirma que a evolução da dimensão conceitual da transversalidade segue um caminho paralelo ao da metodológica “e nele também podemos considerar três etapas: sua consideração como conteúdos conceituais, sua consideração como questões atitudinais e a expressão da dimensão conceitual, atitudinal e procedimental”.

Incorporar esta dimensão no planejamento é necessário, pois muitas vezes percebe-se, no professor, dificuldade em definir que postura metodológica deve assumir em sua prática pedagógica que evidencie a inclusão desta orientação— trabalhar com conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais— discussão que, por sinal, não é nova na Rede Municipal de Duque de Caxias já que esta perspectiva perpassa as Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos (DUQUE DE CAXIAS, 1999).

Desenvolvimento:

- Análise, em grupo, dos documentos: Tema Transversal Meio Ambiente e Tema Transversal Trabalho e Consumo.
- Elaborar planejamento interdisciplinar em que perpassa o Tema Transversal Meio Ambiente trabalhado nas dimensões conceitual, procedimental e atitudinal.

Estudo Analítico:

- Analisar, o planejamento elaborado, destacando sua adequabilidade e atendimento à proposta de inclusão da Tipologia de Conteúdos (próxima página):

Quadro 8 : Tipologia de Conteúdos

TIPO	DIMENSÃO	SIGNIFICADO	ABRANGÊNCIA
Conceitual	“Saber”	Representações ou conteúdos de consciência	Conhecimento de fatos, fenômenos, conceitos, princípios, leis, saberes, idéias, imagens, esquemas, informações.
<i>Procedimental</i>	“Saber Fazer”	Mecanismos operatórios	Domínio de habilidades (savoir - faire), competências, aptidões, procedimentos, destrezas, capacidades, métodos de pesquisa, desenvolvimento de operações mentais, “hábitos” de estudo.
Atitudinal	Ser”/ “Saber Ser”	Disposições dos sujeitos, modos de agir, sentir e se posicionar.	Envolvimento, interesses, atitude, postura, valores, posicionamento, convicções, normas, regras, preocupações, vontades.

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias/2003

Atividade 09: PROJETO INTERDISCIPLINAR

Objetivos:

- Integrar os conteúdos trabalhados na Educação de Jovens e Adultos nas diversas disciplinas: Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Arte, Matemática, Ciências, Geografia e

História, a partir da percepção de que os diversos saberes se entrelaçam e são interdependentes.

- Elaborar, coletivamente, projeto interdisciplinar, relacionado às necessidades da escola, a partir de matriz apresentado pelo professor-autor Nilbo Nogueira (NOGUEIRA,2005).

Quadro 9:: Proposta de Matriz para Projeto Interdisciplinar

Título do Projeto	
Definição do objetivo (o quê?)	
Fundamentos (por quê?)	
Metas (quanto?)	
Recursos (quais?)	
Cronograma (quando?)	

Referencial Teórico:

A Conferência Intergovernamental de Tbilisi (UNESCO, 1997) propõe que se deva considerar o meio ambiente em sua totalidade, ou seja, em seus aspectos naturais e criados pelo homem, tecnológicos e sociais (econômico, técnico, histórico, cultural, moral e estético), aplicando um enfoque interdisciplinar, aproveitando o conteúdo específico de cada disciplina, de modo que se adquira uma perspectiva global e equilibrada.

Acreditando, como Nogueira (2005), que interdisciplinaridade implica em postura interdisciplinar e atendendo também ao que propõe Fazenda (2001, p.17) quando afirma

que “no projeto interdisciplinar não se *ensina*²⁷, nem se *aprende*, vive-se, exercita-se” pretende-se com esta atividade pôr em discussão a questão de modo vivencial.

A opção pela introdução de uma matriz (NOGUEIRA, 2005) ampara-se na idéia de que para fazer bem é preciso aprender a fazer, numa paráfrase a Rios (2003, p.88-109) que define competência como “saber fazer bem o dever” e envolve as dimensões técnica, estética, ética e política .

Desenvolvimento:

- Apresentação da matriz,
- Elaboração de um ou mais projetos temáticos e interdisciplinares sobre Meio Ambiente.
- Apresentação e análise dos projetos, a partir dos seguintes questionamentos::Esta atividade pode ser realizada com as turmas? De que forma? (Sugerir a implementação de um dos projetos em uma ou mais turmas).

Estudo Analítico:

- Observação dos grupos na elaboração das tarefas com o objetivo de verificar receptividade à proposta e dificuldades na compreensão da mesma;
- Analisar o(s) projeto(s) elaborados pelos professores-aluno identificando em que matriz de desenvolvimento sustentável²⁸ se apóia(m) e se são efetivamente interdisciplinares ou multidisciplinares²⁹.

Atividade 10: AVALIAÇÃO DO PROGRAMA

Objetivos:

---

²⁷ Grifo da autora.

²⁸ Vide Capítulo 3 desta Dissertação.

²⁹ Termo que pode ser utilizado quando da integração de diferentes conteúdos de uma mesma disciplina. Outra possibilidade seria a justaposição de diferentes conteúdos de disciplinas distintas, porém sem nenhuma preocupação de integração, desta forma cada disciplina teria objetivos próprios (NOGUEIRA, 2005, p.124-125).

- Analisar o programa apresentado a partir dos objetivos gerais propostos e específicos propostos.

Referencial Teórico:

A perspectiva de Avaliação que orienta este trabalho é a de Perrenoud (1999, p.68) quando afirma que “a avaliação não é uma questão menor. Para fazer com que a máquina funcione, *trabalha-se*³⁰, tomam-se múltiplas decisões, negocia-se”.

Este é o enfoque pretendido, pois, a partir dos vários momentos propiciados de avaliação e deste momento final, objetiva-se reformular a proposta, de modo a atender a que possa ser aplicada em outros momentos e espaços.

Desenvolvimento:

- Questionário individual semi-estruturado.

Estudo Analítico:

- Analisar as respostas dadas e organizar levantamento estatístico com gráfico.

5.2. DESCRIÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO E ANÁLISE DO PESoA

Alguns problemas interferiram na implementação do Programa “PESoA”, exigindo que se fizesse junção de algumas atividades, exclusão e inserção de outras.

Inicialmente ficou evidente a impossibilidade de seguir o cronograma traçado e já aprovado pelo Diretor anterior da Instituição porque, no início do ano letivo de 2006, este foi exonerado. No município de Duque de Caxias não há eleição para esta função, a indicação e dispensa de seu ocupante segue critérios políticos e, com esta modificação estrutural ocorrida na Instituição, percebi ser necessário apresentar o Programa à nova

---

³⁰ Grifo do autor.

Direção para aprovação e tive que readequá-lo, uma vez que a concordância para implementá-lo não foi imediata.

Houve uma greve de professores de quinze dias e várias paralisações, o que também interferiu no andamento da proposta, que precisava ser posta em prática no primeiro semestre.

Embora o grupo de professores do Noturno se mantenha praticamente o mesmo é insuficiente para atender a demanda, situação que a cada ano é resolvida com a concessão de horas-extras assim que as aulas se iniciam. Neste ano letivo de 2006, porém, esta autorização só ocorreu no início do mês de abril, tornando-se um complicador já que era importante que os professores repusessem aulas e conteúdos.

Optei, assim, por reduzir o número de encontros e realizar atividades cujos desdobramentos tivessem, como foco a sala de aula, pois seria um facilitador para a análise (“não cairiam no esquecimento”), selecionando as que mais se aproximassem da prática dos professores, acreditando como Vasquez (1977) que:

Na visão de unidade, teoria e prática são dois componentes indissolúveis da “práxis” definida como atividade teórico-prática, ou seja, tem um lado ideal, teórico, e um lado material, propriamente prático, com a particularidade de que só artificialmente, por um processo de abstração, podemos separar, isolar um do outro (VASQUEZ, 1977, p. 241).

Esta decisão não interferiu significativamente no encaminhamento em termos qualitativos, pois como já foi apresentado no capítulo 4, não se pode imputar, no caso desta Instituição, apenas a uma formação inadequada, o fato de alguns de seus profissionais apresentarem uma prática pedagógica linear e acrítica. Os encontros envolveram todos os professores da Unidade Escolar e, a qualidade não foi afetada por dois motivos que merecem ser destacados: o comprometimento e envolvimento do grupo com as tarefas, não

só com as propostas feitas pela mestrandia e demais dinamizadores, mas também em relação aos desdobramentos criados pelos próprios participantes e que alcançaram todas as nove turmas da Educação de Jovens e Adultos da Instituição.

A forma de apresentar as atividades efetivamente realizadas será a de um ou mais relatos de professores-aluno e análise geral de cada atividade por parte da mestrandia com relatos sobre seu encaminhamento e aspectos relevantes ocorridos na implementação.

1º ENCONTRO: APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA

DATA: 06/03/2006

LOCAL: SALA 3

A apresentação do Programa de Educação Socioambiental, PESoA, fora planejada inicialmente para acontecer junto a uma atividade prática, mas como o ano letivo iniciou com nova configuração não só da gestão da escola, mas de sua organização, considerei necessário desmembrá-las e criar espaço para justificar a escolha da instituição, e apresentar, de modo bem detalhado os objetivos do Programa, de modo a estabelecer com os professores um compromisso de participação e análise das atividades propostas.

Estavam presentes a Diretora da Unidade Escolar, as Orientadoras Pedagógica e Educacional, as professoras dos Ciclos I e II (correspondentes ao 1º segmento do Ensino Fundamental), os professores de Geografia, Matemática, Ciências, Arte, o Dirigente de Turno e o porteiro quando apresentei em data-show o programa de Educação Socioambiental, PESoA, que tem o objetivo principal de mobilizar os professores da Educação de Jovens e Adultos para a discussão da temática ambiental junto a seus alunos.

Além de situar-me naquele momento como mestrandia, já que também atuo nesta Instituição como Orientadora Educacional, procurei historicizar os passos preliminares para a elaboração do Programa procurando mostrar a importância da análise reflexiva de cada

um deles em relação às atividades, porque a intenção principal é a possibilidade de que integrem um programa de formação.

Mencionei, na ocasião, o Diagnóstico Socioambiental do município de Duque de Caxias que fizera em 2005, como uma das atividades da disciplina de Mestrado “Educação Ambiental”, o questionário aplicado também em 2005 aos professores da Instituição com o objetivo de levantar sua formação e expectativas em relação ao trabalho com a Educação de Jovens e Adultos e o questionário aplicado aos alunos da Instituição ao final de 2004 que acabou compondo o trabalho apresentado em forma de folder no Fórum de Educação de Jovens e Adultos/2004, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

A receptividade dos professores foi muito boa e se colocaram, inclusive, à disposição para dinamizarem algumas atividades junto às suas turmas e sugerir a construção de um material escrito, talvez uma cartilha, a ser distribuída aos estudantes, o que embora constasse dos objetivos por mim traçados não fora explicitado para o grupo, por acreditar que este tipo de ação deva ser resultado de um trabalho de sensibilização.

Creio, portanto que o que se denomina sinergia ambiental possa ter acontecido naquele momento e, além disso, também estaríamos atendendo a uma das recomendações da Conferência de Tbilisi (1977) que propõe que seja construído pelos próprios docentes o material a ser trabalhado com os alunos.

Neste primeiro encontro apenas a mestranda fez o registro, mas ficou acordado que, a partir do próximo, um dos participantes também o faria.

2º ENCONTRO: MAPA CONCEITUAL E ELABORAÇÃO DE ATIVIDADES SOBRE DEGRADAÇÃO AMBIENTAL

DATA: 14/03/2006

LOCAL: SALA 2

Conforme mencionado na descrição do encontro anterior este teria uma atividade prática, que foi desmembrada, e implementada neste segundo encontro, enquanto a “História de Vida” foi excluída e feita apenas com os educandos da Educação de Jovens e Adultos das turmas das professoras dos Ciclos I e II (1ª à 4ª séries do Ensino Fundamental).

Será apresentado abaixo o relato de uma das profissionais presentes.

REGISTRO FEITO PELA ORIENTADORA EDUCACIONAL DO 4º TURNO

Iniciou-se com a apresentação do projeto para os professores que não haviam assistido à apresentação do dia 06/03/06. Em seguida a mestranda Nadja apresentou a proposta de trabalho. Salientou que pretende com o projeto atender outras redes, estendendo para outros locais.

A professora C, colocou em relação à abertura, de que entendeu que o projeto pretende atender à Formação de Professores, e que após algumas explicações, toma como foco a Formação Continuada, mas a mestranda explicou que na realidade o foco do Projeto é a Formação Continuada dos Profissionais da EJA.

Logo em seguida a mestranda solicitou que fosse realizada a atividade Mapa Conceitual. A partir das 2 palavras o grupo elaborou 2 conceitos para as mesmas. O nosso grupo escolheu homem, indiferença e degradação e o outro Trabalho, Economia, Preservação e Progresso. Os dois grupos leram os conceitos para o grupão e foi salientado que essa atividade pode ser aplicada em sala de aula.

A mestranda colocou para ouvirmos o Samba-enredo da Império Serrano/2005, que fala sobre a degradação do meio ambiente, passando para uma atividade em grupo, para que criássemos uma atividade para ser realizada com a turma, com base na letra do samba-enredo.

Os grupos apresentaram as atividades para o grupão.

A mestranda pediu para definir/escolher atividade que pudesse ser realizada em sala com os alunos.

O primeiro grupo definiu que com o Ciclo I poderia ser realizada atividade de a partir do samba procurar no dicionário palavras desconhecidas e o professor de Matemática que poderiam ser propostos problemas relacionados ao meio ambiente. A professora do Ciclo II sugeriu que se propusesse a interpretação do samba. A professora de Arte sugeriu que fossem levadas às turmas do Ciclo III imagens relacionadas ao samba –enredo e que os estudantes criassem uma história em quadrinhos.

Logo em seguida foi solicitada a avaliação escrita por grupo em relação ao encontro.

Participaram a Orientadora Educacional que atua no Noturno, as professoras dos Ciclos I e II (correspondente ao 1º segmento do Ensino Fundamental), os professores de Arte, Ciências, Geografia, Matemática e o Dirigente de Turno. Na divisão dos componentes em dois grupos, estabeleci que o Grupo I deveria fazer o Mapa Conceitual de Meio Ambiente e as palavras colocadas inicialmente foram Degradação, Indiferença e Homem. Com elas foi criada a frase “O homem é o único ser vivo que consegue degradar e é indiferente ao meio ambiente visando apenas o lucro”.

Embora esta assertiva possa de certo modo dar a impressão de dissociação homem-ambiente, a principal discussão do grupo foi justamente esta e queriam inclusive modificar a configuração do Mapa Conceitual

O segundo grupo, que recebeu a proposta de fazer o Mapa Conceitual de Desenvolvimento Sustentável selecionou as palavras Trabalho, Economia, Preservação e Progresso e com elas formaram o conceito “Trabalho para as comunidades, voltado ao desenvolvimento econômico, sem causar danos irreversíveis ao meio ambiente”.

Como segunda etapa da atividade foi apresentado o Samba-enredo de 2005 do Grêmio Recreativo Escola de Samba Império Serrano intitulado “Um Grito Ecoa no Ar – Homem/ Natureza – O Perfeito Equilíbrio”.

Os recursos didáticos utilizados foram o data-show e reproduções da letra do samba e de sua sinopse, para que após análise deste sugerissem, em grupo, atividades a serem implementadas em suas turmas assumindo apenas o compromisso de no próximo encontro informarem como fora a receptividade dos alunos à mesma. Este samba fora sugerido pelo Dirigente de Turno, que também é músico.

Quadro 10: Atividades sugeridas pelos grupos no dia 14/03/2006

Grupo 1:

-Apresentar o samba à turma, relacionar algumas imagens previamente selecionadas pelo professor às estrofes do samba e montar uma história em quadrinhos.

Grupo 2:

1- Relacione os termos da música que estão ligados à Destruição do meio ambiente e Preservação do meio ambiente.

2- Consulte no dicionário o significado de cada termo relacionado (seleção prévia do professor)

.3- Escolha 2 termos pesquisados no dicionário e crie versos para um novo samba.

4- O que mais chamou sua atenção na mensagem contida na letra do samba do Império Serrano?

5- Aplicar operações racionais que envolvam índices de degradação e preservação ambiental.

Neste dia, a Orientadora Educacional fez o registro e na avaliação os professores consideraram que a proposta do dia fora clara e direcionada ao tema Meio Ambiente.

A construção do mapa conceitual permite orientar o pensamento para a possibilidade de estabelecer relações significativas que levam à definição de características de um determinado tema/assunto.

A atividade cumpriu seu propósito e na análise das duas frases elaboradas pelos grupos pode-se perceber isto: na primeira “*O homem é o único ser vivo que consegue degradar e é indiferente ao meio ambiente visando apenas o lucro*” há um discurso crítico, próximo à matriz da equidade³¹, que articula a questão socioambiental, que é, no entanto, radical ao culpabilizar o homem pela degradação sem apontar as possíveis razões sociais, políticas, culturais e econômicas (DELUIZ; NOVICKI, 2004) que podem provocá-la.

Em relação ao Desenvolvimento Sustentável, o conceito criado “*Trabalho para as comunidades , voltado ao desenvolvimento econômico, sem causar danos irreversíveis ao meio ambiente*” percebe-se a vinculação à mesma matriz discursiva, que tem como perspectiva a “sustentabilidade democrática” “entendida como o processo pelo qual as sociedades administram as condições materiais de sua reprodução, redefinindo os princípios éticos e sociopolíticos que orientam a distribuição de seus recursos ambientais” (ACSELRAD; LEROY, 1999).

È interessante ressaltar que apesar de no primeiro grupo estarem a Orientadora Educacional, a professora do Ciclo II (formação:Curso Normal) e professores de Arte e Geografia, enquanto no segundo tínhamos professores de Ciências, Matemática e do Ciclo

---

³¹ vide capítulo 3 desta Dissertação.

I(formação em Ciências Biológicas) não houve disparidade conceitual, o que demonstra que a temática ambiental faz parte, pelo menos, do conhecimento básico dos professores.

Ao avançar para a elaboração de atividades notamos que os professores tentam aproximá-las de suas disciplinas, o que tem um lado positivo pelo caráter de aproximação das necessidades de cada docente que o Programa objetivava, mas de outro perde-se, se não se estiver atento, uma das grandes riquezas possibilitadas pelo trabalho coletivo que é assumir caráter interdisciplinar³². Se houvesse esse pensamento, por parte do docente, mais facilmente se avançaria para um pensamento crítico³³, no qual a realidade seria vista como uma construção social humana, e a educação — como criação social — teria caráter integrador e reflexivo. Podemos atribuir tal postura ao ensino tradicional, ainda presente nas escolas, com sua visão mecanicista e compartimentalizada.

Segundo Guimarães (2004,p.35) “essa educação tradicional não quer perceber as redes de poder que estruturam as relações de dominação presentes na sociedade atual” e as “de dominação construídas historicamente entre sociedade e natureza”, sendo um dos pilares da atual crise ambiental.

Na característica replicadora que este programa assumiu, a professora do Ciclo I (correspondente à 1ª e 2ª séries) realizou com sua turma (27 estudantes), no dia 22 de março de 2006, a atividade criada por seu grupo (2), que solicitava que fossem relacionados, em colunas distintas, os termos da letra do samba-enredo (Anexo 3) ligados à destruição e

---

³² Interdisciplinaridade, no contexto do ensino, é o processo que envolve a integração e engajamento de educadores, num trabalho conjunto, de interação das disciplinas do currículo escolar entre si e com a realidade, de modo a superar a fragmentação do ensino, objetivando a formação integral dos alunos, a fim de que possam exercer criticamente a cidadania, mediante uma visão global de mundo e serem capazes de enfrentar os problemas complexos, amplos e globais da realidade atual (LÜCK, 2004, p.64).

³³ O pensamento crítico(,,,) procura a superação das dicotomias entre saber e agir, sujeito e objeto, e ciência e sociedade, enfatizando os determinantes sócio-*históricos da produção do conhecimento científico e o papel da ciência na divisão social do trabalho(ALVES-MAZZOTTI;GEWANDSZNAJDER, 1999, p.117)

preservação do meio ambiente. É interessante ressaltar que na coluna destruição, além de palavras bem objetivas como “lixo, devastação, tecnologia e poluídas”, foram incluídos termos mais voltados para a questão do sentimento o que demonstra um grau considerável de subjetividade, demonstrando que a postura eminentemente reflexiva, defendida no trabalho com a Educação de Jovens e Adultos, está sendo trabalhada pela professora desta turma, atendendo ao que propõe o documento orientador desta modalidade de ensino no município pesquisado ao tratar do ensino de Ciências Naturais:

Ler criticamente o mundo que o rodeia, questionar os diferentes modos de nele agir, superar a visão fragmentada dos acontecimentos cotidianos, situar-se como um elemento integrante e participativo na luta em defesa do patrimônio bio-sócio-cultural regional e brasileiro, são alguns dos objetivos que podem ser alcançados quando o ensino de Ciências deixa de ser uma simples, artificial, cansativa e inútil memorização de “nomes esquisitos” para se transformar em um ensino crítico, construtivo, criativo e inovador....(DUQUE DE CAXIAS, 1999, p.15)

Esta atividade, coordenada pela professora H, teve início com os alunos ouvindo o samba (CD distribuído pela mestrandia aos professores), analisando a letra, levantando as palavras e compartilhando-as, e finalizou com uma discussão sobre a ação responsável do homem, que seria agir pensando nas conseqüências.

Ainda como desdobramento a professora C, da disciplina Ciências, no dia 21/03/06, também trabalhou o samba-enredo com a turma IVA, do Ciclo IV (correspondente à 7ª e 8ª séries), 32 alunos presentes. Propôs como tarefa que, após ouvir o samba e análise da letra, relacionassem os termos da música ligados à destruição do meio ambiente, à sua preservação, escolhessem dois dos termos destacados e criassem versos para um novo samba (Atividade do grupo 2). Percebe-se em sua proposta uma postura interdisciplinar e a valorização da mesma está em ter servido, inclusive, como uma atividade para avaliação bimestral. Dos 27 alunos que a realizaram, 21 alcançaram a pontuação máxima.

Os estudantes destacaram questões altamente relevantes, até por terem um maior conhecimento acumulado já que este ciclo corresponde ao final do Ensino Fundamental. Destaco abaixo duas das poesias criadas por estudantes da turma.

Quadro 11: Poesia criada por uma aluna do ciclo IV

Mãe Natureza
 Mãe Natureza
 És bela com sua natureza,
 Sempre nos presenteia
 Com suas florestas
 Ingratos somos pois
 poluímos o nosso Planeta
 Daí - nos sabedoria, Mãe Natureza
 Autora: Alessandra Albuquerque

Nestes versos percebe-se uma preocupação crítico-reflexiva em relação à ação humana e a valorização do conhecimento como instrumental a ser adotado para que seja modificado o olhar do ser humano em relação à Natureza. Outro estudante escreveu :

Quadro 12: Poesia criada por um aluno do ciclo IV

No meu verde, lixo
 No meu céu , fumaça
 No meu rio, desgraça
 E antes do fogo era mata.
 Nos animais, doenças
 No nosso ar, viroses
 Nas nossas mentes, angústia.
 E do choro da Natureza
 Nasce a esperança.
 Autor: Huanderson Veras Santos

Nesta composição que faz o contraponto sonho - realidade vê-se a aproximação ser humano – natureza expressa no pronome possessivo “meu” e a idéia de que a esperança de modificar sempre existirá, se tivermos o olhar atento para as conseqüências de nossos atos.

Analisando as duas produções, considerando-se que os estudantes desta turma são pessoas que retornaram aos estudos há dois ou três anos e trabalham , tendo portanto pouco tempo para aprofundar seus estudos individualmente, pode-se concluir que a atuação dos professores tem sido significativa e que, embora haja alguns equívocos, como fazer com que os alunos copiem e sigam modelos — prática metodológica ainda bastante utilizada — existe preocupação, por parte de alguns, quando devidamente estimulados, de terem uma docência reflexiva.

3º ENCONTRO: PALESTRA

TEMA: O QUE É UMA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO?

DATA: 04/04//2006

LOCAL: SALA 3

Palestrante: Professor Cristiano José Lima (Biólogo, pesquisador de aracnídeos no Parque Municipal de Nova Iguaçu e professor de Ciências da Instituição)

Esta atividade substituiu o estudo da Carta da Terra, em primeiro lugar pela disponibilidade imediata do professor e, em segundo devido ao tempo decorrido entre o encontro anterior e este, exatamente vinte e um dias.

Sua realização era prioritária por ter percebido que a visita à Unidade de Conservação, prevista para meados de abril, deveria ter um momento inicial preparatório.

Com a intenção, portanto, de capacitar o corpo docente a identificar uma unidade de conservação e sua importância, foi convidado a dinamizar esta atividade um profissional-pesquisador, educador ambiental, professor da disciplina Ciências, que tendo começado a trabalhar nesta instituição em 2006, ao saber da proposta de pesquisa da mestranda a ela se incorporou apresentando sugestões e se colocando à disposição para auxiliar na implementação da mesma.

Abaixo apresento o resumo da palestra, feito pelo palestrante, no qual apresenta as

etapas da atividade, seguido pelo relato de um participante.

Quadro 13: Resumo da palestra sobre Unidade de Conservação

RESUMO DA PALESTRA (FEITO PELO PALESTRANTE)

Relatório sobre a palestra ministrada em 04 de abril de 2006.

Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu.

O objetivo da palestra foi mostrar os tipos de Unidades de Conservação instituídos pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e que os trabalhos podem ser realizados em uma Unidade de Proteção Integral.

Para tornar mais acessível o assunto, foi utilizado como pano de fundo o Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu, localizado nos municípios de Nova Iguaçu e Mesquita, na Baixada Fluminense e que possui, nos seus 1100 hectares de extensão, diversas formações vegetais em vários estágios de conservação, além de um casarão antigo, remanescente da outrora Fazenda Dona Eugênia. Para destacar as atividades de pesquisa, utilizei-me dos trabalhos e descobertas que realizei enquanto pesquisador da Unidade.

Inicialmente, falamos sobre a importância e o objetivo da criação das UCs apresentamos o Parque Municipal de Nova Iguaçu com suas características gerais e o localizamos geograficamente através de slides com mapas.

Tratamos de diferenciar as Unidades de Proteção Integral das Unidades de Uso Sustentável, segundo o SNUC, evidenciando que o referido parque se encaixa na primeira categoria, sendo destinado à pesquisa científica, à preservação do patrimônio natural, à educação ambiental e ao lazer.

A princípio os professores não pareciam muito empolgados com o assunto, talvez pela breve exposição sobre os tipos de unidades de conservação, com suas diferenças e objetivos. Com o decorrer do discurso, ficaram empolgados com a apresentação das fotos de alguns representantes da fauna e da flora existentes, das atividades de pesquisa realizadas, e ainda, dos locais destinados à visitação pública.

Quadro 14: Relato referente à terceira atividade

RELATO LITERAL FEITO PELO PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA

Aos quatro dias do mês de abril do corrente, durante o Grupo de Estudos do quarto turno, a professora Nadja deu prosseguimento à apresentação do projeto PESoA, onde expôs aos presentes a sua experiência adquirida com a elaboração do seu Projeto de Educação Socioambiental. Logo após, demonstrou os objetivos e as razões de sua proposta que, segundo ela, possui uma grande relevância para o desenvolvimento do cidadão atuante dentro da sua realidade. Num segundo momento, convidou o professor Cristiano, seu incentivador e colaborador, para dinamizar a apresentação quando este relatou que diante de algumas experiências, o projeto PESoA mostrou-se-lhe interessante dado o seu caráter inovador. A seguir o professor fez uma mostra de fotografias comentadas após ter explicado o significado e a importância de uma Área de Proteção Ambiental. Na terceira parte foi exibido um vídeo intitulado “Os homens e as águas” e, finalmente, foi lido o texto “A Natureza do Homem” (Anexo 6).

A terceira atividade contou com a presença da Diretora da Escola, da Secretária, da Orientadora Educacional, do Dirigente de Turno, das professoras dos Ciclos I e II, e dos professores de Língua Portuguesa e Ciências.

No primeiro momento, como no encontro anterior, a mestranda relatou rapidamente como a proposta estava sendo encaminhada, seus objetivos e as atividades já realizadas. Em seguida apresentou o palestrante, justificando sua escolha, e estabelecendo qual o objetivo principal da palestra aproveitando para convidar os presentes a visitarem a Unidade de Conservação em pauta.

O palestrante iniciou com informações relevantes sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) identificando as características e diferenças entre os vários tipos de área de Proteção Ambiental.

Conforme explicitado no Plano de Manejo do Parque, elaborado entre 1998-1999, em convênio entre a Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu e o FNMA (Fundo Nacional de Meio Ambiente) e aprovado no ano de 2000:

A implantação do Parque é um investimento social e ecológico na Baixada Fluminense que atende a antigas reivindicações de entidades ambientalistas que atuam na região. Além disso, esta nova unidade de conservação (UC) é uma prioridade do atual Governo do Município, que deseja dotar o Parque de uma infra-estrutura que possa dar ao usuário conforto, segurança, oportunidades de lazer e **educação ambiental**, e que possa, também, assegurar a realização das atividades de fiscalização e pesquisa. Desta forma pretende-se tornar o freqüentador um aliado na luta pela manutenção da Unidade e ampliar o campo de pesquisa sobre a área explorando com competência e racionalidade suas potencialidades naturais, históricas e culturais. (PMNI, 2001-INTRODUÇÃO, p. 8, grifo nosso).

Em seguida mostrou, no datashow, imagens da fauna e flora do parque, identificando os espécimes, no que foi auxiliado pelas professoras de Ciências e do Ciclo II, que também tem formação em Ciências Biológicas.

Apresentou os limites geográficos do Parque e relatou sua pesquisa com aracnídeos, realizada no ano anterior. Com uma vivência privilegiada em pesquisa no Parque Municipal de Nova Iguaçu, no qual aprofundou seus estudos sobre aracnídeos, o professor Cristiano apresentou com fotos e discutiu com o grupo de professores as características deste espaço e seu trabalho, como elemento introdutório à atividade seguinte que seria a visita guiada.

A palestra despertou o interesse de todos os profissionais que fizeram inúmeras perguntas principalmente no momento de apresentação das imagens, mostrando-se motivados a visitar o Parque.

Analisando brevemente os dois relatos pode-se notar como o olhar do outro para questões semelhantes é diferenciado, o que deveria ser objeto de constante investigação e investimento do professor em sala de aula, pois a aprendizagem passa por este processo de ouvir, analisar, experimentar, reanalisar.

A avaliação foi positiva pois como declarou uma professora “é importante apresentarmos informações corretas aos alunos” (Professora D, Ciclo II) e ainda, “é importante ampliarmos nosso conhecimento” (Professora C, disciplina Ciências).

Esta atividade — Palestra sobre Unidades de Conservação — dinamizada pelo professor de Ciências da Instituição, além do ganho em termos de ampliação de conhecimentos técnicos que direcionariam nosso olhar para a visita ao Parque Municipal de Nova Iguaçu cria a possibilidade de, no próprio espaço escolar, serem selecionados por formação, profissionais que coordenem alguns momentos de estudo e ainda, aproximar o profissional educador da realidade em que atua, pois será possível identificar, através da área preservada, como era a Baixada Fluminense e o que o processo de degradação socioambiental tem provocado. Permitirá discutir com seus educandos como assumir atitude reflexiva, cidadã, engajada, em relação à sua comunidade.

Considero importantíssimo resgatar a posição defendida por Paulo Freire (2003) em relação ao processo formador:

Nesta forma de compreender e de viver o processo formador, eu, objeto agora, terei a possibilidade, amanhã, de me tornar o falso sujeito da “formação” do futuro objeto do meu ato formador. É preciso que, pelo contrário, desde os começos do processo, vá ficando cada vez mais claro que, embora diferentes entre si, quem forma se forma e re-forma ao formar e quem é formado forma-se e forma ao ser formado (FREIRE, 2003, p. 23).

Esta perspectiva deveria perpassar a prática pedagógica das escolas uma vez que, por ter a formação docente caráter disciplinar, é no espaço profissional que se deve relacionar os conteúdos acadêmico-científicos à realidade e necessidades do educando, quebrando as barreiras que impedem a abordagem crítica e integral do conhecimento.

Utilizar o vídeo sobre “Homens e águias” ao final do encontro teve como objetivo principal despertar a sensibilidade do corpo docente para discutir a questão dos valores, que é o passo inicial para a mudança de postura ante os problemas socioambientais locais que deverão ser ampliados na escola para os mais gerais, ambição maior desta pesquisa. Podemos considerar esta atividade como introdutória ao encontro que trata da visão de mundo.

4º ENCONTRO: DIFERENCIANDO O OLHAR DO PROFESSOR

DATA: 02/06/06

LOCAL: SALA 4

O objetivo deste encontro era fazer com que os profissionais percebessem a importância de conhecer o educando através do local em que ele mora para entendê-lo um pouco melhor. Entendemos que quando o sujeito não se vê como pertencendo a um determinado grupo, espaço, comunidade, com mais facilidade o degradará.

Elaborar, portanto, um Diagnóstico Socioambiental, construído com e pelos alunos pode modificar as relações estabelecidas dentro e fora da Escola

O relato da professora D. está em tópicos, pois a discussão propiciada pela atividade que envolveu todo o grupo, dificultou o registro.

Quadro 15: Relato referente à quarta atividade

REGISTRO FEITO PELA PROFESSORA D. (CICLO II):

- *Trabalho interdisciplinar de formação de professores para capacitá-los para o trabalho de Educação Ambiental.*
- *Santa Cruz da Serra é importante para trabalhar a Educação Ambiental.*
- *Visita ao Parque Municipal de Nova Iguaçu deve acontecer no dia 10 de junho de 2006*
- *Atividade: resgatar a prática de qualidade para o nosso aluno.*
- *mostra de gravuras para percepção de pessoas na gravura. O aluno também tem olhar diferenciado, os professores não entendem isso.*
- *compartilhar com o outro este olhar diferenciado.*
- *A partir deste vídeo crie um diagnóstico socioambiental que possa ser aplicado na comunidade para que o aluno tenha um olhar reflexivo.*
- *O ser humano que vivia em fazendas, hoje vive em lotes. Como ele vê o espaço em que mora?*
- *No “Cantão” (local assim denominado por ser o mais afastado) será que fazem diferença entre urbano e rural? Têm que observar que não possuem saneamento básico.*
- *Proposta: Fotografar 2 coisas ruins e 2 coisas boas. Discutir depois, no momento de apresentação, através do olhar do aluno.*

Neste encontro, dinamizado pela mestrandia, estiveram presentes o Dirigente de Turno, as professoras dos Ciclos I e II, os professores de Matemática, História, Língua Portuguesa e Inglês.

Inicialmente foram apresentadas imagens “gestaltianas”³⁴ que possibilitassem ao grupo discutir sobre a importância de termos olhares diferenciados para as questões.

Um dos professores presentes disse que deveríamos “despirmo-nos da crença de que os modelos dão conta de situações variadas em sala de aula”. Outro professor levantou a questão da “falta de sensibilidade do professor para o olhar que o aluno tem de si próprio

³⁴ Aproximadamente a partir de 1870 alguns pesquisadores alemães começaram a estudar os fenômenos perceptuais humanos, especialmente a visão. Seus estudos procuravam entender como se davam os fenômenos perceptuais, tendo se utilizado em grande parte deles, de obras de arte. Queriam entender o que ocorria para que determinado recurso pictórico resultasse em tal e tal efeito. A estes estudos convencionou-se denominar de *Psicologia da Gestalt* ou *Psicologia da Boa Forma*. Seus expoentes mais conhecidos foram Kurt Koffka, Wolfgang Köhler e Max Wertheimer. Criaram as *Leis da Gestalt* relativas à percepção humana, que até hoje se mantêm válidas. <http://www.gestaltsp.com.br/gestalt.htm> acessado em 18 de setembro de 2006.

como estudante, da sua comunidade e como isto prejudica uma maior aproximação entre ambos e que pode se refletir no trabalho pedagógico”. Outra professora falou “que o olhar que se compartilha com o outro aprofunda o nosso, pois temos visões diferentes diante de uma mesma situação” .

Discutiu-se, ainda, que a cada ano, no momento do Planejamento, pensamos em fazer esta aproximação para que o educando se auto-referencie, algumas vezes até se registra, mas a prática diária é diferente. A mestranda aproveitou para questionar o porquê e surgiram respostas como “a rotina diária não está relacionada ao planejamento, damos ênfase ao conteúdo, e não à forma como o conteúdo necessita ser trabalhado, com cada grupo específico”.

Após a projeção das imagens foram apresentadas fotos do bairro em que fica a escola, que mostravam a comunidade há 40 anos atrás e atualmente, levando ao questionamento de que em alguns aspectos houvera desenvolvimento econômico e físico (calçamento, comércio e indústria, rodovia). Simultaneamente, este desenvolvimento implicava em degradação ambiental (desmatamento, queimada, esvaziamento da vocação agrícola). A grande discussão mantida neste momento foi como é difícil diferenciar urbano e rural no Estado do Rio de Janeiro e especificamente neste município já que as características não se “mantém intactas, puras”.

Prosseguindo, foi apresentado o Vídeo “Ilha das Flores”, que alguns já conheciam para aprofundar ainda mais a discussão sobre a realidade em que está inserida a escola. Para os que ainda não o conheciam o vídeo foi impactante.

Com a mesma intenção os professores viram uma mensagem que circula pela Internet denominada “Carta ao Inquilino” (Anexo 7) que, com imagens muito bem selecionadas, trata da ação predatória do homem sobre o planeta Terra.

Houve, como já mencionado, grande envolvimento do grupo de professores nesta atividade mas deve ser destacada a participação da professora de História que liderou as discussões nesta fase e organizou a elaboração das atividades que se seguem e que foram direcionadas a duas turmas da Instituição: turma IIIB (Ciclo III, correspondente à 5ª e 6ª séries) e turma IVA (Ciclo IV, correspondente à 7ª e 8ª séries).

A idéia de pedir aos estudantes que pesquisassem aspectos positivos e negativos da comunidade em forma de fotos, surgiu da compreensão de que embora muitos professores atuem na instituição há algum tempo, pouco conhecem da comunidade e do olhar que os estudantes têm dela. Vimos que, muitas vezes, o nosso olhar é idealizado e que seria interessante ver através dos estudantes, tentar ver o que eles vêem e discutir com os mesmos os porquês.

Quadro 16: Atividade elaborada pelos professores a ser realizada com a turma III B

TURMA III B – FOTOS

- Tirar fotos de 2 lugares considerados feios e de 2 considerados bonitos de acordo com o olhar individual do aluno (apenas fotos do espaço físico), desconsiderando pessoas.

ANÁLISE POSTERIOR:

- A região onde está situada a escola, no olhar do aluno é rural ou urbana?

- Como é aproveitado o espaço livre, de terra, existente no lote de terreno em que cada um mora?

OBSERVAÇÃO:

Criar momento de apresentação do material fotografado (valorizar a cultura e identificar os valores).

Quadro 17: Atividade elaborada pelos professores a ser realizada com a turma IV A

TURMA IV A - QUESTIONÁRIO

- *Quais são os dois maiores problemas na sua comunidade?*
- *Em sua opinião o que poderia ser feito para solucionar esses problemas?*
- *Em que você poderia contribuir na solução desses problemas?*

Essas questões nos remetem a Paulo Freire (2003, p.29) quando afirma: “não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino” e continua “Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade”.

A atitude de envolvimento daquele grupo de professores diante da proposta me leva a indagar sobre o porquê de sua prática diária não estar próxima às suas relevantes sugestões quando da implementação do PESoA. Esta é uma preocupação recorrente — por que os docentes muitas vezes sabem, mas não praticam?

No dia seis de junho foram entregues à turma III B, duas máquinas para que eles tirassem as fotos. Uma aluna ficou sendo a responsável pela divisão da turma em 2 grupos: o grupo 1 utilizaria a máquina 1 enquanto o outro faria o mesmo com a segunda máquina. A professora de História deu as explicações necessárias, enfatizando que esta atividade estava ligada à minha pesquisa de mestrado e que posteriormente seria criado um momento de mostra e discussão das fotografias.

Em menos de uma semana as fotos foram reveladas e é interessante ressaltar que enquanto um achava um determinado local “legal” (estudante X), outro o criticava dizendo que no mesmo “só havia mato” (estudante Y). A isto uma estudante além de solicitar respeito à opinião alheia disse “mas isto é Natureza”.(estudante 3).

As fotografias ficaram muito boas e a proposta era que atrás de cada uma delas se apontasse o local e o motivo da escolha. Apresento abaixo um grupo de fotos feitas pela estudante Adriana, com as devidas explicações.

Foto 5:
Vala negra. Acho ruim por causa dos insetos e dos ratos

Foto 6
Matagal. Um perigo para as pessoas

Foto 7
Minha paróquia.
Acho legal por ser a casa de Deus

Foto 8
Rua da minha irmã.
Por ser um lugar calmo para as crianças
brincarem sossegadas

A proposta de questionário que seria aplicado pela turma IV A, acabou não sendo desenvolvida por dificuldades particulares dos professores que haviam se comprometido a implementá-lo. Percebe-se, no entanto, ser ele um diagnóstico socioambiental incipiente e que há preocupação dos professores em levar os educandos à reflexão de modo a que se posicionem de forma cidadã diante dos problemas de sua comunidade.

5º ENCONTRO: VISITA AO PARQUE MUNICIPAL DE NOVA IGUAÇU

DATA: 10/06/06

LOCAL: PARQUE MUNICIPAL DE NOVA IGUAÇU

Esta atividade é a seqüência da Palestra dinamizada pelo professor Cristiano sobre Unidades de Conservação. Foi preparada com todo o cuidado, divulgada não só através de mural, mas todos os professores receberam um convite com o mapa do parque (anexo 6), semanas antes, para que se garantisse uma presença significativa.

Com a presença das professoras dos Ciclos I e II, do professor de Ciências, da Orientadora Educacional e da Orientadora Pedagógica, além da mestrande e de pessoas que se agregaram (esposo, filhos, namorada/geóloga), o grupo que se reduzira devido a dois adiamentos (13 e 27 de maio), provocados pela chuva intensa ocorrida nestas duas semanas o que impossibilitaria o acesso aos vários espaços do parque (trilhas mais fechadas, cachoeira, etc.) iniciou a visita ao Parque Municipal de Nova Iguaçu.

Este tipo de atividade que, como Freinet (1975), prefiro chamar “aula-passeio ou aula das descobertas”, permite que os sujeitos se apropriem de conhecimentos variados, relacionados ou não à sua disciplina específica

Fomos guiados pelo professor Cristiano, professor da Escola Municipal pesquisada, porque o referido professor já trabalhara no Parque e fora recomendado pelo responsável pelo guiamento naquele espaço como o profissional mais adequado para fazê-lo.

O Parque possui uma área de 1100 hectares e foi destinado a ser Unidade de Conservação em 1998, há menos de 10 anos, portanto. Isto explica seu desconhecimento pela população em geral, o que é, simultaneamente, um facilitador e um complicador para o processo de preservação. O professor-guia fez o relato abaixo.

Quadro 18: Relatório elaborado pelo guia (visita ao Parque Municipal de Nova Iguaçu)

Relatório sobre a visita realizada em 10 de junho de 2006 (feito pelo professor – guia)

Visita ao Parque Municipal de Nova Iguaçu

Quando chegaram ao parque, os professores não imaginavam o que poderiam encontrar adiante. Ficaram deslumbrados com o fato de ter um local como aquele em plena Baixada Fluminense, o estado de conservação das matas e a possibilidade de desfrutar de tão aconchegante contato com a natureza.

Logo na chegada, pudemos ver a Represa Epaminondas Ramos, construída na década de 1960, para o abastecimento da população do então distrito de Mesquita, cujas margens são visitadas freqüentemente por capivaras. Expliquei que as capivaras vêm ali para se alimentar dos brotos de bambu e de algumas ervas e que tive a oportunidade de encontrar pegadas de jaguatirica neste local.

À medida que caminhávamos pela estrada, pudemos ver os morros que formam o vale do Rio Dona Eugênia, o “senhor” daquela microbacia e limite dos dois municípios nos quais o parque está inserido. Chegando a antiga pedreira, ficamos admirados em saber que se tratava da câmara magmática do vulcão que há 72 milhões de anos expeliu a lava que formou aqueles morros. Continuamos nossa caminhada tendo a possibilidade de ver alguns poços destinados ao banho público, e é claro, ter o prazer de estar dentro de uma mata preservada.

Seguindo pela estrada, encontramos a entrada da “Trilha do Pau-pereira”, que recebeu este nome por ter alguns exemplares desta árvore apreciada por suas propriedades medicinais. Alertei para o fato de ser uma trilha um tanto difícil. Percorremos a trilha tranqüilamente, aproveitei para mostrar, além das árvores, os vestígios de “balaios de carvão”, onde se pode ver claramente restos deste material espalhados entre a serapilheira (camada superficial do solo de florestas e bosques, feita de folhas, ramos etc. em decomposição, misturados à terra). Vimos, ainda na mesma trilha, dois mirantes utilizados para a observação da mata e da “Cachoeira Véu de Noiva”.

Descendo a trilha chegamos até o “Casarão”, onde pude dizer que se tratava da construção mais antiga de Nova Iguaçu. Saímos da estrada e seguimos para os fundos do casarão, onde há um local para banho, de onde mostrei a passagem que levava ao pé da “Cachoeira Véu de Noiva”. Peguei os mais corajosos e seguimos subindo pelas pedras até nos depararmos com uma das vistas mais belas do parque, onde todos ficamos deslumbrados.

Na volta, seguindo pela estrada, chegamos ao “Poço das Cobras”, observamos uma grande falha geológica, por onde passa uma queda d’água, sendo o local mais visitado do parque.

Finalizamos a visita e seguimos de volta até a entrada do parque. No caminho, os professores foram destacando os melhores momentos do passeio, prometendo marcar uma nova visita, talvez para a “Cratera do Vulcão”.

A visita foi um grande sucesso já que o Parque é realmente interessante em termos de ecossistema e possibilitou que conhecêssemos fauna e flora diferenciadas, com o apoio técnico de um guia competente e automotivado pois já pesquisara aracnídeos naquela área. A bióloga que se agregou ao grupo também deu informações preciosas sobre o tipo de solo, vulcânico, daquela área, explicando porque não há perigo de erupção.

Todos os participantes estavam altamente motivados o que nos levou a fazer uma caminhada numa trilha considerada moderada que cansou um pouco parte do grupo, mas de modo algum tirou a alegria e o empenho de todos em atingir o objetivo que era chegar a visualizar a cachoeira do local mais próximo possível. Isto só foi plenamente atingido por 3 pessoas, incluindo a mestrande e foi um momento inesquecível já que sua beleza é inigualável.

Após a aula-passeio, iniciada às 10 horas e finalizada às 14 horas e 45 minutos, fizemos um lanche coletivo, e houve contribuição de todos, o que me fez associar este momento à pedagogia Freinet que utiliza o lanche cooperativo como uma das técnicas de aprendizado e aproximação do grupo.

Os comentários durante a visita iam desde lindo, maravilhoso, até o espanto pela existência de um parque como aquele em um espaço urbano. O espanto justifica-se porque a Baixada Fluminense possui uma área bastante degradada e costuma ser mal cuidada. No Parque percebemos como poderia ser se houvesse preocupação socioambiental.

Ficou acordado que tentaríamos viabilizar a visita de um grupo de alunos do Noturno da Escola Municipal X ao Parque.

Interessante que pessoas de faixa etária tão variada se integrassem plenamente e fato digno de menção foi a intenção de alguns do grupo de fazerem rappel (pela primeira vez em suas vidas) naquela área.

Foi entregue aos componentes deste grupo uma ficha de avaliação que foi anexada à esta Dissertação (Anexo 8).

Uma das professoras que a preencheu ao dar suas impressões sobre o Parque destaca que “o parque é lindo, bucólico, se situa dentro de uma cidade cheia de poluição” e ainda . “fizemos caminhada através das árvores da floresta sentindo o ar fresco e puro, brincando, cantando, escutando explicações dos ‘cientistas’ que caminhavam conosco”. Conclui que o fato de existir uma área como esta em que fauna e flora estão preservadas leva a “acreditar que ainda existe esperança para conter a destruição do nosso ambiente”.

Transcrevi estes trechos porque eles mostram com clareza um dos primeiros efeitos deste tipo de atividade que é valorizar o “preservacionismo”, presente na matriz da auto-suficiência levantada por Acsehrad (2001).

É importante este movimento pois ele deflagra a preocupação com as conseqüências de nossas atitudes. Considero, portanto, esta atividade essencial por seu caráter mobilizador mas a seguir deve existir um momento de discussão que permita analisar como o educador, de modo geral, deve posicionar-se em relação à temática ambiental.

6º ENCONTRO: PALESTRA “A PEDAGOGIA FREINET E OS PROJETOS DE TRABALHO”³⁵

DATA: 29/06/06

LOCAL: SALA DE LEITURA

Dinamizada pela mestrandia e equipe pedagógica da escola esta atividade reforçou o caráter de formação continuada que este programa pretende alcançar. Não estava prevista inicialmente mas foi planejada a partir de uma necessidade e percebi que se ajustava ao Programa.

---

³⁵ Atividade nova.

Estavam presentes as professoras dos Ciclos I e II, as professoras de Arte, Geografia e Língua Portuguesa e os professores de História, Geografia, Matemática, Inglês e Língua Portuguesa

A opção por discutir inicialmente o texto do cientista social e professor português Boaventura de Sousa Santos (Anexo 9) sobre a importância do pensamento e de termos um pensamento brasileiro que deve ser não só reflexivo mas ativo está relacionada a um dos objetivos do PESoA “facilitar a autonomia crítica do estudante da Educação de Jovens e Adultos”.

Isto só se alcança quando o professor que trabalha com esta modalidade de ensino pensa sobre sua prática, a exerce dentro de uma lógica racional que o mantém antenado aos diversos movimentos político-econômico e socioambientais.

Faz-se necessário, portanto, avaliar a prática pedagógica e referenciá-la. o que foi feito ao apresentarmos os pressupostos da pedagogia Freinet. Alguns professores espantaram-se ao perceber como as técnicas propostas por este professor são utilizadas no espaço escolar sem que as relacionemos a uma pedagogia específica.

A temática ambiental perpassa toda a pedagogia Freinet. Este educador valorizava a importância do ambiente em que se daria a aprendizagem, defendia uma postura interdisciplinar por parte da Escola, entendia ser o homem não só produto do meio mas sujeito de sua própria história, o que deveria detonar uma prática crítico-reflexiva (PERRENOUD, 2002), por parte do professor.

Os eixos fundamentais desta Pedagogia são cooperação como forma de construção social do conhecimento; comunicação como forma de integrar o conhecimento; a documentação na atitude de registro da história que se constrói diariamente e a afetividade

como elo entre as pessoas e o objeto do conhecimento. Freinet afirmava que “Educar é construir junto”.

Com esta proposta procuramos fazer com que os professores concluíssem o quanto é significativo para a prática pedagógica que se propõe para a Educação de Jovens e Adultos que se assuma uma postura similar à defendida por Célestin Freinet. Em relação à Educação Ambiental para que realmente se forme um educando crítico, consciente de que cidadania se adquire com trabalho coletivo e conhecimento e de que é um ser integral a aproximação com a realidade é imprescindível.

A apropriação da técnica de elaboração de projetos de trabalho permitiria atingir tudo o que está sendo defendido e os profissionais da escola, neste dia, consideraram necessário que se tentasse atuar de forma mais integrada.

Os projetos interdisciplinares viabilizariam a modificação de uma prática — cristalizada — que leva ao enfoque de conceitos semelhantes em diferentes disciplinas sem que se aponte para o aluno o porquê desta característica de alguns conteúdos e, principalmente, sem que se aproveite o que ele já internalizou

A interdisciplinaridade e reconhecer quem é o aluno para trabalhar de forma mais aproximada com suas necessidades, são duas posições defendidas por Freinet que se relacionam à elaboração de projetos pedagógicos e à abordagem do Programa PESoA, que foram lembradas pelos professores nesta palestra.

Criticou-se o fato de serem feitos projetos temáticos, pontuais e, por isto mesmo, descontextualizados.

Ficou acordado que nos Grupos de Estudos³⁶(LEI 9394/96), seriam abordados outros teóricos e discutidos textos de autores que falassem sobre a Escola e as relações de poder no espaço escolar.

O que ficou evidente é que, muitas vezes, estes espaços de discussão não assumem caráter formador, atendendo apenas às demandas emergenciais. Quando se oferece esta oportunidade as discussões são profícuas e o corpo docente começa a perceber que existem lacunas em sua formação pedagógica, ou seja, embora conheçam o específico (conceitos relacionados às suas disciplinas) lhes falta o embasamento teórico-metodológico que facilitaria sua prática em sala de aula.

Talvez seja esta a origem do afastamento discurso - práxis. O professor tem discurso engajado e uma prática que não lhe corresponde.

Na avaliação, os professores consideraram válida a atividade, e a possibilidade de, no segundo semestre, ser construído projeto coletivo e interdisciplinar.

ENCONTRO 07: MESA-REDONDA COM REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E UM QUÍMICO DA CASA DA MOEDA DO BRASIL QUE ATUA NA ÁREA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL MEDIADA POR UM PROFESSOR DA INSTITUIÇÃO.

TEMA: “PROBLEMATIZANDO A EDUCAÇÃO AMBIENTAL”

DATA: 13/07/06

*LOCAL:*SALA 3

Finalizando o programa tivemos a mesa-redonda composta por um representante da Secretaria Municipal de Educação e um profissional responsável pela política de meio ambiente de uma empresa estatal, mediada por um professor da Instituição, também pedagogo, especialista em gestão e analista de recursos humanos da mesma empresa.

---

³⁶ Art.67: Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público. V. período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho.

Esta atividade congregou o maior número de participantes tendo sido aberta aos estudantes através de representatividade, 2 estudantes por ciclo. Estiveram presentes as professoras dos Ciclos I e II, os professores de Língua Portuguesa, Geografia, História, Matemática, Arte, a Orientadora Pedagógica, a Orientadora Educacional e 18 estudantes dos Ciclos I, II, III e IV (correspondentes a todo o Ensino Fundamental).

Foram distribuídas pastas contendo uma parte do Diagnóstico Socioambiental feito pela mestrandia contendo aspectos relevantes do Município de Duque de Caxias. Na capa estava apostado o logotipo do programa criado em parceria pelo Dirigente de Turno e pelo Sr. Luiz Henrique, da Casa da Moeda do Brasil (Anexo 10).

Foram apresentados os convidados, a razão de sua escolha, e estabelecido que o mediador seria o professor A, por ter sido o que mais se envolveu com o desenvolvimento da Proposta.

O planejamento inicial desta previa a presença de representantes de várias Secretarias mas isto não foi possível devido ao fato destes não se disponibilizarem a comparecer à Escola (em um ano eleitoral isto é previsível).

Foi solicitado à palestrante Miriam de França, que representava a Secretaria Municipal de Educação, que sua fala fosse voltada para a problematização da Educação Ambiental em Duque de Caxias. Sua exposição foi muito competente, tendo apresentado dados relativos ao alcance da formação de professores no referido município e da filosofia que o direciona

O segundo palestrante, Sr. Marcone, engenheiro químico da Casa da Moeda do Brasil e um dos responsáveis pela política ambiental da empresa, apresentou, também de modo bastante relevante, a preocupação, da Instituição que representava, com a questão

ambiental e as vertentes deste trabalho:: formação profissional enfocando a temática, preservacionismo, alerta sobre desperdício, etc.

Foi interessante perceber que apesar de Escola e Empresa parecerem ser espaços de trabalho diferenciados, quando se trata da temática ambiental as estratégias utilizadas para a formação em serviço são bastante semelhantes.

O mediador aproveitou para apresentar, utilizando uma nota de 1 real, dados sobre o desperdício, explicando como a nota é fabricada.

Quando se abriu para perguntas, alunos e professores manifestaram seu interesse não só indagando mas apresentando sugestões e exemplos.

Uma das estudantes do Ciclo I trouxe um informe sobre uma fábrica de reciclagem de garrafas PET, que estaria se instalando na região onde se localiza a Escola. Um outro (Ciclo III) mencionou uma fábrica de tintas ainda existente que tem poluído ao longo dos anos o lençol freático, embora com menos intensidade devido ao movimento da comunidade que se mobilizou devido ao fato de crianças e adultos adoecerem sem que houvesse uma causa específica. Segundo o mesmo o excedente de material não está mais indo diretamente para o rio sem qualquer tratamento, como no passado.

A professora de Língua Portuguesa do Ciclo III mencionou a agricultura sustentável, que não utiliza agrotóxicos e que estaria sendo muito valorizada no exterior, embora no Brasil os produtos tenham preço proibitivo para grande parcela da população

Foi um momento riquíssimo de ampliação de conhecimentos e integração.

A avaliação geral do grupo foi a de que o Programa encerrara de forma adequada e produtiva, contemplando as etapas anteriores.

Ao final, a mestranda distribuiu para palestrantes e professores um CD contendo a apresentação geral do PESoA e a mensagem “Carta ao Inquilino”, que iniciou a apresentação deste dia.

O que se pode concluir é que , no espaço escolar, é de suma importância que se perceba, que devemos assumir uma postura crítico-reflexiva –emancipatória em nossa prática pedagógica, como necessidade humana.

Ficou claro na exposição dos dois palestrantes, que em dado momento pareciam estar fazendo um “bate-bola”, já que um complementava e aproveitava a fala do outro, muito embora não se conhecessem, que as políticas ambientais só terão sucesso através de uma Educação Ambiental em seu sentido lato.

O representante da empresa a defendeu e sugeriu que se iniciasse assim que o educando entra na escola, pois é muito difícil desincorporar hábitos arraigados.

Sua fala remonta a Bourdieu (1997) que trata do que denomina sedimentação de habitus³⁷, que explicaria a dificuldade que a escola encontra para trabalhar os conteúdos atitudinais e procedimentais, talvez por inicialmente ter atuado apenas com o caráter de transmissora de conteúdos conceituais.

A Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias propõe que os professores elaborem seus planejamentos de curso integrando estes três tipos de conteúdos entendendo que os conceituais são voltados ao saber, são os conhecimentos (conteúdos); os procedimentais (fazer) relacionam-se a que procedimento o aluno deve ter em relação à sua aprendizagem (aprender a fazer pesquisa, a usar determinado equipamento) e finalmente os atitudinais (ser/conviver) que envolvem a abordagem de valores, normas e atitudes. No

---

³⁷ Para Bourdieu (1997) em Razões Práticas sobre a teoria da ação, o habitus é um “sistema adquirido de preferências, de princípios de visão e de divisão (o que comumente chamamos de gosto), de estruturas duradouras”.

entanto, segundo os próprios profissionais, ainda não houve o apropriar efetivo desta forma de organização do planejamento.

Para a Educação Ambiental considero essencial que esta prática pedagógica seja incorporada porque nela está inclusa a avaliação processual e a visão prospectiva de que fala Vygotsky (2002) quando afirma que o bom ensino é aquele que se adianta ao desenvolvimento atingindo, portanto, uma dimensão prospectiva, do vir a ser.

O programa PESoA, teve esta intenção —propiciar o diálogo, o discutir, o duvidar e principalmente o compartilhar— posturas defendidas não só por Vygotsky, mas também e principalmente por Paulo Freire, que é a fonte de toda a prática pedagógica da Educação de Jovens e Adultos, e ainda por todos os autores que referenciaram este trabalho.

Este compartilhar foi a tônica deste último encontro. Não se percebia professor, aluno, especialistas, mas sujeitos aprendentes (FREIRE, 2003) em um processo de troca que se deseja permanente.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa que orientou esta dissertação buscava responder ao questionamento: por que o professor da Educação de Jovens e Adultos possui uma fala engajada, reflexiva, crítico-emancipatória, coerente com a pedagogia proposta por Paulo Freire, que é seu norte, e prega autonomia, reflexão, compartilhamento, enfim visão crítico-transformadora em relação ao fazer e ao saber, mas não consubstancia isto em sua prática pedagógica?

Ao focar o tratamento dado à temática ambiental, percebe-se atitude de alienação que se manifesta de modo contraditório, pois quando se pergunta o que o professor entende por Ambiente, Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável, Sociedade Sustentável, este assume postura crítica em termos conceituais, enfocando homem e ambiente em inter-relação, demonstrando preocupação com o momento histórico-social em que as situações se apresentam, defendendo, inclusive, na escola, o trabalho interdisciplinar, mas restringe sua prática a momentos pontuais, normalmente próximos ao Dia do Meio Ambiente, em que atividades são realizadas sem contextualização, ou seja, o espaço físico-geográfico-social, político, econômico e cultural — a realidade — não costuma ser o foco das discussões. Passado o “evento” o conteúdo programático é retomado, como se todo o trabalho realizado fosse algo que não devesse ter seguimento, o que Brügger (1999) denomina adestramento, e não uma proposta educativa.

Ainda me referindo às contradições, os professores da instituição onde foi realizada a pesquisa estão, em sua maioria, há pelo menos cinco anos na escola; possuem formação superior à graduação, e optaram pelo trabalho com Jovens e Adultos na referida localidade, pois residem longe da mesma. Esses docentes têm engajamento político; são participantes ativos no sindicato da categoria; discutem a política educacional reflexivamente, destacando erros e acertos; vários deles participaram da construção do Documento

Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos do Município de Duque de Caxias, mas declaram ter dificuldade em aproximar a realidade concreta do conteúdo das disciplinas que ensinam, embora seus planejamentos anuais prevejam um diagnóstico que precederia ao trabalho com os conteúdos. Entretanto, o referido “diagnóstico” se volta para uma análise avaliativa, em que se procura detectar apenas o que o educando não sabe e não o saber já construído pelo mesmo, em seu cotidiano, em sua realidade, o que remeteria ao Diagnóstico Sociocultural e Ambiental (NOVICKI, 2006; SPAZZIANI, 2006; TOZZONIREIS, 2006).

Com estas questões em mente, defendendo que o processo de formação é permanente, mas é necessário deflagrá-lo de forma adequada, e tendo o educador como sujeito e não objeto de qualquer proposta neste sentido, elaborei um Programa voltado para a temática ambiental. A escolha do tema transversal Meio Ambiente se deve a seu caráter integrador, interdisciplinar, ao fato das escolas, em geral, abordarem a questão pelo menos uma vez a cada ano, não sendo, portanto, novidade, ou algo que não faz parte do interesse de professores e alunos, ao equívoco de sua abordagem em alguns livros didáticos, como comprovam os estudos de Soares (2005) relativo à disciplina História, sem contar as constantes menções feitas pela mídia falada, escrita e televisiva com enfoques os mais variados, que sempre enfatizam as possíveis conseqüências da degradação ambiental..

Com estes pressupostos foi elaborado o “PESoA”, Programa de Educação Socioambiental, cuja denominação demonstra claramente que seu enfoque é o ser humano em sua integralidade, ou seja, um ser completo, omnilateral e as relações que estabelece consigo mesmo e com o mundo.

A afirmação de Freire de que a Educação, sendo um ato de intervenção no mundo, assumirá um caráter autoritário ou democrático, dependendo do posicionamento do

educador, já que jamais será neutra, foi a grande preocupação na elaboração do Programa. Ao optar, atendendo às minhas crenças mais profundas, pela perspectiva democrática, de construção conjunta de conhecimentos, o PESoA se configurou como uma Proposta aberta, interativa em seu sentido amplo, permitindo que o profissional a quem se destinava, avocasse a si a posição de autoria que defendo no processo formativo

Definido o enfoque, procedi à elaboração de atividades que possibilitassem a participação efetiva dos docentes, que os fizessem sentir-se parte essencial no processo de autoconstrução do conhecimento, privilegiando sua autonomia. Defendo haver necessidade, no mundo atual — em que as informações chegam a uma velocidade que torna difícil sua compreensão plena — que qualquer programa de formação em serviço preveja procedimentos diferenciados, que permitam a criação de um espaço dialógico-reflexivo.

Algumas dificuldades surgiram quando da implementação, mas qualquer planejamento deve prever acertos, correções de rumo e os fiz, sempre que necessário (DALMÁS, 1994; GANDIN, 2001): o fato de 2006 ser ano de Copa do Mundo implicou alguns dias de suspensão de aula e surgiu outro complicador, a greve deflagrada pelos professores em busca de valorização profissional. Foi necessário, em virtude disso, reduzir o número de encontros e selecionar as atividades que pudessem atender aos objetivos anteriormente traçados, tendo percebido, ainda, a necessidade de introduzir outras que os suprissem. Este não foi um processo solitário, pois contava na escola com alguns profissionais que se engajaram na Proposta e se colocaram à disposição para me ajudar a executá-la. É evidente, que sendo objeto de minha pesquisa, eles não tinham conhecimento dos objetivos reais da Proposta, mas conheciam os das atividades, e isto foi um grande facilitador, pois pensávamos juntos.

A primeira atividade foi a de apresentação do Programa. Minha intenção era sensibilizar os profissionais para uma participação reflexiva. Percebi haver conseguido, pela atitude de acolhimento e sugestões apresentadas, bem como pelo oferecimento para dinamizar atividades ou desenvolvê-las com as turmas/alunos.

A segunda atividade foi uma das mais interessantes, pois era essencialmente conceitual e com ela pude constatar que minha indagação inicial se reforçava, visto que, mesmo os profissionais que tradicionalmente não estão relacionados à discussão sobre a temática ambiental, como os de Matemática, Arte, Especialistas de Educação, além de envolvimento, demonstraram possuir conhecimento crítico, não estarem presos ao senso comum. O mapa conceitual permite que através do conhecimento do senso comum se avance para o conceito científico, estabelecido, e foi bastante útil, pois permitiu que no prosseguimento do encontro fossem elaboradas atividades que foram efetivamente trabalhadas com algumas turmas da escola, pela professora do Ciclo I e pelas de Arte e Ciências.

No terceiro encontro, um dos professores, o de Ciências, dinamizou a palestra sobre as características das áreas de preservação ambiental, particularizando o Parque Geomunicipal de Nova Iguaçu. Os profissionais presentes destacaram na avaliação que a atividade se ajustava à discussão anterior sobre degradação ambiental, pois a partir da observação de uma área preservada, pode-se analisar os impactos que o Progresso traz, tanto positivos quanto negativos e que seria interessante se também conseguíssemos levar os estudantes para a visita à Unidade de Conservação, apesar da Proposta prever apenas docentes, como passo facilitador da discussão sobre a postura que cada um deve assumir em sua comunidade e sobre, principalmente, a função da escola, nesta modalidade, que é o

de essencialmente despertar no educando a consciência de seu papel no mundo e a importância do conhecimento para que isto se alcance.

O fato de um professor da escola dinamizar a atividade permite avançar para algo que parece cristalizado — os docentes não assumirem postura autoformativa e colaborativa —, não percebendo que possuem conhecimentos que podem e devem ser partilhados coletivamente.

No encontro seguinte a proposta era discutir a visão, muitas vezes estereotipada que temos do mundo, do papel das pessoas neste e as expectativas preconcebidas que os professores têm em relação às turmas/séries e sua prática pedagógica. Observar as imagens e perceber que muitas vezes vemos melhor através do olhar do outro permitiu que os objetivos da atividade fossem não só plenamente alcançados, mas superados. Foi, sem dúvida, o encontro em que as discussões foram mais profícuas, já que os profissionais analisaram sua postura diante dos educandos, o trabalho que realizam muitas vezes afastado das necessidades e a realidade destes, embora tenham noção de que esta etapa de conhecimento/reconhecimento é necessária. Defenderam que o estudante realizasse o diagnóstico da comunidade e que os próprios professores deveriam aprofundar seu conhecimento sobre a mesma e comparar sua visão com a do aluno. O vídeo *Ilha das Flores* e a mensagem “Carta ao Inquilino”, permitiram que se avaliasse como o homem se desumaniza, agride o ambiente sem se dar conta, assume atitude antropocêntrica e crê nas soluções tecnológicas, e, quando “não dão certo”, acaba sem saber o que fazer e, ainda, como o capitalismo tem homogeneizado as necessidades humanas, determinando o consumo.

Mais uma vez foi questionada a função da escola, levantada a importância de que esta tenha uma proposta crítico-reflexiva no trabalho com todos os estudantes e, principalmente,

com os da Educação de Jovens e Adultos. Devemos “mudar o nosso olhar” — disseram os professores — estabelecendo causas e conseqüências, não assumindo a linearidade, mas discutindo as contradições de uma política neoliberal que, em essência, oprime o indivíduo, pasteuriza as relações, relativiza as questões socioambientais, minimizando-as.

A aula-passeio, como é denominada esta técnica por Freinet, e quinta atividade, ocorrida no Parque Municipal de Nova Iguaçu, foi uma oportunidade rica de aprofundamento de conhecimento, de assunção de postura interdisciplinar, de discutir a importância da preservação como possibilidade conscientizadora e de percepção de que todas as atividades deste Programa estão integradas e são passíveis de realização por professores de quaisquer disciplinas, o que demonstra, efetivamente, a riqueza do tema Meio Ambiente, como deflagrador de conhecimento diferenciado e interdisciplinar .

A atividade seguinte não estava prevista da forma como foi realizada mas surgiu como uma possibilidade criada pela anterior, que envolveu uma das técnicas preconizadas por Freinet, o que levou a equipe pedagógica da Escola, na qual me incluo, a aprofundar o conhecimento sobre este teórico e tratar dos projetos de trabalho sob esta ótica. Discutir teoria pedagógica, com os docentes de diferentes disciplinas, não costuma ser tarefa fácil, mas foi surpreendente o interesse manifestado pelos docentes, a ponto de sugerirem o estudar outras teorias / outros teóricos. Creio que isto se deveu à percepção de que, embora sem intenção formal, a teoria perpassa toda a prática pedagógica, e que em algum momento de sua formação foram referenciados. Considero este um passo essencial em um programa de formação, o reconhecimento, por parte do professor da necessidade da aproximação teoria-prática.

A última atividade foi a mesa-redonda com uma profissional da Secretaria de Educação e um profissional da área de gestão ambiental de uma empresa. Embora a idéia

inicial fosse a de reunir profissionais de diferentes secretarias do município em questão, não houve possibilidade de fazê-lo pois todos alegaram falta de tempo e de pessoal capacitado a substituir as chefias. Mudou-se o enfoque e o encontro apresentou uma discussão muito rica, por permitir analisar a visão da educação ambiental, tanto na secretaria que lhe é muito próxima quanto na empresa, fazendo com que os participantes analisassem o quanto se assemelham. Foi interessantíssimo perceber o comungar de idéias onde se previa afastamento. O profissional da empresa, inclusive, foi enfático quanto à importância do papel da escola na discussão da temática ambiental. Como foi um encontro aberto aos alunos, através de representatividade, posso avaliar que a preocupação em realizar um trabalho mais reflexivo, com os educandos, está sendo posta em prática, pois estes participaram ativamente levantando questionamentos, exemplificando e propondo soluções alternativas.

Os relatos feitos a cada encontro e a observação feita pela mestranda, bem como a análise das atividades replicadas com as turmas serviram para avaliar a Proposta.

Posso afirmar que se o Programa não atingiu todos os objetivos, deixou algumas marcas relevantes, devido ao encaminhamento que alguns docentes passaram a dar a seu trabalho com as turmas. Ao retornarmos, no 2º semestre, os professores, no Grupo de Estudos, propuseram e elaboraram um projeto interdisciplinar de valorização do espaço escolar intitulado PROJETO CIDADANIA: “Minha casa, minha escola, minha cidade limpas” (anexo 11) que envolve os alunos de 5ª à 7ª séries (3º turno) e o noturno, já que os a maioria dos professores atua nos 2 turnos. A professora do Ciclo II (correspondente à 3ª e 4ª séries) propôs que seus alunos trabalhassem cada problema elencado na mensagem “Carta ao Inquilino”, apresentando propostas de solução. O trabalho foi realizado em grupos e será mostrado às outras turmas da escola no final do mês de novembro. Esta turma

também está trabalhando as regiões do Brasil e identificando os problemas socioambientais mais sérios. No início de dezembro será realizado um debate com as turmas do noturno em que as fotografias feitas pelos alunos da turma IIIB serão expostas e haverá uma discussão para encontrar soluções para os problemas ambientais do entorno percebidos pelos estudantes. Destaco, também, o fato de uma professora de Língua Portuguesa ter utilizado a temática na prova de 3º bimestre — “fugindo”, portanto, ao mês de junho, quando se comemora o Dia do Meio Ambiente (anexo 12).

A História de Vida, prevista inicialmente para ser a segunda atividade, foi realizada de outra forma, não para os docentes, mas envolvendo os educandos dos ciclos I e II. Uma moradora da comunidade foi convidada a descrever como era o bairro e as transformações ocorridas ao longo dos 40 anos em que nele habita. Pode-se afirmar que a atividade anteriormente descrita, proposta pela professora do Ciclo II, surgiu do interesse criado após as informações desta moradora, garantindo mais uma vez a intenção replicadora do Programa PESoA.

Fazendo uma análise geral acredito que o Programa atingiu os objetivos previstos: ter caráter interdisciplinar e através do tema transversal Meio Ambiente possibilitar planejamento coletivo, construção de material próprio, por alunos e professores, para a realização das atividades, de modo reflexivo, sem ser uma proposta acabada, pronta apenas para reprodução. A autonomia crítica dos docentes foi respeitada tanto que embora nos encontros se construíssem atividades, estas não possuíam caráter obrigatório e a decisão sobre sua aplicação sempre era voltada para a realidade da turma e disponibilidade do professor. A reflexão sobre a temática era sempre o foco principal. Interessante é perceber que quatro meses após o último encontro, os profissionais têm tentado ampliar a discussão com suas turmas e entre si, nos momentos de Grupos de Estudo.

Entendo o Programa como um projeto-piloto, que necessita de alguns ajustes, mas que pode perfeitamente ser aplicado em outros espaços educativos. Algumas atividades não realizadas devem continuar constando do mesmo, como Carta da Terra e a Palestra sobre os Livros de História. Em relação à História de Vida, avalio que deva ser feita para os educandos. A mesa-redonda deve ser realizada, como planejado, incluindo a visão de uma empresa, pois a mudança mostrou-se bastante adequada.

A formação em serviço, prevista em lei, é a meu ver a forma mais produtiva de se fazer aproximação teoria-prática, levar o professor a analisar sua prática pedagógica e desenvolvê-la coletivamente. Defendo, portanto, a Formação Continuada, através de programas que permitam interação e reflexão, e não como pacotes fechados. Levanto, ainda, a possibilidade de que os aspectos teóricos, extremamente relevantes, sejam apresentados a distância, utilizando fóruns e chats como deflagradores da discussão conceitual, permitindo alcançar um número maior de docentes.

Podemos dizer, portanto, ser essencial que assumamos, em um Programa de Formação Continuada, a posição pensante-reflexiva, que nos leve à análise de como estamos atuando no e com o mundo, para que percebamos a influência de nossas atitudes e crenças na transformação em um trabalho de conscientização a ser construído no coletivo.

A Educação, que se define como crítico-transformadora, não o é apenas de forma conceitual e o trabalho de levar os educadores a perceberem a atitude que estão assumindo neste processo, de meros reprodutores, formadores de reprodutores, embora sob a capa de uma atuação democrática e “conscientizadora” ou, rompendo as barreiras do já-estabelecido, e procurando caminhos que realmente se aproximem da proposta de transformação da realidade, é um desafio que se impõe a uma formação continuada que

pretenda seguir a linha da Teoria Crítica. Torna-se vital, assim, ressignificar a prática pedagógica

Analisar, como Mauro Guimarães (2004), as fragilidades na incorporação da temática ambiental pelos educadores, que os levam a assumir uma postura característica das classes dominantes mesmo quando afirmam ter um pensamento crítico-emancipatório foi um de meus focos. Ele chama esta postura alienada de “armadilha paradigmática”, e é interessante destacar sua presença, mesmo nos projetos que se arvoram como inovadores. Um dos objetivos principais desta pesquisa — e as atividades propostas tinham a intenção de serem orientadoras deste olhar —, foi identificar que fatores a provocam e, como podemos transpor esta que tem sido uma das grandes barreiras à mudança de prática pedagógica. Isto porque é muito difícil desconstruir “habitus” incorporados, que levam o sujeito a ter uma visão distorcida da realidade, ver o que deseja, e não o que é real.

O professor, preso nesta armadilha, acredita-se crítico-reflexivo, quando está reproduzindo o que outros determinam. Não está, como afirma muito bem Boaventura Santos (2001), pensando por si, mas pensando o que “outros estão pensando por ele”.

Quando o sujeito age torna-se mais fácil analisar com objetividade, o que está por trás de suas ações. Priorizei assim, no programa, atividades que levassem os sujeitos a agirem e se colocarem como seres humanos e não apenas como profissionais, e, embora esta dissociação na prática seja impossível — defendo a integralidade — a racionalização sobre si mesmo e sua prática a permite

Um forte jogo de poderes antagônicos tem interferido para impedir que se tenha uma sociedade mais solidária e participante e em seu bojo uma escola de qualidade real e não apenas transmissora de conhecimentos. A implementação de novas teorias e

metodologias a estas associadas infelizmente ainda está longe de ser incorporada pelo educador.

A Educação Ambiental pode ser um termo ainda em processo de construção e a compreensão do que seja Meio Ambiente deve direcionar nosso olhar e nossas ações. A Escola, ao refletir a realidade político-econômico-social, tem tido uma prática pontual, alicerçada em valores rígidos em relação à temática. A relação Homem/Natureza, ao longo da história, tem sido de quem se sente dono do ambiente em que vive, não se percebendo parte dele, mas sim superior e senhor podendo, portanto, utilizar os recursos naturais sem qualquer controle, desde que tenha necessidade, por acreditar que a tecnologia dará conta no futuro do que foi degradado. O cientificismo é extremo e a fala das classes dirigentes para a população em geral é a de que o controle sobre a situação está sendo mantido.

A crítica marxista ao pensamento liberal propõe a formação omnilateral do homem e, nesta perspectiva, a relação Homem-Natureza deve ser dialética, de interdependência. Percebe-se que esta posição voltada para a equidade ameaça o pensamento hegemônico, pois a partir dela a educação deve ser transformadora, voltada para a justiça social e a divisão dos bens deve ser a meta principal, possibilitando livre acesso aos bens comuns.

A Teoria Crítica, na qual me reconheço, denuncia a exploração do Homem pelo Homem e desvela uma sociedade repleta de contradições e interesses divergentes, enfoca o fato de o sujeito ser visto como mercadoria, seus direitos humanos mais simples serem desrespeitados, seu trabalho desvalorizado, espoliado sem possibilidade de reação, enquanto trabalha além do necessário para trazer riqueza para outrem.

A Escola emancipadora deve fazer coincidir em seu processo educativo, ciência e trabalho, trabalho este não pensado em termos de formação de habilidades, mas articulado

o mais possível à moderna tecnologia. Com esta proposta se pode unir ensino e trabalho como parte do processo de formação integral do Homem.

Particularizando a Educação Ambiental na Educação de Jovens e Adultos, é relevante investigar se os profissionais de Educação estão se apropriando de uma proposta transformadora, dentro de uma postura crítico-reflexiva que leve à formação de sujeitos que se sentem donos e construtores de seu próprio saber, e exigem uma educação mais contextualizada, libertária.

Minha intenção ao formular este programa de intervenção — assumido em uma perspectiva freireana — foi levar o professor a perceber-se dialeticamente como ensinante-ensinado. A partir da assunção, por parte deste, de uma postura pedagógica interdisciplinar e da valorização do trabalho que se faz no coletivo, onde o educando seja visto como pessoa, como ser histórico, acredito ser possível reverter o atual quadro de fracasso escolar ao apostar no ideal da formação do sujeito que se faz protagonista. A temática ambiental é, portanto, admitindo como Loureiro (2002) a unidade dialética homem-natureza, em que somos “humanamente naturais” e “naturalmente humanos”, o fio condutor de uma prática que se quer reflexiva e emancipatória.

Ao concluir este estudo, percebo a riqueza imensa que é trabalhar de forma interativa, acreditando, verdadeiramente, tanto no potencial do professor quanto no do educando, na perspectiva de construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. Sentidos da sustentabilidade urbana. In: ACSELRAD, H. (Org.). **A duração das cidades : sustentabilidade e risco nas políticas urbanas**. Rio de Janeiro: DP&A, p. 27-55, 2001.

ACSELRAD, H; LEROY, J. Novas premissas da sustentabilidade democrática. Caderno de Debates. 2001. Disponível em < http://www.brasilsustentavel.org.br/cad_debate.htm>. Acesso em 12 outubro 2006.

ALTHUSSER, L. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

ÁLVAREZ, M.N...[et al.]. **Valores e temas transversais no currículo**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. São Paulo: Pioneira, 2002.

ANDRADE, P.F. de. Aprender por Projetos, Formar Educadores. In VALENTE, J. A. (org.). **Formação de Educadores para o Uso da Informática na Escola**. Campinas, SP: UNICAMP/NIED, 2003.

ARROYO, M.G. **Ofício de mestre: imagem e auto-imagens**. Petrópolis: Vozes, 2000.

AZEVEDO, J. G. de A; ALVES, N. G. **Formação de professores: possibilidades do imprevisível**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

BOFF, L. **Ecologia: grito da Terra, grito dos pobres**. São Paulo: Ática, 1995.

_____. **Saber cuidar: ética do homem – compaixão pela terra**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2004.

BRANDÃO, Z. **A crise dos paradigmas e a educação**. São Paulo: Cortez, 2001.

BRASIL. Lei nº 5692 de 11 de agosto de 1971 Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências.. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 11 ago. 1971.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 20 dez. 1996.

_____. Política Nacional de Educação Ambiental. Brasília: Imprensa Nacional, 28.04.1999.

_____. Resolução CNE/CEB Nº 1 de 05/07/2000. Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília, DF, 2000.

BRÜGGER, P. **Educação ou Adestramento Ambiental?** Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999.

CANDAU, V.M.; MOREIRA, A . F.B. Educação Escolar e Cultura(s): construindo caminhos. Extrato do artigo do mesmo nome. **Revista Brasileira de Educação**, n.23, p. 157-168, maio/ago 2003.

CANDAU, V.M.(org). **Rumo a uma nova Didática**. Petrópolis: Vozes, 2003.

_____. **A Didática em questão**. Petrópolis: Vozes, 2004.

_____. **Cultura(s) e educação: entre o crítico e o pós-crítico**. Rio de Janeiro: DP& A , 2005.

CAPELLE *et al.* **Análise de conteúdo e análise do discurso nas ciências sociais**. In.: *AnCont Revista* v5, n 1, jan-jun 2003.

CAPRA, F. **O Ponto de Mutação**. São Paulo: Cultrix, 1982.

CARVALHO, J. E. **Metodologia do Trabalho Científico: "saber-fazer" da investigação para dissertações e teses**. Lisboa: Escolar Editora, 2002.

CHAUÍ, M.. **O que é ideologia?** São Paulo: Brasiliense, 2001.

CHABALGOITY, D. **Desvelamento da realidade e visão de mundo: contribuições de Paulo Freire para a Educação Ambiental**. 2004. 97 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

Cruz, S.H.F. **A Educação Ambiental no Município de Parintins em Relação às Atividades Antrópicas e sua Problemática Ambiental**. Dissertação defendida em 2001 do Mestrado da Faculdade de Educação do Amazonas – UFAM, Amazonas, 2001.

DALMÁS, A. **Planejamento Participativo na Escola: elaboração, acompanhamento e avaliação**. Petrópolis.RJ: Vozes, 1994.

DELUIZ, N.; NOVICKI, V. Trabalho, meio ambiente e desenvolvimento sustentável: implicações para uma proposta de formação crítica. **Boletim Técnico do SENAC**, 30(2) maio/ago 2004.

DEMO, P. **A nova LDB: ranços e avanços**. São Paulo: Papyrus, 1997.

DÍAZ, A . P. **Educação Ambiental como projeto**.Porto Alegre: Artmed, 2002

DUARTE, N. Formação do indivíduo, consciência e alienação: o ser humano na psicologia de A . N. Leontiev. **Caderno CEDES**, Campinas, SP, v. 24, n. 62, p. 44 - 63, abril 2004. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em 15 out. 2006.

DUQUE DE CAXIAS. **Diretrizes para o Ensino Regular Noturno com Aceleração de Aprendizagem.** Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 1999.

ELIAS, M. Del C. **Célestin Freinet**: uma pedagogia de atividade e cooperação. Petrópolis. Vozes: 2001.

FAZENDA, I.C. A . **Integração e Interdisciplinaridade no ensino brasileiro**: efetividade ou ideologia? São Paulo: Loyola, 1979.

_____ (coord). **Práticas interdisciplinares na escola.** São Paulo Cortez 2001.

FÁVERO,O;RUMMERT,S.M.;VARGAS, S. M. de. **Formação de Profissionais para a Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores**: a proposta da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, 1998.

FRANCO,T.; DRUCK,G. Padrões de industrialização, riscos e meio ambiente. **Ciência & Saúde Coletiva.** Rio de Janeiro. v.3, n.2, 1998. Disponível em <<http://www.scielo.br/scielo>>. Acesso em 15 outubro 2006.

FREINET, C. **As técnicas Freinet da escola moderna.** Lisboa: Estampa, 1975.

_____. **Pedagogia do bom senso.** São Paulo: Martins Fontes, 2000.

FREIRE, P. **Conscientización, Teoria y Práctica de la Liberación.** Bogotá: Asociación de Publicaciones Educativas, 1974.

_____ **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____ . **A alfabetização de adultos**: é ela um quefazer neutro? Revista Educação e Sociedade, v. 1, n. 1, set. 1978.

_____ **Cartas à Guiné-Bissau.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____ **Educação e mudança.**Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____ **Educação como prática da liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

_____ **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

_____. **Professora sim, tia não**: cartas a quem ousa ensinar. São Paulo: Olho d` água, 2003.

FREIRE, P; SHOR, I. **Medo e ousadia**: o cotidiano do professor. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

- FRIGOTTO, G. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 2003.
- GADOTTI, M. **História das Idéias Pedagógicas** São Paulo: Ática, 2003.
- _____ (col.). **Perspectivas atuais da Educação**. Porto Alegre: artmed, 2000.
- GADOTTI, M; ROMÃO, J. E. (org). **Educação de Jovens e Adultos**: Teoria, prática e proposta. São Paulo: Cortez, 2005.
- GANDIN, D. **A prática do planejamento participativo**: na educação e em outras instituições, grupos e movimentos dos campos cultural, social, político, religioso e governamental. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.
- GATTI, B. **Formação de professores e carreira**: problemas e movimentos de renovação. São Paulo: Autores Associados, 2000.
- GRÜN, M. **Ética e educação ambiental**: a conexão necessária. São Paulo: Papyrus, 1996.
- GUIMARÃES, M. **Educação ambiental**: No consenso um embate? Campinas, SP: Papyrus, 2000
- _____ **A formação de educadores ambientais**. São Paulo: Papyrus, 2004.
- _____ **A dimensão ambiental na educação**. São Paulo: Papyrus, 2005.
- _____ (org). **Caminhos da educação ambiental**: da forma à ação. São Paulo: Papyrus, 2006.
- HOFFMANN, J. **Avaliação**: mito & desafio, uma perspectiva construtivista. Porto Alegre.RS: Educação & Realidade Revistas e Livros, 1993.
- KUHN, T. S. **A Estrutura das Revoluções Científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1985.
- LAYRARGUES, P. P. **Um Panorama da Educação Ambiental no Brasil**: educação ambiental e mudança social. ANPEd. Caxambu, 2003.
- LIMA, G.F. da C. Crise ambiental, educação e cidadania: os desafios da sustentabilidade emancipatória. In: LOUREIRO, C. F. B; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. de (Org.). **Educação ambiental**: repensando o espaço da cidadania . São Paulo: Cortez, 2002.
- LINHARES C; TRINDADE, M. de N. **Compartilhando o mundo com Paulo Freire**. São Paulo: Cortez, 2003.
- LOUREIRO, C. F. B.[et al.].**Sociedade e Meio ambiente**: A educação ambiental em debate, São Paulo, Cortez, 2000.

LOUREIRO, C. F. B. **Trajetória e fundamentos da educação ambiental**. São Paulo: Cortez, 2004.

LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. de (Org). **Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania**. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. (Org). **Pensamento complexo, dialética e educação ambiental**. São Paulo: Cortez, 2002.

LUCKESI, C. C. **Filosofia da educação**. São Paulo: Cortez, 2003.

LÜCK, H. **Pedagogia Interdisciplinar: Fundamentos teórico-metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2004.

MAGNOLI, D.O Protocolo de Kyoto e a terceira etapa da “ecodiplomacia”.**Revista Pangea**.(24/8/2001).Disponível:http://www.clubemundo.com.br/revistapangea/show_news.asp>.Acesso em 13 outubro 2006.

MANACORDA, M. **Marx e a pedagogia moderna**. São Paulo: Cortez, 1991.

MAYO, P. **Gramsci, Freire e a educação de adultos: possibilidades para uma ação transformadora**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MEC/INEP. **Um Retrato da Presença da Educação Ambiental no Ensino Fundamental Brasileiro: o percurso de um processo acelerado de expansão**. Brasília,Distrito Federal: 2005.

MEC/SEF (Secretaria de Educação Fundamental/MEC) **Parâmetros curriculares nacionais: temas transversais**. Brasília: MEC/SEF, 1997/1998.

NOAL, F.O.; REIGOTA, M. (org.) **Tendências da educação ambiental brasileira**. RS: EDUNISC, 1998

NOGUEIRA, N.R. **Pedagogia dos Projetos: Etapas, papéis e atores**. São Paulo: Érica, 2005.

NOVICKI, V. Diagnóstico SocioCulturalAmbiental. Rio de Janeiro. 2006. Disponível em <http://www.educacaoambiental.pro.br> Acesso em 20 de setembro 2006.

OLIVEIRA, A . M. M. **Célestin Freinet: raízes sociais e políticas de uma proposta pedagógica.**, Rio de Janeiro: Papéis e cópias da Escola de Professores, 1995.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração de Hamburgo sobre Educação de Adultos: quinta conferência internacional sobre educação de adultos**. Hamburgo.Alemanha: 14-18 de julho de 1997.

PÁDUA, J.A. **Natureza e projeto nacional**: as origens da ecologia política no Brasil: In: *Ecologia & Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo: IUPERJ (Coleção Pensando o Brasil), pp. 11-62, 1987.

PATACO, V. L. P.; VENTURA, M. M.; RESENDE, E. S. **Metodologia para trabalhos acadêmicos e normas de apresentação gráfica**. Rio de Janeiro: Rio, 2004.

PATTO, M. H. S. **A produção do fracasso escolar**: histórias de submissão e rebeldia. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

PEDRINI, A de G. (org.). **Educação Ambiental**: reflexões e práticas contemporâneas. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

PENTEADO, H.D. **Meio ambiente e formação de professores**. São Paulo: Cortez, 2003.

PERRENOUD, P. **A prática reflexiva no ofício de professor**: profissionalização e razão pedagógica. Tradução Cláudia Schilling. Porto Alegre: Artmed, 2002.

_____. **Avaliação**: da excelência à regulação das aprendizagens: entre duas lógicas. Porto Alegre: Artmed, 1999.

_____. **Construir as competências desde a escola**.. Porto Alegre: Artmed, 1999.

_____. **10 Novas Competências para Ensinar**: convite à viagem. Porto Alegre: Artmed, 2000.

_____. **Ensinar**: agir na urgência, decidir na incerteza. Porto Alegre: Artmed, 2001.

_____. **Pedagogia diferenciada**: das intenções à ação. Porto Alegre: Artmed, 2000.

PINTO, A.V. **Sete Lições sobre Educação de Adultos**. São Paulo: Cortez, 2000.

PROVA BRASIL. **Dados da 4ª série e da 8ª série**. [2005]. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/imprensa/noticias/saeb/news06_01.htm>. Acesso em: 07 de julho de 2006.

QUESNAY, F. **Quadro Econômico**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985.

REIGOTA, M. **O que é educação ambiental**, São Paulo, Brasiliense, 1994.

REGO, T. C. **Vygotsky**: uma perspectiva histórico-cultural da educação. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

RIOS, T. A . **Compreender e ensinar**: por uma docência da melhor qualidade. São Paulo: Cortez, 2003.

- ROMÃO, J. E. **Avaliação dialógica**: desafios e perspectivas. São Paulo: Cortez, 1999
- RUSCHEINSKY, A (org). **Educação Ambiental**: abordagens múltiplas. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- SAITO, C. H. Política Nacional de Educação Ambiental e construção da Cidadania: desafios contemporâneos. In: RUSCHEINSKY, A (org). **Educação Ambiental**: abordagens múltiplas. Porto Alegre: Artmed, 2002, p.47-60.
- SANTOS, B. de S.. Para Uma Pedagogia do Conflito. In: SILVA, Luiz H. et alii (orgs.) **Novos Mapas Culturais – Novas Perspectivas Educacionais**. Porto Alegre: Editora Sulina, 1996.
- SATO, M.; CARVALHO, I. **Educação Ambiental**: pesquisa e desafios.. Porto Alegre: Artmed, 2005.
- SERBINO, R.V.[et al.].**Formação de professores**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.
- SILVA, J. F. da. **Avaliação na perspectiva formativa -reguladora**. Porto Alegre: Mediação, 2002
- SINGER, P. Poder, política e educação. **Revista Brasileira de Educação**. n. 1, p.5-15, jan/fev/mar/abr. 1996.
- SMITH, A. **A riqueza das nações**: investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- SOARES, A. de A. R. **Temáticas Ambiental e do Trabalho nos Livros de História do Ensino Fundamental**: rede municipal de ensino do Rio de Janeiro 2005.132 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, 2005.
- SOARES, L. **Educação de jovens e adultos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- TARDIF, M.; LESSARD, C. **O trabalho docente**: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.
- UNESCO. **Educação Ambiental**: As grandes orientações da Conferência de Tbilisi. Brasília, 1997.
- UNGER, N.M. (org.) **Fundamentos filosóficos do pensamento ecológico**. São Paulo: Loyola, 1992. VASQUEZ. A . **S. Filosofia da práxis**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- ZAGO, N. e colaboradores. **Itinerários de Pesquisa**: Perspectivas qualitativas em Sociologia da Educação. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

ANEXOS

ANEXO 1 : Questionário proposto aos professores da Educação de Jovens e Adultos da Escola Municipal X, em 2005.

1 DUQUE DE CAXIAS SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ESCOLA MUNICIPAL X PROFESSOR/PROFESSORA DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS <i>Precisamos reconstruir nosso Projeto Político-Pedagógico e ter a Educação de Jovens e Adultos devidamente representada com suas especificidades. Com o objetivo de caracterizarmos o profissional que nela atua, apresentamos este questionário que servirá, juntamente com o já respondido pelos estudantes, como base de apresentação de uma proposta pedagógica transformadora e crítica.</i> DISCIPLINA _____ CICLO ATENDIDO _____ Tempo de trabalho nesta modalidade de ensino: _____ 1- FORMAÇÃO: a- ENSINO MÉDIO: ( ) Formação Geral ( ) Escola Técnica ( ) Formação de Professores b- GRADUAÇÃO: ( ) Licenciatura em _____ ( ) Bacharelado em _____ ( ) Outro. Qual? _____ c- PÓS-GRADUAÇÃO: ( ) Especialização em _____ ( ) Mestrado em _____ ( ) Doutorado em _____ ( ) Outro. Qual? _____ d- Cursos específicos na área de Educação de Jovens e Adultos: _____ _____ _____ 2- O que o (a) levou a trabalhar com Jovens e Adultos? ( ) disponibilidade de horário. ( ) formação na área. ( ) outros motivos. Quais? _____	
2 3- Qual é sua maior dificuldade para realizar um bom trabalho com Jovens e Adultos? ( ) faixa etária heterogênea. ( ) formação inadequada. ( ) falta de material específico. ( ) outras. Quais? _____ 4- Qual é, para você, a importância da modalidade de ensino Educação de Jovens e Adultos em termos sociais e pedagógicos? _____ _____ _____ 5- Comentários Gerais (espaço livre para você falar sobre Você e a EJA nesta Escola): _____ _____ _____	

ANEXO 2 : Questionário respondido por um estudante da Educação de Jovens e Adultos da Escola Municipal X , em 2004.

Deus é Fiel

ESCOLA MUNICIPAL X

PROJETO UFF/NUEC
CARO ESTUDANTE DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Como parte de uma pesquisa proposta pela Universidade Federal Fluminense (UFF) com o objetivo de identificar quem é o sujeito que frequenta a Educação de Jovens e Adultos e o que o motivou a retornar aos estudos ou transferir-se para o turno da noite, solicitamos o preenchimento do presente questionário e sua entrega até o dia 12/07/2004(2ª feira).

Não há necessidade de colocar seu nome, mas pedimos respostas completas.

Agradecemos a colaboração.
D. (professora do Ciclo II) //// Nadja (Orientadora Educacional)

1- Sexo:
 Masculino ( ) Feminino

2- Idade (até 31/12/2004):
18 anos e 9 meses

3- Estado civil:
 solteiro ( ) separado ( ) Viúvo(a)
( ) casado ( ) divorciado

4- Raça:
BRASILEIRO (BRANCO)

5- É chefe do lar?
( ) SIM NÃO

6- Quantas pessoas moram na casa, incluindo você?
6 PESSOAS

7- Quantas pessoas da sua casa trabalham?
4 PESSOAS

8- Das pessoas que moram em sua casa quantas estudam?
3 PESSOAS

Estão em que nível de ensino?
( ) Fundamental (Alfabetização à 4ª série)
 Fundamental (5ª à 8ª séries)
 Médio
( ) Médio Profissionalizante
( ) Superior
( ) Outro. Qual? _____

9- Você já parou de estudar alguma vez?
 SIM ( ) NÃO
Em caso positivo, por quanto tempo? 3 anos.
Qual o motivo?
( ) Necessidade de trabalhar.
( ) Problemas familiares.
( ) Não gostava de estudar
( ) Outro. Qual? ESTAVA DESANIMADO

Que Deus nos ajude, VIRA →

10- Renda Familiar:

- 1 salário-mínimo.
 2 a 5 salários-mínimos.
 6 a 10 salários-mínimos.
 mais de 10 salários-mínimos.

11- O que você gosta de fazer como lazer (marque quantas opções desejar):

- praticar esportes.
 dançar.
 ler.
 caminhar.
 ir ao cinema.
 ir ao teatro.
 ir ao museu.
 visitar o circo.
 ir ao parque.

12-Costuma ler?

- SIM ^{+ou-} NÃO.

Que tipo de leitura?

- romance
 jornal
 revista feminina
 revista informativa.
 gibi
 livro didático.
 auto-ajuda
 religioso. Revista Esportiva
 outro. Qual? _____

13-Faz algum tipo de trabalho Comunitário/Voluntário?

- SIM NÃO

Qual? _____

Em que Instituição?

- Igreja
 Escola.
 Orfanato/Asilo.
 ONG.
 Outro. Qual? _____

14-Por que você escolheu esta escola para estudar?

Porque é mais próximo da minha casa, e porque é
supletivo, e estou ~~com~~ com os estudos atrasados

15- Sugira 2 mudanças, que fariam com que esta Escola melhorasse:

1. Não só essa mas, todas deveriam ter o ensino de
qualidade.
2. A secretaria de educação, reformasse a nossa escola.

A CONQUISTAR OS NOSSOS SONHOS!

ANEXO 3: Letra do Samba-Enredo do GRES Império Serrano

Enredo**UM GRITO ECOA NO AR
HOMEM / NATUREZA - O PERFEITO EQUILÍBRIO**

Meu grito ecoa pelo ar
 faço um alerta ao mundo
 o homem, com a sua ambição
 trouxe a tecnologia,
 fez mau uso da razão
 de mãos dadas com a ganância
 tem tudo que lhe deu o criador, ôô
 de graça, com amor
 no seu futuro pode semear a dor

No meu verde das matas tem magia
 equilíbrio perfeito que irradia, oi bis
 as minhas águas cristalinas
 são poluídas no seu dia-a-dia

Choro, com essa tal evolução
 ressentida estou ao ver minha devastação
 o homem com a sua sapiência
 transformou tudo em ciência
 maltratando a minha natureza
 é muito lixo jogado aos ventos
 usou o átomo sem consciência
 causou tristeza, degradação
 coloca em risco toda civilização
 enfim, num grande gesto de amor
 já tem gente a refletir
 e por mim vive a lutar
 um fio de esperança a reluzir
 basta reciclar os seus conceitos
 na reforma ser perfeito
 produzir sem maltratar
 sou a mãe-terra
 só o seu amor vai me salvar.

Clamando numa só voz, vem meu Império
 a gente tem que pensar, é caso sério
 pra natureza sorrir, o homem tem que mudar bis
 e aprender a preservar.

ANEXO 4

A CARTA DA TERRA NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO

Primeiro Encontro Internacional - São Paulo, 23 a 26 de agosto de 1999.

Organização: Instituto Paulo Freire - Apoio: Conselho da Terra e UNESCO-Brasil

AGENDA DE COMPROMISSOS

(Aprovada na Planária Final)

1. Criar e impulsionar o Movimento pela Ecopedagogia, difundindo nos espaços de atuação a Carta da Terra e a Carta da Ecopedagogia.
2. Fomentar redes de interação/comunicações sobre esses temas.
3. Criar grupos para trabalhar em uma metodologia que construa redes de inter-ação de experiências/iniciativas/projetos/propostas ecopedagógicas concretas
4. A partir de temas ambientais prioritários vividos pelo grupo alvo e desenvolver a ecopedagogia nas escolas e na vida cotidiana.
5. Utilizar o processo do Dia da Terra (22.04.2000) para trabalhar a Carta da Terra com elementos práticos da Ecopedagogia.
6. Criar redes educativas que libertem os homens em relação harmoniosa com a natureza e não de redes que o pulverizem.
7. Propiciar a efetiva participação dos cidadãos neste processo.
8. Requerer que a comunicação global (TV, Satélite, Internet, Mensagens via Cabo...) seja regulamentada por leis internacionais definidas e decididas em congressos abertos a todos os países.
9. Criar uma rede de comercialização social onde transpareça os diferentes agentes e seus diferentes ganhos em todo o processo produtivo, bem como o nível de desperdício inerente à embalagem de cada produto.
10. Alimentação intelectual de todos os membros da RMCT (Rede Mundial pela Carta da Terra).
11. Destacar as capacidades de todas as formas de expressões humanas.
12. Desenvolver uma ação política mais ampla e organizada de enfrentamento em relação aos poderes estabelecidos na defesa dos princípios da Carta da Terra.
13. Fazer chegar a Carta da Ecopedagogia e a Carta da terra a todos os lugares possíveis, utilizando-se de todas as estratégias possíveis, destacando-se os meios de comunicação disponíveis.
14. Aprovar Moção de Apoio à Marcha dos Cem Mil organizada pelas Centrais Sindicais na defesa de todas as bandeiras de lutas.
15. Incluir na Carta da terra um princípio para impulsionar a ecopedagogia.
16. Assumir a Carta da terra como referência central dos educadores para pensar e construir o futuro da sociedade onde se habita.
17. Para implementar os termos da Carta da Terra, propõe-se que ela seja divulgada, conhecida e trabalhada nos espaços onde se atua, com a perspectiva de sua ampliação.
18. A implementação da Carta da Terra pode ser operada através de:
  - a) palestras em escolas, entidades, associações, ONGs, etc;
  - b) publicação de artigos na imprensa local, fornecendo informações sistemáticas aos meios radiofônicos e televisivos locais;
  - c) promoção de eventos culturais e artísticos como momento de prática eco-educativa;
  - d) produção de material ecoeducativo específico para apoiar programas de capacitação de educadores;
  - e) implantação e manutenção de cátedras livres sobre ecopedagogia em instituições de ensino superior;
  - f) promoções de gestões junto à Câmaras Municipais buscando adequar o código de postura dos municípios aos termos da Carta da Terra no tocante à legislação ambiental;
  - g) produção de material ecopedagógico e definição de metodologias para sua utilização ao celebrar eventos sobre o meio ambiente;
  - h) promoção de passeios ecológicos, caminhadas, mutirões para plantio de árvores, limpeza de sítios, fontes, rios, lagos e trilhas visando a preservação e a renovação do meio ambiente.
19. Distribuir e socializar a leitura e a discussão do texto da ecopedagogia, cotejando-a com outros documentos (anteriores) e estabelecendo uma rede virtual de conversações.
20. Aperfeiçoar a metodologia da Carta da Terra ampliando a consulta e a possibilidade de várias cartas iniciais.

Carta da Terra

CONFERÊNCIA MUNDIAL DOS POVOS INDÍGENAS SOBRE TERRITÓRIO, MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO - RIO-92

Apoio : [PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO](#)

COMITÊ INTERTRIBAL - MEMÓRIA E CIÊNCIA INDÍGENA

Histórico

Nossos antepassados sempre nos ensinaram a sermos verdadeiros e corajosos, quando queremos vencer desafios e sermos respeitados. Por isso, quando a ONU decidiu realizar a RIO-92, vários indígenas componentes do Comitê Intertribal - 500 Anos de Resistência, responsável pela articulação no Brasil, idealizaram e decidiram concretizar a Conferência Mundial dos Povos Indígenas sobre Território, Meio Ambiente e Desenvolvimento.

Não bastava apenas juntar nossos líderes, era preciso que a nossa voz fosse ouvida pelo homem moderno, preocupado com seu futuro. Assim, rebuscando a luta de outros líderes do passado e a iniciativa de 15 estudantes-índios que, em 1980, desafiaram critérios pré-estabelecidos e criaram o primeiro movimento político no Brasil, a UNIND (União das Nações Indígenas), era preciso também na ECO-92 arriscar para que pudéssemos caminhar com nossas próprias pernas.

Então sete povos do Alto Xingu - MT e o povo Tukano do Amazonas construíram a Kari-Oca, um templo para abrigar a sabedoria indígena e traduzir um verdadeiro parlamento para a Terra. Uma arquitetura e engenharia que não se aprende nas escolas urbanas, mas certamente numa longínqua aldeia na selva. Plantada como folclore, mas pra nós, um código de vida jamais decifrado pelo homem branco.

Um criminoso incêndio, porém, acabou com a Kari-Oca, mas não acabou com o sonho indígena de termos a terra assegurada, de viver com dignidade e de contribuir com o bem estar da humanidade, que vive graves crises sociais e ambientais.

Por isso a Declaração da Kari-Oca e a Carta da Terra são documentos históricos que devem ser registrados como documentos oficiais pelos governos e pela sociedade. Nós consideramos assim, afinal foi inspirada na nossa magia de bem viver e na íntima relação espiritual, cultural e física com a natureza, um cotidiano que nos permitiu resistir às várias pressões de "integração" e "desenvolvimento consumista".

Marcos Terena - Coordenador Geral

DECLARAÇÃO DA ALDEIA KARI-OCA

Nós, Povos Indígenas das Américas, Ásia, África, Austrália, Europa e Pacífico, unidos em só voz na Aldeia Kari-Oca, expressamos a nossa gratidão coletiva aos povos indígenas do Brasil.

Inspirados por este encontro histórico, celebramos a unidade espiritual dos povos indígenas com a Terra e nossos antepassados.

Continuamos construindo e formulando nosso compromisso mútuo de salvar a nossa mãe Terra.

Nós, Povos Indígenas, apoiamos como nossa responsabilidade coletiva para que nossas mentes e nossas vozes continuem no futuro, a seguinte Declaração:

Nós, Povos Indígenas, caminhamos em direção ao futuro nas trilhas dos nossos antepassados.

Do maior ao menor ser vivente, das quatro direções do ar, da água, da terra e das montanhas, o Criador colocou a nós, povos indígenas, em nossa terra, que é nossa mãe.

As pegadas de nossos antepassados estão permanentemente gravadas nas terras de nossos povos.

Nós, Povos Indígenas, mantemos nossos direitos inerentes à autodeterminação. Sempre tivemos o direito de decidir as nossas próprias formas de governo, de usar nossas próprias leis, de criar e educar nossos filhos, direito a nossa própria identidade cultural sem interferências.

Continuamos mantendo nossos direitos inalienáveis a nossa terras e territórios, e a todos os nossos recursos do solo e do subsolo, e das nossas águas.

Afirmamos nossa contínua responsabilidade de passar todos esses direitos às gerações futuras.

Não podemos ser desalojados de nossas terras. Nós, Povos Indígenas, estamos unidos pelo círculo da vida em nossas terras e nosso meio ambiente.

Nós, Povos Indígenas, caminhamos em direção ao futuro, nas trilhas dos nossos antepassados!

(Assinado na Aldeia Kari-Oca, Brasil, em 30 de maio de 1992)

ANEXO 5: Imagem apresentada no encontro do dia 02/06/2006.

ANEXO 6: Texto entregue no encontro do dia 04/04/2006.

ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR X

A NATUREZA DO HOMEM

Um sábio e seus discípulos iam por uma estrada e, quando passavam por uma ponte, viram um escorpião sendo arrastado pelas águas.

O monge correu pela margem do rio, meteu-se na água e tomou o bichinho na mão.

Quando o trazia para fora, o bichinho picou sua mão e, por causa da dor, o sábio deixou o escorpião cair novamente no rio. Foi até a margem, pegou um ramo de árvore, entrou no rio e retirou novamente o escorpião,

Os discípulos ficaram surpresos.

“Sábio, deve estar doendo muito! Por que foi salvar este bicho ruim e venenoso? Que se afogasse! Seria um a menos! Veja como ele respondeu à sua ajuda! Picou a mão de quem o salvou! Não merecia sua compaixão...!”

O sábio ouviu tranquilamente os comentários e respondeu:

-Ele agiu conforme sua natureza e eu de acordo com a minha.

Esta parábola é para a gente refletir sobre a melhor forma de compreender e aceitar as pessoas com que nos relacionamos.

Muitas vezes não conseguimos mudar o outro, mas podemos melhorar nossas próprias reações e atitudes.

Devemos tentar fazer a nossa parte com amor e respeito ao próximo, **de acordo com nossa natureza**, e não conforme a do outro.

ANEXO 7: Texto de mensagem utilizada no encontro do dia 02/06/2006.

CARTA AO INQUILINO

Senhor morador,

Gostaria de informar que o contrato de aluguel que acordamos há bilhões de anos atrás está vencendo.

Precisamos renová-lo, porém temos que acertar alguns pontos fundamentais:

1 - Você precisa pagar a conta de energia.

Está muito alta!

Como você gasta tanto?

2 - Antes eu fornecia água em abundância; hoje não disponho mais desta quantidade.

Precisamos renegociar o uso.

3 - Por que alguns na casa comem o suficiente e outros estão morrendo de fome, se o quintal é tão grande?

Se cuidar da terra vai ter alimento para todos!

4 - Você cortou as árvores que dão sombra, ar e equilíbrio.

O sol está quente e o calor aumentou.

Você precisa replantar novamente!

5 - Todos os bichos e as plantas do imenso jardim devem ser cuidados e preservados.

Procurei alguns animais e não encontrei.

Sei que quando aluguei a casa eles existiam...

6 - Não vi os peixes que moram nos rios e lagos.

Você pescou todos? Onde estão?

7 - Precisa verificar que cores estranhas estão no céu!

Não vejo o azul!

8 - Por falar em lixo, que sujeira!!!

Encontrei objetos estranhos pelo caminho...

isopor, pneus, plásticos...

Bom... é hora de conversarmos.

Preciso saber se você ainda quer morar aqui.

Caso afirmativo, o que você pode fazer para cumprir o contrato?

Gostaria de ter você sempre comigo, mas tudo tem um limite.

Você pode mudar?

Aguardo respostas e atitudes...

Sua casa,

A TERRA.

ANEXO 8

"PESoA"**PROGRAMA DE EDUCAÇÃO SOCIOAMBIENTAL****AVALIAÇÃO DA VISITA À UNIDADE DE CONSERVAÇÃO DO PARQUE
MUNICIPAL DE NOVA IGUAÇU OCORRIDA EM 10/06/06****NOME** _____ **FUNÇÃO** _____**Dê suas impressões gerais sobre o Parque**

**Analise a importância desta atividade em termos gerais envolvendo profissão e lado
pessoal**

OBSERVAÇÕES GERAIS

ANEXO 9: Texto utilizado na atividade realizada no dia 29/06/2006

Texto: Por quê Pensar
Boaventura de Sousa Santos

Recentemente, os cientistas sociais do CEDEC, um prestigiado centro de investigação sociológica do Brasil, propuseram-me que, juntamente com eles, tentasse responder à pergunta: porquê pensar? O interesse específico deles era encontrar razões e caminhos para pensar o Brasil mas queriam encontrá-los a partir de uma reflexão mais geral sobre porquê e como pensar as sociedades dos nossos dias e a nossa existência pessoal nelas. A pergunta soa necessariamente estranha num tempo em que tanto se fala da sociedade de informação e do conhecimento, a qual conota o triunfo do esforço mental sobre o esforço físico, num tempo que se diz auto-reflexivo, em que os indivíduos se assumem cada vez mais como sujeitos autónomos, senhores das suas escolhas, capazes de usar a reflexão para alterarem, tanto os processos de trabalho, como as trajectórias de vida. A verdade é que, num tempo que parece exigir o pensamento activo de todos nós, são muitos, talvez a grande maioria da população mundial, que não têm condições para pensar pelas mais variadas razões: porque estão demasiado subnutridos para terem sequer energia para pensar; porque vivem um quotidiano tão cansativo e absorvente que não lhes deixa tempo para pensar; porque na ânsia de fruir a sociedade de consumo, pensam que parar para pensar seria um desperdício; porque acreditam que os meios de comunicação social e as elites políticas e culturais pensam por eles tudo o que há a pensar. Por isso, aceitei o repto e eis algumas das respostas que propus para a pergunta: porquê pensar?

Primeira resposta: *porque as condições que destroem a capacidade ou a disponibilidade de pensar destroem também a vida, a qualidade de vida e sobretudo a felicidade. Vivemos num mundo que tanto esgota as pessoas pelo trabalho como pela falta dele. Crescentemente, o bem estar mínimo é obtido à custa de fortes doses de medicalização.*

Segunda resposta: *porque não podemos confiar em quem pensa por nós. Nunca como hoje o pensamento público esteve tão ligado a interesses minoritários mas poderosos que avaliam a sociedade - quer pelo que mostram dela, quer pelo que ocultam - em função dos benefícios que podem colher dela. Promovem o conformismo (a aceitação do que existe), o situacionismo (a celebração do que existe) e o cinismo (o conformismo com má consciência).*

Terceira resposta: *porque nem tudo está pensado. O possível, por ter mais energia, é mais rico que o real. Por isso, não é legítimo reduzir o real ao que existe. Há alternativas e o importante é que o pensar que os permite ver seja o mesmo que os permite avaliar. Só assim poderemos distinguir as boas das más alternativas.*

Quarta resposta: *porque pensar não é tudo. A lucidez das nossas acções pressupõe que elas sejam pensadas, mas se forem só pensadas nunca serão acções. É preciso agir e sentir porque o pensamento só é útil a quem não se fica pelo pensar. Aqueles que se arrogam a só pensar, passam a vida a espalhar a morte no que escrevem, a mesma morte que está dentro deles.*

Quinta resposta: *porque as acções lúcidas não conduzem sempre a resultados lúcidos. Quantas causas nobres terminaram em crimes hediondos? De quantas boas acções está o inferno cheio? O lado mais positivo do mundo em que vivemos reside em que aqueles que o querem mudar para melhor não dispensam ter razões para o que fazem e para o que é feito em nome deles.*

ANEXO 10: Logotipo criado para o Programa PESoA.

ANEXO 11

ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR X
PROJETO CIDADANIA
“Minha casa, minha escola, minha cidade limpas”

◇ **Período:** 3º e 4º bimestres/2006.

◇ **Disciplinas envolvidas:** Ciências, Geografia, Arte, Matemática, História, Língua Portuguesa, Inglês.

◇ **Área de conhecimento articuladora:** Ciências

◇ **Conteúdo integrador:**

Higiene, como ciência que trata de todas as formas de limpeza: corporal, do lar, ambiental.

◇ **Atividades :**

I- Criação do pelotão de limpeza.

II- Mutirão de limpeza.

III- Criação do Grêmio Escolar:

Etapas: criação das chapas, eleição da Diretoria e elaboração do Estatuto.

Conteúdo	Objetivos	Atividade/ Conhecimentos
Conceitual	Reforçar a necessidade de manutenção da limpeza como garantia de qualidade de vida.	. Noções de higiene . Campanhas de higiene veiculadas através de filmes. . Noções de cidadania . Leis municipais sobre limpeza.
Procedimentaç	-“Despertar” valores adormecidos. - Estimular liderança. - Trabalhar a noção de bem-viver	. Palestras . Filmes . Reuniões , Grêmio . Noções de cooperação, solidariedade, respeito próprio.
Atitudinal	- Observar e constatar	- Mudança nos hábitos de higiene - Atos de compromisso com a limpeza do ambiente. - Orgulho e satisfação com o ambiente de convivência.

ANEXO 12: Prova de 3º bimestre/2006(Língua Portuguesa)

Avaliação de Língua Portuguesa 3ª série
 Aluno(a):

urma: Cielo III.B
 Valor: 2,5

- 1
 A conversa entre o indiozinho Tibica e o pagagaio mostra que o índio:
- ( ) vive muito bem integrado ao meio ambiente.
  - ( ) compreende muito pouco a natureza.
  - ( ) é extremamente ligado à natureza, podendo ser confundido com os elementos dela.
  - ( ) está tendo visões distorcidas da realidade.
  - ( ) entende e conhece muito bem o mundo em que vive.

2
 O homem do desenho caminha tendo alguns objetos à mão. Que objetos são e o que simbolizam para a natureza?

_____

_____

3
 Que sinais aparecem na paisagem do desenho que mostram ser o homem perigoso?

_____

_____

4
 Para Tibica, o homem é um animal perigoso. Você concorda com a opinião do indiozinho? Por quê?

_____

_____

_____

5. Retire do texto:

a) um substantivo:

b) um adjetivo:

c) um artigo:

d) um pronome:

e) um verbo:

Boa avaliação!

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)